INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

USOS DOS ESPAÇOS URBANOS EM SÃO PAULO

POP RUA E OS CIRCUITOS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA

PEDRO ABRÃO SPATUZZA FELMANAS

Foz do Iguaçu
2024

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)

ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

USOS DOS ESPAÇOS URBANOS EM SÃO PAULO
POP RUA E OS CIRCUITOS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA

PEDRO ABRÃO SPATUZZA FELMANAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana..

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria de Souza

Foz do Iguaçu
2024

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

PEDRO ABRÃO SPATUZZA FELMANAS

USOS DOS ESPAÇOS URBANOS EM SÃO PAULO
POP RUA E OS CIRCUITOS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria de Souza
UNILA

_____
Prof. Dr. Waldemir Rosa
UNILA

_____
Profa. Dra. Juliana Rammé
UNILA

Foz do Iguaçu, 16 de Outubro de 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Dedico este trabalho a minha vó Neném e ao meu vô Nelson, que já não estão aqui, mas deixaram comigo o sonho, o saber, o amor, e a saudade

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe e ao meu pai, por todo o carinho e apoio para que eu pudesse chegar até aqui, o caminho não foi fácil, e eu não o teria caminhado sem a ajuda deles. Agradeço também aos meus irmãos, Miguel, Pietra e Ayô, de quem a distancia de estudar em outro estado deixou tantos dias de tantas saudades. Agradeço a minha namorada, que me apoiou durante todo o processo e contribuiu com tanto, com as conversas, os conselhos e as (abundantes) escutas. Agradeço a minha vó Neném e ao meu vô Nelson, que já não estão aqui. Agradeço, também, toda a minha família, tios, primos, primas, e meus amigos, que me aguardam e torcem por mim, mesmo de longe.

Agradeço a todas as pessoas que participaram de um forma ou de outra dessa pesquisa, pessoas quem experimentaram a violência descrita neste trabalho, e compartilham dessas experiencias em uma luta cotidiana, para que outras pessoas não tenham que sofrer dessa mesma violência. E, por fim, agradeço a minha orientadora e aos professores da Antropologia, que dentre o tanto que aprendi, também me ensinaram o poder de ler, escrever e de pensar o mundo de forma critica e justa.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

“Sociedade espelho, quer tudo igual
e quem sai da faixa do meio vira marginal.
Mas, pera aí, tu nem me conhece,
não sabe nada de mim ou do que me acontece,
então, não julga que tu não é juiz
não gostou? Põe açúcar
e desentorta esse nariz”

(Artista Anônimo)

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

RESUMO

Este trabalho busca refletir sobre atributos da violência urbana, designadamente sobre a violência sofrida por pessoas em situação de rua, percebida pela sistemática quebra de direitos humanos e cidadãos básicos deste grupo. O objetivo é apresentar perspectivas e definições sobre a violência urbana contadas por pessoas inseridas no debate público sobre o tema, assim como por quem as sofre cotidianamente. Para tal, foi realizada uma pesquisa etnográfica de observação participante na cidade de São Paulo, por meio do envolvimento com o Comitê Pop Rua de SP, uma audiência pública realizada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município, espaço onde são discutidas as demandas da Pop Rua em interlocução com representantes do poder público. Através do diálogo triangulado entre estudos sobre a violência urbana no Brasil, dados de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre o tema, e as observações feitas em campo, com destaque para as falas de pessoas que viveram na pele a violência que descrevem, foi possível identificar a configuração de determinados circuitos da violência experimentadas pela população em situação de rua em diferentes espaços, tanto nas ruas da cidade, como no interior da rede de assistência social do Município de São Paulo.

Palavras-chave: Violência; Pessoas em situação de rua; Comitê Pop Rua; Assistência social ; Estado

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

RESUMEN

Este trabajo busca reflexionar sobre los atributos de la violencia urbana, es decir, sobre la violencia que sufren las personas que viven en las calles, percibida por la violación sistemática de los derechos humanos y básicos de los ciudadanos de este grupo. El objetivo es presentar perspectivas y definiciones sobre la violencia urbana contadas por personas involucradas en el debate público sobre el tema, así como por quienes la sufren cotidianamente. Para eso, se realizó una investigación etnográfica de observación participante en la ciudad de São Paulo, a través de la participación en el Comité Pop Rua de SP, audiencia pública, realizada por la Secretaría Municipal de Derechos Humanos y Ciudadanía, espacio donde se discuten demandas de la poblacion sin hogar, en interlocución con representantes de autoridades públicas. A través del diálogo triangulado entre estudios sobre la violencia urbana en Brasil, datos de investigaciones cualitativas y cuantitativas sobre el tema. sobre el tema y observaciones realizadas en el terreno, con énfasis en los relatos de personas que vivieron la violencia que describen, fue posible identificar la configuración de ciertos circuitos de violencia vivida por la población en situación de calle en diferentes espacios, tanto en las calles de la ciudad como dentro de la red de asistencia social del Municipio de São Paulo.

Palabras clave: Violencia; Personas sin hogar; Comité Pop Rua; Asistencia social; Estado

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the attributes of urban violence, specifically on the violence suffered by homeless people, perceived by the systematic violation of this group's basic human and citizen rights. The objective is to present perspectives and definitions on urban violence told by people involved in the public debate on the subject, as well as by those who suffer it on a daily basis. To this end, an ethnographic study of participant observation was conducted in the city of São Paulo, through involvement with the “Comitê Pop Rua de SP”, a public hearing held by the Municipal Department of Human Rights and Citizenship, a space where the demands of homeless people are discussed in dialogue with representatives of the public authorities. Through the triangulated dialogue between studies on urban violence in Brazil, data from qualitative and quantitative research on the subject, and observations made in the field, with emphasis on the statements of people who have experienced the violence they describe, it was possible to identify the configuration of certain circuits of violence experienced by the homeless population in different spaces, both on the city streets and within the social assistance network of the Municipality of São Paulo.

Key words: Violence; Homeless people; Comitê Pop Rua; Social assistance; State

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mancha 1 (à esquerda) e Mancha 2 (à direita) lado a lado.....29
Figura 2 – Mancha 1 (M1).....37
Figura 3 – Mancha 2 (M2).....40
Figura 4 – Disposição dos pontos cardiais de observação da M2.....41
Figura 5 – M2 através do mapa interativo de denuncias de arquitetura hostil……..53
Figura 6 – Denúncia de Arquitetura Hostil no Pátio do Colégio……...54
Figura 7 – Denúncia de Arquitetura Hostil no Tribunal de Justiça de SP……...56
Figura 8 – Logo do Comitê Pop Rua……70
Figura 9 – Foto das condições do CTA8……..…92
Figura 10 – Foto do dormitório comunitário do CTA15……..……...93

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Pixo "Não é a Disney" na praça da República 39
Fotografia 2 – Poema e Desenho em placa de MDF pela cidade……104

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEF	Centro de Atendimento Especial para Famílias
CAEI	Centro de Acolhida Especial Para Idosos
CAEM	Centro de Acolhida Especial Para Mulheres
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAPS	Centro de Atenção Psicológica
CPR	Comitê Pop Rua de São Paulo
CATE	Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo
CRAI	Centro de Referencia e Atendimentos para Imigrantes
CRAS	Centro de Referencia de Assistência Social
CTA IST/AIDS	Centro de Testagem e Aconselhamento
CTA	Centro Temporário de Acolhida
CUT	Central Única do Trabalhador
EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil
GCM	Guarda Civil Metropolitana
LP	Largo do Patriarca
MEPSR-SP	Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNPSR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
NAU	Núcleo de Antropologia Urbana
PC	Pátio do Colégio
POP. RUA	População em Situação de Rua
POT	Programa Operação Trabalho
PSé	Praça da Sé
SB	Largo do São Bento
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

SGM	Secretaria de Governo Municipal
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana
SMSUB	Secretaria Municipal de Subprefeituras
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....12

1.1 METODOLOGIA.....14

1.2 MARCO TEÓRICO.....17

2 A VIOLÊNCIA NA CIDADE E AS CONDIÇÕES DE RAÇA E GÊNERO DA POP RUA.19

3 TRABALHO DE CAMPO: DENTRO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE.....26

3.1 MAPEAMENTO E OBSERVAÇÃO.....29

3.1.1 Largo do Patriarca.....42

3.1.2 Largo do São Bento.....42

3.1.3 Pátio do Colégio.....45

3.1.4 Praça da Sé.....46

3.1.5 Largo São Francisco.....51

3.1.6 Os Calçadões.....52

4 TRABALHO DE CAMPO: CONHECENDO O COMITÊ POP RUA DE SÃO PAULO….57

4.1 CONVERSA COM UM POLICIAL.....59

4.2 FESTIVAL DOS DIREITOS HUMANOS.....64

4.3 COMITÊ POP RUA DE SÃO PAULO.....70

4.3.1 Violência sofrida nas ruas.....76

4.3.2 Violências sofridas no interior dos equipamentos e serviços de assistência social.....79

4.3.3 Violências estruturais percebidas ou pelas condições materiais dos equipamentos ou pela forma de organização dos serviços.....83

4.3.4 Falas dos representantes do poder público.....87

4.4 PESQUISA “RETRATO DAS RUAS”.....89

4.4.1 Dormitórios e áreas comuns.....91

4.4.2 Alimentação.....94

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

4.4.3 Atendimento dos funcionários e análise de custos.....95

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CIRCUITOS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA NA CIDADE.....98

REFERÊNCIAS.....105

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

1 INTRODUÇÃO

A constituição brasileira de 1988 determina em seu capítulo II, dos “Direitos e Garantias Fundamentais”, que cada cidadão brasileiro, segundo o art. 5º, é semelhante “perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, Art. 5). Assim como garante, no artigo seguinte, uma série de “Direitos Sociais” tais como “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados…” (BRASIL, 1988, Art. 6). O acesso a esses direitos básicos está longe de ser universal ou democrático, e o cotidiano em todo o país deixa isso evidente em expressões de desigualdade. Em todas as cidades do Brasil existem grupos de dezenas de milhares de pessoas vivendo em situação de extrema vulnerabilidade que não têm acesso a grande parte, se não a totalidade, dos direitos estabelecidos pela constituição, e que, pelo contrário do que se pensaria, têm o acesso aos seus direitos sistematicamente negados, muitas vezes pelo próprio Estado que promete constantemente garanti-los.

A falta de acesso à direitos humanos e cidadãos é algo presente no cotidiano da população em situação de rua (Pop Rua) vivendo na região central de São Paulo. Muitas vezes as expressões do que entendemos como violência ignoram a experiência destes grupos, ou até mesmo praticam uma inversão absoluta, classificando-os como violentos, ou como sendo eles os responsáveis pela violência presente em uma região específica da cidade. Perceber essa inversão não é fruto de algum tipo de pensamento complexo, ou refinado, sendo que ao observar o cotidiano da cidade fica claro quem são as pessoas excluídas de seus próprios direitos.

O modelo de gestão urbana regido pela quebra de direitos cidadãos e humanos de grupos marginalizados, não é novo, e deixa em evidência tanto como os direitos de determinados grupos podem ser, e são, sistematicamente negados, inclusive pelo próprio Estado, assim como expõe o impacto das narrativas sobre violência determinada por outros atores, na vida de grupos em condição de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

vulnerabilidade. Se percebe rapidamente que a violência sofrida Pop Rua é temática de diversas narrativas reproduzidas por outros atores, como por veiculos de mídia, em jornais e noticiários, ou por órgãos do Estado, por meio de notas das policias e secretarias de segurança (Nasser, 2017). Desta forma, este trabalho busca perceber a ideia de violência presente nas ruas do centro da cidade a partir de outras perspectivas, sobretudo desde o ponto de vista de quem vive a violência cotidianamente. Como as pessoas em situação de rua percebem a violência que sofrem? Onde ela acontece? Quais as qualidades dessa violência? Porque ela é tão facilmente materializada sobre este grupo? A busca por tentar responder essas perguntas resultou neste trabalho. Desta forma, a investigação sobre esse tema foi realizada por meio de uma experiência etnográfica de observação participante em regiões do centro de São Paulo, assim como por uma pesquisa teórica feita por meio do levantamento de bibliografias tratando das relações de violência no espaço urbano.

A pesquisa de campo se constituiu em dois grandes focos, em dois momentos diferentes, ambos localizados no interior do centro histórico da cidade de São Paulo. O primeiro momento foi marcado pelo mapeamento das regiões escolhidas, assim como pela observação das dinâmicas espaciais envolvendo os grupos de pessoas vivendo em situação de rua. Durante essa fase da pesquisa, o objetivo era organizar, antes de tudo, os locais que seriam observados ao longo da investigação, assim como entender quais os espaços frequentados por estes grupos no centro da cidade.

Já o segundo momento se deu a partir do contato com o Comitê Pop Rua de São Paulo[1], uma audiência pública realizada pela SMDHC (Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania) de SP, toda primeira quarta-feira do mês, tendo estado presente em 3 reuniões (Fevereiro/ Março/ Abril de 2024) e utilizando os dados presentes nos registros das atas dos encontros de todo o ano de 2023. O intuito ao frequentar este espaço foi acompanhar as interações entre a sociedade civil, envolvida de diversas formas no debate sobre o tema, e as secretarias do Município responsáveis pelas gestão dos equipamentos de assistência direcionadas

1 Segundo o site da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, o Comitê Pop Rua se define como “um órgão colegiado de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, que visa a construir, acompanhar e avaliar a política municipal para a população em situação de rua da cidade de São Paulo”. Definição mais detalhada a partir da pág. 60.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

a esse grupo. Considerando que, do lado de fora dos serviços assistenciais, muitas pessoas são alvo da ação violenta das polícias militares e guardas municipais, o trabalho de campo também ajuda a entender, por meio de denúncias registradas nos encontros do Comitê, como o lado de dentro dos equipamentos socioassistenciais também é um espaço recorrente de reprodução da violência sofrida pela população em situação de rua, tanto pela negligência do próprio Estado para com a manutenção dos serviços, assim como pelo despreparo de seus agentes e modelos de gestão.

Com o apoio de observações colhidas durante o trabalho de campo, busca-se apresentar perspectivas e percepções sobre a violência vinda de pessoas inseridas no debate público sobre o assunto. Para isso, utilizando dados colhidos na auditoria pública do Comitê Pop Rua de SP (CPR)[2], evento central estudado em campo, busca-se analisar os conflitos, consensos, denúncias e desenvolvimentos presentes no debate institucionalizado sobre a violência experimentada pela população de pessoas em situação de rua na cidade. Também destacando as denúncias trazidas à este espaço, procurando escutar as definições sobre a violência contadas por quem a sofre cotidianamente.

Assim que o centro da cidade se torna meu campo, responsável por apresentar os caminhos que a pesquisa tomou. Cabe dizer que talvez não seja o objetivo desta pesquisa responder, em sua totalidade, os questionamentos motivadores apresentados acima, sendo que seria este um trabalho muito maior. Porém, ao seguir as direções percebidas no campo, este trabalho pode ajudar a notar formas de violência constantemente desqualificadas como tal, percebendo em diferentes espaços, principalmente no interior dos equipamentos socioassistenciais, expressões da negligência, sistemática e rotineira, dos direitos humanos e cidadãos de um grupo inteiro de pessoas quando elas mais precisam acessá-los.

1.1 METODOLOGIA

O centro da cidade se tornou meu campo de pesquisa por ser um espaço de disputa histórico entre as elites e as classes marginalizadas da cidade (Vannuchi,

2 Para evitar confusão durante a leitura, também será utilizada a sigla “CPR” para se referir ao Comitê Pop Rua de SP

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

2020; Rolnik, 2022), sendo um local bastante frequentado pelos grupos de pessoas em situação de rua, assim como pelo fato de que é o bairro onde eu moro parte da semana. Tendo pais separados, morando em bairros diferentes, quando volto para São Paulo, transito entre a Vila Matilde, na zona leste da cidade, onde vive minha mãe, e a República, no centro, onde mora meu pai. A proximidade com o território possibilitou a observação em diferentes momentos e contextos, assim como evidenciou a recorrência das expressões de violência que observei. É preciso explicar que a chegada no campo é feita a pé, esse ponto é fundamental à medida que apresenta uma condição geográfica primordial. Não só é um espaço bastante familiar para mim, mas também de fácil acesso. Considero, portanto, importante ressaltar essa posição privilegiada de observação, à medida que apresenta proximidade com uma região da cidade que pode muitas vezes ser bastante distante. Por exemplo, se eu precisasse me deslocar da Vila Matilde, onde mora minha mãe, até o centro para acessar o campo, seria contabilizado um deslocamento de cerca de um hora e meia. Essa facilidade de acesso, além de ser em si uma expressão da espacialidade excludente que é o centro da cidade, assim como foi apresentada acima, ajuda a explicar as possibilidades que guiaram as escolhas metodológicas feitas a seguir.

O aporte metodológico utilizado no estudo de campo, conta com o repertório trazido por José Guilherme Cantor Magnani, professor de Antropologia da USP, em textos como “São Paulo: de perto (e de dentro) é outra cidade” (2016), e “Na Metrópole” (2008), onde o autor apresenta ferramentas que auxiliam o esforço de ordenar cenários urbanos que parecem se perder no caos. Tomei emprestado, dessa forma, terminologias como a ideia de “pedaço”, sendo eles locais dotados de familiaridade em meio ao exercício abundante do anonimato no centro da cidade. Esses, por sua vez, configuram o conceito de “…manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam (...) uma atividade ou prática predominante” (Magnani, p.7, 2016). Essa concepção apoia a identificação de circuitos no interior da cidade, entendidos pelo “...o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço em estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de continuidade espacial”

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

(Magnani, 2016 ,p.8). As ferramentas descritas contribuíram para determinar quais espaços seriam frequentados nos meses seguintes.

Também foi muito importante o valor analítico do que o autor chama de “trajeto”, espaços de liminaridade entre manchas, onde torna-se possível observar o contraste dos diversos grupos convivendo na cidade, ao passo que se deslocam entre dois pontos. A partir desses dispositivos teórico/metodológicos foi possível ordenar a observação mais categórica frente ao desordenado anônimo do centro da cidade, procurando, com auxílio de formulações de Hélio R Silva, em seu texto “Andar e Ver”, estabelecer “um olhar que se organiza; um olhar organizado e reorganizado; que vai organizando; que organiza e reorganiza; que vai revendo; que revê e dá por revisto” (Hélio R Silva, 2009, p. 181). É importante, também, apontar a utilização de um caderno de campo, que acompanhou as incursões pela cidade, assim como de um caderno de campo virtual, utilizado para registrar as narrativas das experiências vividas no dia a dia após a saída do campo.

Dessa forma estabeleci duas manchas de atuação dentro do centro de São Paulo. Foram escolhidas por serem espaços de agremiação de grupos formados por pessoas em situação de rua, assim como pela presença de equipamentos sócio assistenciais, entendidos como locais onde há bastante trânsito de pessoas que buscam algum tipo de assistência básica. As duas manchas não são muito distantes, sendo uma na região da República, e outra ao redor dos calçadões do centro histórico, beirando o Vale do Anhangabaú. A identificação dos pontos descritos acima evidenciou alguns dos circuitos (Magnani, 2016) construídos pelas pessoas em situação de rua, os quais busquei frequentar por meio de trajetos fixos no interior das manchas delimitadas, sempre passando por pontos cardeais selecionados dentro dos circuitos identificados. Por algumas vezes, também fiz perambulações para fora da mancha de atuação, buscando visitar regiões que também poderiam ser de interesse da pesquisa, assim como também utilizei observações feitas durante meus trajetos do cotidiano, registradas em meu caderno de campo[3], notadamente no caminho entre o centro e a zona leste da cidade.

3 Procurando não expor sem permissão as pessoas com quem interagi durante a pesquisa, serão utilizados nomes fictícios para a apresentação das contribuições feitas em campo

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

1.2 MARCO TEÓRICO

A investigação de campo e as observações realizadas foram apoiadas por uma série de trabalhos e estudos sobre as relações de violência na cidade. Busca-se , com o apoio de Frantz Fanon, em seu livro “Os Condenados da Terras” (2005), destacar o papel da violência na constituição dos territórios que passaram por processos de colonização, se apoiando sobre as ideia sobre a “cidade do colonizado” e a “cidade do colonizador”, que ajudam a refletir sobre a fundação violenta da conformação espacial que constitui a cidade. As reflexões do autor também demonstram como pensar as condições de pobreza, e violência, desses territórios somente por meio de perspectivas econômicas não é o suficiente, mas que também é preciso considerar outras condições das formas de violência fundadas pelo colonialismo, como as questões e raça e gênero.

Para refletir sobre a relação entre a violência existente na cidade as condições de raça e gênero de quem a sofre, nesse caso a população em situação de rua, será utilizado o apoio das autoras Antonia dos Santos Garcia, no texto “Mulher Negra e o direito à cidade”, de 2012, e Leith Patricia Mullings, em seu texto “Interrogando o Racismo”, de 2013. Primeiramente buscando perceber alguns dos modelos explicativos que materializam as condições de subalternidade vividas por mulheres e pessoas negras (Garcia, 2012), como é caso desses grupos serem os maiores alvos da violência sofrida em situação de rua. Do mesmo modo que se busca perceber movimentos de gentrificação, segregação no espaço urbano, e também a exclusão de grupos inteiros da economia formal como novas formas de racismo (Mullings, 2013). A autora também ajuda a atestar a importância de se destacar os pertencimentos de raça e gênero da população em situação de rua, como um contraponto noções de daltonismo racial / social, e a quebra de narrativas contrárias a politicas de justiça compensatória (Mullings, 2013).

Pensando sobre as relações de violência urbana sofrida pela população em situação de rua, mais especificamente no centro da cidade de São Paulo, ao longo da busca por trabalhos sobre o tema, foi encontrado uma série de pesquisas produzidas pela NAU (USP) chamadas de “Dossiê em torno da cracolândia paulista” (Telles, 2017; Fromm, 2017; Magalhães, 2017; Nasser, 2017;). Estes trabalhos

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

foram, por sua vez, responsáveis por apresentar outros textos e autores essenciais para o desenvolvimento teórico da pesquisa. Foi possível, portanto, por meio dessas contribuições identificar algumas características do processo de estigmatização e criminalização da pobreza experienciada por pessoas em situação de rua vivendo no centro da cidade, como por exemplo, a produção de uma discursividade relacionada à seletividade penal das forças do estado (Canonico, 2015), sobre a qual se configuram diferentes modelos de gestão dos corpos no espaço público, que podem ser percebidas em noções difusas e pouco precisas utilizadas como parâmetro somente no campo das políticas públicas, como é caso das ideias sobre “policiamento comunitário” (Canonico, 2015). Da mesma maneira, são modelos de gestão percebidos no poder sobre a elegibilidade seletiva do Estado (Nasser, 2018), ou seja, a possibilidade de eleger, ou não, pessoas para adentrar a rede socioassistencial, conformando, enfim, verdadeiros labirintos institucionais de circulação contínua (Nasser, 2017; 2018) que ordenam a presença, trânsito e permanência de corpos estigmatizados em determinados espaços de acordo com a estrutura do labirinto. A estigmatização produzida sobre esse grupo também contribui para a construção de narrativas que viabilizam a ampliação das oportunidades do poder de intervenção do Estado sobre os corpos dessas pessoas, através da alternância entre categorias de “criminalidade violenta” e “vulnerabilidade” (Teixeira e Matsuda, 2012), justificando tanto a ação repressiva das polícias, no primeiro caso, quanto gestão por meio de projetos de assistência social do Estado, no segundo caso, que podem ser também, como esse trabalho busca evidenciar, espaços de reprodução da violência sofrida pelas pessoas em situação de rua.

Essas são as diretrizes do trabalho de campo desenvolvido, assim como o modelo metodológico e marco teórico utilizados por este estudo. De maneira que o primeiro passo seria, portanto, refletir sobre a presença violência em territórios colonizados urbanos, e evidenciar os pertencimentos de raça e gênero entre a população de rua no Brasil, apontando a relação da subalternização desses grupos e a violência presente no dia a dia das ruas da cidade.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

2 A VIOLÊNCIA NA CIDADE E AS CONDIÇÕES DE RAÇA E GÊNERO DA POP RUA

Não se trata de uma tarefa simples, o estudo das relações de violência na cidade. A complexidade do meio urbano, e a incansável variedade de formas que expressões da violência podem assumir neste espaço, sugerem que talvez seja essencial a qualificação do termo para que este seja manuseado de forma assertiva. A posição de analise que esse trabalho busca estabelecer nesta sessão é a reflexão sobre atributos de uma configuração especifica de violência urbana, como já foi introduzido, designadamente sobre as características da violência sofrida por pessoas enfrentando situações de extrema pobreza e processos de exclusão, econômica e social, concretizada na condição do viver em situação de rua. De que maneira se da o acoplamento de diversas modalidades de violência aos corpos de quem vive nas ruas das cidades do Brasil? Por conseguinte, é igualmente necessário pensar sobre a constituição do território onde essa violência ocorre, assim como sobre quem são essas pessoas que experienciam as condições de extrema pobreza, notadamente as condições que levam até a situação de rua, para além da amplitude da categoria “pessoas em situação de rua” que lhes foi designada.

A violência parece ser um fator constante de diversos espaços ao olhar para cidade, quando se atenta para tal, como se fosse algo intrínseco da vida na cidade, um ator que nunca sai de cena. Contudo, o mesmo olhar nota que, dentro do espaço urbano, alguns grupos são alvo invariável e constante, enquanto outros vivem uma cidade menos marcada por esses aspectos. Para alguns grupos, o cotidiano da cidade é marcado pela falta de habitação, falta de alimentação digna e acesso a direitos humanos, marcado pela ação violenta das policias e intervenções do Estado, e diversas outras formas de violência consequentes da quebra de direitos básicos, humanos e cidadãos.

O autor Frantz Fanon explica que os territórios que viveram e se constituíram em meio à experiência da colonização, apresentam a violência como fator inerente à estrutura material e simbólica das relações entre os colonizadores e os colonizados (Fanon, 2005). As qualidades, expostas em seu livro “Os condenados da Terra” (2005), do que ele chama da “cidade do colonizador” e da “cidade do coloni-

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

zado", explicam bem como essa ideia está presente na fundação dos territórios que passaram pela experiencia da colonização que vivemos hoje:

> "A cidade dos colonos é uma cidade fortemente construída, toda feita de pedra e aço. É uma cidade bem iluminada; as ruas estão asfaltadas, e as latas de lixo engolem todos os restos, invisíveis, desconhecidos e pouco pensados (...) A cidade do povo colonizado, ou pelo menos a cidade do nativo, a aldeia do negro, a medina, a reserva, é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação (...) A cidade do nativo é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz." *(Fanon, 2005, p.39)*

A "cidade do colonizador" e a "cidade do colonizado" nunca estão muito distantes uma da outra, entre esses dois mundos que ocupam o mesmo espaço as fronteiras se consolidam pela própria violência, e o aparato encarregado de administrá-la: "…a linha divisória, as fronteiras, são mostradas por quartéis e delegacias" (F. Fanon, 2005,p.38). São grupos que vivem na mesma cidade, mas não experimentam a mesma cidade. Ao incorporar o recorte espacial nesse caso do centro de São Paulo, se percebe como essas duas experiencias diferentes são separadas as vezes por uma rua, uma esquina, um quarteirão, que dispõe de um lado uma localidade marcada pela abundancia e pelo acesso e do outro uma localidade marcada pela falta e pela violência. Considerando o contexto da colonização o autor também explica como: "… é evidente que o que parcela o mundo começa com o fato de pertencer, ou não pertencer, a determinada raça (…) Nas colônias, a subestrutura econômica é também uma super estrutura" (Fanon, 2005, p.40). Portanto, é possível afirmar que expressões violentas do cotidiano da cidade, comumente explicadas unicamente por narrativas de ordem econômica que geram desigualdades como a falta de habitação, a exclusão da economia e a pobreza extrema, também estão ligadas a, e são efeito de, estruturas racistas de dominação vindas desde o contexto da colonização, reiterando o papel da criação de hierarquias raciais, e das estruturas de dominação econômica, na fundação das relações de violência nos territórios que foram colonizados. Fanon também anuncia que as análises de cunho Marxista que tratam de refletir sobre o "problema colonial" (Fanon, 2005, p.40), nesse caso a violência, devem ser estendidas para considerar além de condições unicamente de classe.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

A autora Antônia Dos Santos Garcia, em seu texto “Mulher Negra e o direito à cidade”, ajuda a qualificar o debate incorporando reflexões sobre as condições de gênero de raça ao analisar a violência experimentada por determinados grupos na cidade. Ela explica, então, como o esquema de classes, e as possibilidades de participação plena na economia, é marcado pela instituição do homem branco como “sujeito social único” (Garcia, p.136, 2012), quando se observa que o processo histórico de constituição da identidade nacional se consolida através da exclusão de pessoas negras e mulheres de contextos sociais, políticos e econômicos, e dos processos de desenvolvimento em geral (Garcia, 2012). Os estudos sobre a violência urbana devem levar em consideração, desde a sua estrutura, percepções mais abrangentes sobre as condições de subalternidade trabalhadas, não somente atreladas à noção de classe:

> *“a reflexão teórica e metodológica acerca dos antagonismos nas sociedades contemporâneas pressupõe abordagens críticas sobre o modelo de sociedade que nega os sujeitos sociais e políticos diversos, sobretudo, no processo de urbanização, onde mulheres e negros continuam sendo ignorados como parte da cidade, sobretudo nos estudos urbanos que em geral buscam explicar os dilemas das cidades com o conceito de classe.” (Garcia, 2012, p.144)*

Afirma-se, então, que as formas de exclusão das dinâmicas econômicas são predominantemente vividas pelas populações negras, a autora então institui: “o Brasil não é pobre, a pobreza é que é negra*”* (Garcia, 2012, p.148) e Fanon completa: “a cause é a consequência; você é rico porquê é branco, você é branco porquê é rico” (Fanon, 2005, p.40). A ideia de Brasil, portanto o projeto de construção da identidade nacional brasileira na prática é composta pelo racismo como facilitador da “construção social de homogeneidade através da exclusão” (Mullings, 2013 p.337). O trabalho da autora Leith Patricia Mullings (2013), explica como a presença estrutural do racismo produz dinâmicas sociais e econômicas nas quais “grupos racializados se convertem sistematicamente em marginalizados ou excluídos” (Mullings, 2013, p.356). A condição expressa no pensamento desses três autores, é um fator central que explica a situação de rua como uma forma de exclusão das populações negras da economia, do mercado de trabalho, portanto exclusão do acesso à renda e à habitação e por fim, exclusão das próprias

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

dinâmicas econômicas, sociais e politicas.

Expressões da desigualdade no cotidiano das cidades do país comprovam o efeito dessas estruturas. Utilizando do apoio de pesquisas demográficas sobre o pertencimento de raça das pessoas em situação de rua, se sustenta que a extrema pobreza, manifestada na situação de rua, é experimentada predominantemente por pessoas negras. Os dados levantados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População de Rua da UFMG (POLOS-UFMG), de 2021, apontam, por meio da análise de dados cadastrais no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que 69% das pessoas em situação de rua são negras[4]. A situação de rua no Brasil é fundamentalmente uma experiencia vivida majoritariamente por pessoas negras.

É possível perceber expressões desse modelo de produção da subalternidade fundamentado na exclusão social e econômica de setores inteiros da população do próprio processo de conformação urbanística das cidades ao redor do país, que muitas vezes é adotado como política de Estado. Se demonstra que o processo de urbanização brasileiro é estabelecido em função da “divisão racial do espaço” (Garcia, 2012), e como, ao contrário das populações brancas, que ocupam os espaços mais privilegiados, as populações negras ocupam espaços de marginalização (Garcia, 2012). A sociedade urbana brasileira nasce, portanto, conectada à essas estruturas de discriminação racial. No interior da composição dos processos de urbanização no país, as identidades subalternizadas das populações negras são condicionadas historicamente por novas formas de racismo que se reproduzem e se adaptam à contemporaneidade, percebidas em expressões da segregação dentro do espaço urbano, contribuindo com a produção da já mencionada “divisão racial do espaço” (Garcia, 2012). Esse é o caso da prática da gentrificação, em si, uma forma de racismo expresso na instrumentalização da desvalorização imobiliária como ferramenta especulativa, desapropriando as populações marginalizadas de seus territórios, garantindo um movimento de geração de lucros. Como explica a autora Leith Mullings, se trata de um: “…processo através do qual bairros e comunidades são apropriados por meio de mecanismos legais – entre as minorias raciais estabelecidas nas metrópoles pode ser entendido como um

4 Pesquisa aponta dados demográficos sobre o pertencimento de raça da Pop. Rua, Disponível em: https://almapreta.com.br . Acesso em: 23 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

processo paralelo de desapropriação e acumulação…” (Mullings, 2013, p.342).

O cotidiano das populações vivendo em situação de rua no centro de São Paulo é atravessado por diversas formas de violências, e se percebe como as pessoas negras e mulheres em situação de rua são os alvos mais recorrentes. Por meio da análise dos dados sobre casos de violência contra pessoas em situação de rua, notificadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), se percebe que “Homens negros e jovens correspondem às principais vítimas desse tipo de violência. Pessoas pretas (14%) e pardas (55%) somam 69% das vítimas”[5] (BRASIL, 2023, p.22). Também se observa a expressividade das denúncias feitas em casos de violência sofridas por mulheres vivendo em situação de rua, sendo mais recorrentes e ao mesmo tempo compondo um percentual demográfico menor, em comparação aos homens:

> “[…] apesar de representarem apenas 13% do total de pessoas vivendo nas ruas, as mulheres são vítimas de 40% dos casos de violência notificados. As mulheres transexuais representam a identidade de gênero mais frequente entre as vítimas que tiveram esse campo preenchido.” (BRASIL, 2023, p.22).

A autora afirma, “que o racismo atua com mais eficácia na produção das desigualdades do que o sexismo, embora ambos sejam estruturas perversas para a maioria que habita a cidade.” (Garcia, 2012, p.156), mas também explica como as identidades subalternizadas de mulheres pretas sofrem de “discriminação tripla: como mulher, como negra e como pobre…”(Garcia, 2012, p.156). A condição de discriminação tripla apontada pela autora é bastante destacada nos dados trazidos acima. A pesquisa aponta que a maior incidência de casos de violência são sofridos por pessoas negras e mulheres em situação de rua, dessa forma se percebe que as mulheres negras em situação de rua estão inseridas em ambas categorias, ocupando o local estatístico mais amplo, aparecendo nos dados sobre denuncias de violência contra a população negra vivendo nas ruas, e também nos dados sobre denuncias de violência contra mulheres em situação de rua.

O debate sobre os esquemas de pertencimento de raça e gênero,

5 Pesquisa integrada ao relatório do “Plano Ruas Visíveis”, realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em 2023, que consiste em um plano de ação e monitoramento para a efetivação da Politica Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/ . Acesso em: 23 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

principalmente dentro da academia, carrega fundamentos de “teses sexistas e racistas” (Garcia, 2012, p.144). Se percebe como a “…estratégia do silêncio sobre as mulheres em geral, e as mulheres negras em particular, constrói-se invisibilidade, marginalização e desigualdades no espaço urbano” (Garcia, 2012, p.144). Portanto, se reafirma como a reflexão sobre os esquemas de pertencimento de raça e gênero entre a população em situação de rua é de extrema importância para contrapor a silencio produzido sobre esses pertencimentos, assim como para contrapor noções de “daltonismo social” que, como explica a autora Leith Mullings, são utilizadas para apoiar uma ideologia que alega a suposta igualdade racial, ou de gênero, no interior da sociedade: “usado para sugerir que o campo de jogo é nivelado, facilitando a oposição dos brancos amplamente reconhecida à ação afirmativa, redistribuição e outras formas de justiça compensatória…” (Mullings, 2013, p.347). Ideologias como essas são bastante presentes no Brasil, país onde se cultiva historicamente ideias como a de “democracia racial”, de maneira que a produção de contrapartida à essas noções se faz politicamente necessária.

O movimento realizado neste trecho do trabalho demonstra, com o apoio dos referidos autores, que a violência é um fator material e simbólico presente em toda a constituição da realidade histórica vivida por populações marginalizadas, desde o processo de colonização desses territórios, constituindo divisões e fronteiras entre a cidade dos que colonizaram e dos que foram colonizados (Fanon, 2005), onde o pertencimento de raça se torna fundamental para a analise de expressões da desigualdade econômica (Fanon, 2005). Também foi discutido como a violência vivenciada por corpos vivendo em situação de rua, está acoplada ao processo histórico da construção de identidades subalternizadas de mulheres e pessoas negras no Brasil, através de processos de exclusão social, econômica e política (Fanon, 2005; Garcia, 2012; Mullings, 2013), sendo constantemente ocultadas dos debates e pesquisas sobre o tema (Garcia, 2012), implicando na marginalização dessas identidades. Do mesmo modo, são aplicadas formas de racismo típicas de processos de exclusão espacial no ambiente urbano, percebidos em casos de gentrificação (Mullings, 2013), por exemplo, como mecanismos que ajudam a consolidar uma “divisão racial do espaço” (Garcia, 2012). Os esquemas de discriminação trabalhadas se validam em relação a Pop. Rua de São Paulo, por

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

meio de dados quantitativos que apontam como os principais alvos da violência desse grupo são pessoas negras e mulheres, marcando de forma muito visível as condições de raça e gênero nas denúncias de violência sofridas por pessoas em situação de rua. E, por fim, a reflexão sobre o pertencimento de raça da população em situação de rua, assim sobre as condições de gênero, percebidas em relação a violência sofrida por esse grupo, são essenciais para produzir um contraponto politico a ideias de daltonismo racial, e social, que produzem argumentos contra as ações afirmativas e formas de justiça compensatória (Mullings, 2013).

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

3 TRABALHO DE CAMPO: DENTRO DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE

O centro da cidade foi espaço selecionado, pequeno fragmento do todo que parece ser infinitamente extenso, no qual se desenrolou a pesquisa e foram realizadas as reflexões que compõem este trabalho. Para apresentar o processo de chegada ao campo, é preciso descrever como as hipóteses traçadas inicialmente, ao serem confrontadas com as dinâmicas observadas em campo, sofreram um processo de deslocamento que resultou em um redirecionamento das ações da investigação. Fundamentalmente, os espaços e atores protagonistas dessas primeiras suposições, não sustentaram em campo o suposto protagonismo que eu acreditava estar observando.

A ideia inicial do projeto era investigar a relação entre a conformação de espaços de consumo das elites, tais como restaurantes e bares no centro da cidade, e a violência sofrida pela população em situação de rua. Sobretudo em espaços de experiências de consumo externalizado, que utilizam o espaço público para expandir suas atividades, colocando mesas e cadeiras nas calçadas em frente seus estabelecimentos, por exemplo. Nesse sentido, facilmente percebe-se que o contato com as ruas da cidade implica no investimento em formas de assegurar as condições dentro do que parece ser um misto entre espaço público e privado. É como se fossem fundadas fronteiras, um “fora” e um “dentro” do mesmo espaço público. O próprio campo apresentou diversas vezes a mesma composição de elementos, o espaço público ocupado pela atividade de entidades privadas, recorrentemente restaurantes e bares do centro da cidade, que se reveste de formas de assegurar que o interior desse espaço misto esteja de acordo com a ordem que lhes convém. Assim como de igual maneira, o próprio trabalho de campo demonstrou que muitas das vezes esses esforços são direcionados a manter do lado de “fora” pessoas em situação de extrema vulnerabilidade que buscam algum tipo de ajuda.

Uma observação feita em campo ajuda a ilustrar esse pensamento. O restaurante localizado na esquina entre as ruas Araújo e Gen. Jardim sempre deixou esse efeito muito evidente para mim. Sendo considerado um dos melhores da América Latina, e também considerando os preços no cardápio, o restaurante é bem

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

querido pelas classes mais ricas da cidade e fica próximo a praça da República, região central da cidade. Esse estabelecimento, assim como diversos outros da região, fazem parte de uma iniciativa chamada “Ocupa Rua”[6], que constrói terraços ajardinados em vagas da Zona Azul, espaços com mesas e vasos de costas para a rua, utilizados por restaurantes como área externa. O restaurante fica em frente a um desses, que compõem grande parte da ambientação do restaurante. Ao mesmo tempo que o aparato do restaurante que ocupa a calçada, consiste em balcões de talheres e copos, iluminação especial, decoração temática, também se observa o forte investimento em vigilância, com seguranças em ambas entradas do terraço ajardinado, ou melhor dizendo, da calçada. O restaurante também se localiza em frente a secretaria da saúde do município, do outro lado da rua, local que muitas pessoas em situação de rua utilizam para dormir. Em diversas ocasiões, passando por ali, vi os seguranças do restaurante expulsando pessoas que pediam alguma ajuda a quem comia. Esse evento é comum no cotidiano dos restaurantes e bares da cidade. E a violência é sempre um fator marcante. Um outro exemplo acontece dessa vez enquanto estava com amigos em um bar no Largo da Sta. Cecília, onde as mesas se estendem por quase metade da praça, onde presenciamos a mesma situação. Só que nesse caso o segurança só parou de bater em uma pessoa em situação de rua que pedia algum dinheiro, quando quem consumia no bar interviu. Perguntavam “Eai? Você vai matar ele?” enquanto o segurança chutava repetidamente a cabeça do homem que pedia ajuda. Todo o incidente foi observado por policiais militares parados em frente uma base móvel no fim da rua, não se mexeram. Nunca mais voltei neste bar.

Observações como as descritas acima, foram responsáveis por fomentar o meu engajamento inicial sobre o assunto. Durante esse período da pesquisa, de formulação de hipóteses sobre o cenário observado, buscava pensar nos grupos de seguranças privados e estabelecimentos no centro da cidade como os maiores reprodutores da violência sofrida pela população em situação de rua e principais responsáveis pela composição da espacialidade excludente do centro da cidade. E, por consequência, estabelecia que o recorte do espaço urbano mais relevante para

6 Projeto “Ocupa Rua” - projeto realizado pela parceria entre a prefeitura de São Paulo, o escritório de arquitetura Metro Arquitetos, e outros colaboradores, Disponível em: https://www.instagram.com/ocuparua/?hl=en. Acesso em: 23 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

entender essa forma de violência seria a fronteira de interação entre os locais de consumo, apresentados mais acima, e a população em situação de rua.

As hipóteses exordiais foram levadas para campo, onde, ao estabelecer diálogo com a metodologia apresentada e as disposições observadas no cotidiano da cidade, foram sendo bruscamente deslocadas. Outros espaços e atores foram sendo percebidos à medida que os dispositivos teórico metodológicos escolhidos apoiavam a organização das ações em campo, se tornando protagonistas conforme os locais, anteriormente supostamente mais determinantes, passavam a se situar cada vez mais distantes dos lugares frequentados no decorrer da pesquisa. Esse processo de deslocamento das hipóteses iniciais, tanto sobre os atores envolvidos, quanto sobre os ambientes onde se reproduz a violência, foi responsável pela identificação de outras dinâmicas bastante relevantes para a compreensão mais tangível das formas de violência estudadas.

O deslocamento que foi descrito se deu a partir da organização do olhar em campo, regido pelas ferramentas metodológicas apresentadas, assim como por contribuições dos dispositivos teóricos recolhidos durante a pesquisa bibliográfica. O decorrer da pesquisa demonstrou que existiam outros circuitos frequentados pela Pop Rua. Foi por meio deste processo que me deparei pela primeira vez com a ideia de que as ambições e pressupostos preliminares da pesquisa não carregavam o peso que eu imaginei que carregassem, e foi o contraste entre as minhas suposições e os desdobramentos em campo que me fizeram perceber tanto espaços que eu poderia frequentar, quanto os atores que reproduzem de forma mais pragmática/ ordenada/ repetidas os moldes de violência analisadas neste estudo.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

3.1 MAPEAMENTO E OBSERVAÇÃO

Figura 1: Mancha 1 (á esquerda) e Mancha 2 (à direita) lado a lado

Fonte: Elaboração Própria

A pesquisa de campo inicia-se no dia 27/11/23, considerando que eu já frequentava a região de interesse há algum tempo. A primeira ida a campo foi marcada pela tentativa de aplicar as formulações metodológicas que havia adotado, assim como foi o dia que se estabeleceram as manchas (Magnani, 2016) as quais passaria a frequentar. O movimento inicial de pesquisa e mapeamento do espaço foi marcado pela identificação da localização de circuitos frequentados pelos grupos que eu buscava observar, e o estabelecimento do perímetro para delimitar as manchas de atuação, e pelo mapeamento do interior do espaço delimitado. No primeiro momento foi necessário designar quais práticas poderiam ser entendidas como conformadoras dos circuitos frequentados pela população em situação de rua que seriam observados, de maneira que elegi a prática de permanência no espaço, considerando a errância forçada imposta à muitas pessoas deste grupo no centro da cidade. De igual maneira, por efeito das hipóteses iniciais já apresentadas, também busquei localizar espaços onde existisse o choque entre circuitos de diferentes

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

grupos. Os circuitos encontrados forneceram a estrutura utilizada para a determinação dos perímetros, e portanto, das manchas que seriam frequentadas e mapeadas. O primeiro deles se situou na região da Praça da República, e o segundo foi percebido nas imediações da praça da Sé, se prolongando ao longo dos calçadões do centro histórico. Assim foram fundadas as manchas, primeiramente em um desenho no caderno de campo, e depois de modo virtual sob o mapa da cidade.

Foram motivos distintos que levaram a escolha de ambas as manchas, sendo que uma delas mais tarde passaria a exercer maior protagonismo, exigindo maior investimento de tempo e atenção. A mancha 1 (M1) foi escolhida por apresentar dentro do si as fronteiras entre circuitos contrastantes. Neste espaço se localizam os quarteirões dos estabelecimentos do projeto “Ocupa rua”, apresentado anteriormente, parte de um circuito de restaurantes e bares com espaços de consumo externalizados. Assim como também a praça da República, local que apresenta a junção de diferentes linhas de transporte público da cidade, saída de uma das estações de metrô da linha vermelha, e bastante presença de comércio de rua.

A praça da República abriga a atividade diária de um caminhão do “Bom Prato Móvel”[7], serviço de venda de alimentação (marmitas) por R$1,00 feita por meio de dois veículos que trazem as marmitas já prontas, configurando como um ponto importante de um circuito socioassistencial localizado nesta região. O contraste entre a demanda por serviços básicos, como é o caso por acesso à alimentação digna e acessível, e pontos bem estabelecidos de circuitos de restaurantes e bares caros, muitos integrantes do projeto “ocupa rua” e expandindo suas atividades para as calçadas e terraços ajardinados, chamou a minha atenção:

> *“A primeira mancha de observação (M1) condiz nos arredores da praça da República, elevada até os limites da Rua Rego Freitas com a Rua Epitácio Pessoa, fechando o perímetro na Av Ipiranga do outro lado. A escolha por esse conjunto de ruas se dá à medida que apresenta uma fronteira entre a extrema vulnerabilidade, como é visto na praça da república e adjacências, e o lazer das classes mais ricas no centro da cidade” (Diário de campo, 27/11/23).*

Já a mancha 2 (M2) foi escolhida por apresentar dentro de si diversos

7 Extensão do programa “Bom Prato”, em modalidade móvel. Tem como objetivo oferecimento de refeições de alta qualidade por preços acessíveis, Disponível em: https://www.desenvolvimento-social.sp.gov.br/acoes-de-protecao-social/programa-bom-prato/. Acesso em: 25 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

pontos de um amplo circuito frequentado pela população em situação de rua, como locais de distribuição diária de marmitas, e outros equipamentos de assistência social, onde se percebe formas de permanência destes grupos, mesmo que sempre suscetíveis de recolocação por ações de limpeza urbana ou remoção, o famoso rapa.

A área do perímetro traçado é uma região de calçadões muito movimentada, tomada pelo comércio, assim como é onde se localizam inúmeras sedes de bancos e secretarias do Estado e Município. Apresenta no seu interior, também, uma série de equipamentos e serviços de assistência social básica, todos intensamente frequentados por pessoas em variados graus de vulnerabilidade. De igual maneira é possível perceber como é um espaço de policiamento ostensivo e intensa atuação do Estado, repleto de policiais militares, guardas municipais e agentes do Estado atuando por diversas secretarias.

O processo de identificação de espaços onde fossem reconhecidas o exercício de práticas da permanência da população em situação de rua na M2, acabou por entender as Igrejas do centro histórico da cidade, e os largos que as abrigam, como espaço recorrente não só de permanência de grupos de Pop. Rua, assim como de esforço contínuo das autoridades em vigiá-los e afastá-los destes locais. Seja por motivos de religiosidade, ou por alguma condição específica do espaço, os arredores das Igrejas são marcados pela existência de pontos de acesso a rede de assistência social, ao mesmo tempo que a composição espaçosa dos largos é uma forma urbana que possibilita a permanência mais distanciada do intenso fluxo de pessoas do cotidiano do centro:

> *“Seja dentro da igreja, seja nos arredores, uma rede de assistência básica é estabelecida, percebida e usufruída. A mancha 2 (M2) é um perímetro traçado entre pontos cardeais nomeados e localizados nas igrejas do circuito do centro histórico da cidade. Começando no Largo do São Bento, seguindo em direção ao pátio do colégio, e então para a Catedral da Sé, então o Largo do São Francisco e por fim o Largo do Patriarca” (Diário de campo, 27/11/23)*

A proximidade entre as duas manchas possibilitou um terceiro modo de análise, sendo este o deslocamento entre os dois espaços, configurando um “trajeto” (Magnani, 2016) bem interessante. O exercício de observação do trajeto entre uma

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

mancha e a outra foi tão repleta de acontecimentos relevantes quanto a observação da própria mancha, sendo que também foi realizado um mapeamento desses espaços limiares ao passo que foram apresentando desenvolvimentos pertinentes.

Durante este primeiro dia conheci o Maurício, motorista do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da Pop Rua[8], um ônibus estacionado no vale do Anhangabaú, convertido em escritório móvel destinado a oferecer serviços de acesso e garantia de direitos a pessoas em situação de rua. Eu estava, justamente, no trajeto entre a M1 e a M2, que pode ser feito atravessando o viaduto do Chá, por cima do vale, ou pode ser feito atravessando o próprio vale do Anhangabaú, pela av. São João. Esse trajeto passa em frente uma central de habitação, espaço gerido pela secretaria da habitação do município com intuito de tirar dúvidas e gerar encaminhamentos. Não muito a frente encontrei com esse furgão, um micro-ônibus verde escrito em laranja “centro de promoção e defesa pop rua”.

Parei para perguntar sobre o que era ofertado ali. Quem falou comigo foi o motorista do equipamento, que me falou seu nome e contou qual o objetivo daquele espaço itinerante, era hora do almoço só havia ele no espaço. Explicou que aquele equipamento passava períodos de cerca de 2 meses em diferentes pontos da cidade, e que contava com uma equipe de advogados e psicólogos para realizar atendimentos à Pop. Rua.

Ele explicou que muitas pessoas buscam conselhos de onde ir para acessar seus direitos, buscando retirar um documento, ou garantir algum benefício específico, as pessoas perguntam onde ir e como fazer. Mas a demanda principal, ele disse, é a busca por auxílio para lidar com casos de abuso de autoridade, tanto partindo de forças policiais e guardas municipais, quanto de funcionários dos equipamentos de assistência social, sendo que muitas vezes as pessoas eram ameaçadas de serem desligadas dos programas, ou até mesmo eram desligadas sem saber por que. Por meio de denúncias registradas nas Atas das reuniões do Comitê Pop Rua de SP é possível perceber que esse é o caso em diversos equipamentos da rede socioassistencial do município. Durante a reunião ordinária nº

8 Modalidade móvel do “Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua de SP”, que busca promover o acesso a serviços e equipamentos públicos de interesse dessa população Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/poprua/w/321738 Acesso em: 25 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

107[9], em Junho de 2023, uma série de denúncias feitas por conviventes do equipamento “Autonomia em Foco” apontam como, com o caso de uma nova gestão do equipamento, pessoas estavam para ser desligadas do programa por terem atingido o prazo de três meses dentro do equipamento, mesmo esse prazo não sendo o suficiente para organizar uma possibilidade de não retornar à situação de rua. Em outro caso, denunciado dessa vez na reunião ordinária nº 114[10], em Fevereiro de 2024, um convivente de um “Hotel social”, programa de moradia articulado com atendimentos de reabilitação de pessoas em situação de vícios em substâncias organizadas pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) , conta como “um de seus colegas, sem quebrar nenhuma das regras da hospedagem e que frequentava tratamentos para o vício, ao vivenciar uma recaída e utilizar drogas na rua, foi desligado da sua vaga no programa.” (Caderno de Campo, 07/02/24). Essas e outras denúncias, com as quais acabei entrando em contato mais adiante na pesquisa, colaboram com as informações que o Maurício trazia sobre as demandas que percebia no equipamento no qual trabalhava.

Ele também se interessou bastante sobre a minha pesquisa, principalmente quando contei que estudava em Foz do Iguaçu, local bastante frequentado por ele que já fora motorista de Ônibus de viagem. Conversamos por um bom tempo, ao longo do qual pessoas buscavam o serviço do equipamento e eram frustrados pelo intervalo de almoço dos profissionais. Maurício me contou que também foi policial por muitos anos antes de ser motorista, e que a função que conseguira ali foi fruto de muito estudo para passar na prova do edital. A sua animação em relação a minha pesquisa também parecia se relacionar de alguma forma com o momento na vida de seus filhos, pois a filha mais nova tinha acabado de entrar na universidade. Foi desta maneira que fui sendo apresentado à prática dos serviços itinerantes, uma dinâmica cada vez mais comum em relação aos serviços de assistência social, tema bastante questionado no debate trazido mais adiante pela pesquisa. Precisei ir embora e prometi passar ali de novo quando tivesse tempo, agradeci a ajuda e segui em direção a M2.

Neste mesmo dia, o de chegada a campo, enquanto imerso no processo de

9 Registros das referidas atas do encontro ordinário 107º do Comitê Pop Rua de SP, Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/ Acesso em: 25 ago, 2024.

10 Registros das referidas atas do encontro ordinário 107º do Comitê Pop Rua de SP, Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/ Acesso em: 25 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

procurar identificar os tais circuitos que já tanto mencionei, fui confrontado com uma situação que encarei como sendo uma manifestação da seriedade do campo que eu havia escolhido, deixando em evidência a profunda marca da violência no cotidiano de pessoas vulnerabilizadas. Tudo aconteceu no Pátio do Colégio, em frente a secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de SP, ao lado de uma van de apoio a profissionalização da população LGBTQIA+. O ocorrido foi narrado no meu caderno de campo virtual da seguinte maneira:

> "*Não quero limitar a existência desse homem que conheci pelo fato de que era portador de AIDS, mas acabou sendo a única coisa que aprendi sobre ele. Eu estava falando com a Raquel, uma funcionária da secretaria de Justiça que conheci. Ela trabalha com a garantia de direitos da população LGBTQIA+, e estávamos frente a uma van direcionada a profissionalização de pessoas dessa comunidade. Chegou então um homem alto, branco, parecia ter uns 40 anos, foi bem educado, e começou a contar a sua situação. O tempo todo se desculpava pelo modo como estava vestido, e se direcionava para mim querendo dizer que se estivesse vestido como eu seria outra história (eu vestia um tênis já meio usado, shorts azul marinho e camiseta preta sem estampa, carregava o crachá no peito e o caderno na mão). Explicou que buscava emitir um documento que lhe havia sido roubado para poder sacar o benefício do "bolsa família", e perguntava se ali era o lugar para fazê-lo. Contou também que era uma pessoa portadora de AIDS, que havia descoberto há algum tempo e que tomava os coquetéis de remédios, e lidava com os efeitos. Fazia um dia que ao dormir próximo de outra pessoa na rua fora roubado, levaram uma sacola com suas roupas, documentos e o coquetel de remédios para o seu tratamento. Disse que não queria mais remédios e que só esperava a morte chegar, mas que precisava tirar o documento para acessar o benefício e viver até lá. Nessa hora Raquel saiu para beber água, foi um dia quente. Não sei porque, mas nesse momento falei algo sobre como a morte seria o final e para que ele continuasse lutando ou algo assim. Sinceramente não lembro bem das minhas palavras. Mas lembro que ele já ia saindo, seguindo o conselho de Raquel, sempre preocupado com as suas roupas e aparência, quando me disse "Pra você a vida é boa. Pra mim a vida é uma merda…", e foi andando para longe e dizendo mais coisas que não consegui entender. Assim que anotei no meu caderno: "Pra você a vida é boa. Pra mim a vida é uma merda" fala de um homem soropositivo que buscava auxílio na secretaria de Justiça"(Caderno de campo, 27/11/23).*

Achei essas palavras muito marcantes, e percebi como algumas vezes em campo essa frase era bastante verdadeira. Principalmente quando se coloca em perspectiva o papel da academia nos estudos sobre a violência, e sobre como esse processo, por vezes, conduz a um certo grau de insensibilidade. Entretanto, se faz necessário não imobilizar a existência de um grupo tão diverso em função de construções de identidades homogêneas, trágicas e desqualificadas. Como é trazido ao longo da pesquisa, se trata de um grupo que, mesmo lidando cotidianamente

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

com a violência da falta, é também repleto de potências. Isso é percebido, por exemplo, na politização profunda, presente na luta por direitos, manifestações e cobranças às autoridades. Ou mesmo em eventos na cidade, como foi o caso da 3ª edição do Evento Pop Rua de SP, no parque da Luz[11]. Essas palavras foram essenciais para não perder de vista a seriedade da situação a qual escolhi estudar, e como a violência existente pode ser cruel, ao mesmo tempo que foram importantes para deixar ainda mais evidente como as pessoas que vivem na rua não são corpos somente acometidos pela tragédia, mas que, por serem humanos, são tão plurais e complexos quanto qualquer pessoa.

Entre os dias 27/11/23 e 12/12/23, frequentei esses espaços de forma diária, realizando o mapeamento dos pontos que conformam os circuitos observados, mas também me familiarizando com o exercício do olhar etnográfico no ambiente urbano da metrópole, tão intensamente repleto de movimento. Já entre 12/12/23 e 06/02/24 frequentei de forma menos regular, sendo que ainda eram realizadas as idas a campo. Ao chegar a campo, a primeira sensação que me acometeu foi a confusão completa. Sem saber para onde olhar e como olhar, tudo parecia relevante ao mesmo tempo que parecia não ter relação nenhuma com o evento que eu buscava estudar. Antes do mapeamento efetivo do espaço, o processo de familiarização com o campo foi o exercício inicial que possibilitou se atentar a certas manifestações, assim como aprender a ignorar outras que não serviam ao propósito de entender modelos e esquemas de ordenamento do caos urbano. Como explica Hélio:

> *“Dificilmente uma cidade se aninha em forma de modelo no cérebro de qualquer estudioso. É espaço sobre o qual se anda e de onde se recolhem, na superfície, sinais que merecem leitura, ao mesmo tempo, ávida e cautelosa. O conhecimento da cidade é, portanto, um conhecimento produzido pelos percursos. Ela nunca se destaca do observador e se oferece como um quadro no museu, para cuja contemplação adequada ele busca, com seus passos que tateiam no chão, o lugar ideal, o ângulo perfeito.” (Silva, 2009, p. 174)*

As manchas delimitadas entendem no seu interior lugares como a praça da Sé, aos pés da catedral neogótica de São Paulo, o marco zero da cidade, saída da estação de metrô mais movimentada da cidade. O fluxo de centenas de pessoas

11 Imagens da 3ª edição do Evento Pop Rua de SP, organizado pelo MEPSR-SP, Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cyypsh6PjVP/ Acesso em: 27 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

entrando e saindo, chegando e indo embora, pessoas a caminho do trabalho, muitas indo ao Poupatempo[12], centro unificado de serviços burocráticos do Estado. A região da República não foi diferente, o movimento intenso de vendedores, camelôs, entregadores, pedestres, tudo que pode eventualmente acontecer no dia a dia da cidade acontecendo simultaneamente em toda extensão do espaço. É como se eu observasse o conjunto da obra em desenvolvimento frenético sem entender a magnitude do que meus olhos olhavam.

Para tentar lidar com o que parecia ser uma cena absolutamente desordenada, e assim conseguir trabalhar sobre o mapeamento do região de acordo com os pontos de interesse, realizei um exercício de observação em campo que me ajudou a perceber as camadas do cenário que seriam importantes, e as camadas de relações acontecendo por cima do que me interessava. Sentei no canteiro de uma árvore na praça da Sé e passei analisar o movimento incessante, buscando refletir do porque ele me confundia:

> "*Em seguida fui para a praça da Sé. O fluxo ali é impressionante e a quantidade de eventos desnorteia os sentidos. Optei por tentar identificar, para poder observar algo no meio de tudo que é a Sé, os que passavam e os que ficavam. Se provou útil, e passei a localizar que a maior parte das pessoas não fica ali, na verdade passam e passam rápido. Assim, parece que de certo modo, passei a procurar as pessoas que não estavam com tanta pressa assim, pois ali era o ponto A ou o B (do seu trajeto na cidade), e não algo entre os dois. Mesmo em menor quantidade, os grupos de pessoas que frequentam a região ainda apresentam uma diversidade muito grande. Os que trabalham, os que procuram trabalho, os que frequentam bares e botecos por ali, ou pastores pregam com a bíblia na mão, alguns aguardam o horário no Poupatempo, alguns vendem e compram ouro, ou serviços de dentistas, advogados, policiais e guardas, e mesmo assim ladrões e golpistas, são muitas direções, fica difícil olhar efetivamente. Dentre os que estão ali preciso identificar formas constantes dentre a variedade gritante presente. Assim foi o processo de procurar mapear uma região tão densamente transitada. Sentei e passei a observar." (Caderno de campo, 29/11/23)*

A partir dessas reflexões ajustei o olhar buscando locais de agremiação de pessoas que buscavam permanecer no local, e não utilizá-lo como caminho para algum outro, assim como para identificar a repetição presente no espaço, formas que aparecem mais de uma vez e quais os motivos dessa repetição, quase sempre percebida pela disposição recorrente de sinais de identificação, como fardas,

12 Programa do governo do Estado, vinculado a secretaria de Gestão Pública, que busca reunir os serviços de diversos órgãos e setores públicos em um só prédio

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

uniformes, distintivos, crachás e etc. As camadas além desses pontos focais foram ficando em segundo plano, e algumas características do espaço se fazem evidentes. Ao longo da descrição fica explícita a identificação abundante de símbolos repetidos no espaço, mais presentes do que outros, pertencentes a policiais militares, guardas municipais e agentes de “apoio à remoção”[13]. Já a presença de assistentes sociais é quase nunca mencionada pois apareceram poucas vezes nas cenas observadas. O exagero de aparições de formas de policiamento frente à carência da presença de assistentes sociais é um bom indicador da disputa entre duas formas de relação com o território do centro, e do movimento de precarização dos serviços de assistência social da cidade. Também oferece uma indicação sobre somo são materializados os esforços do Estado, nesse momento especifico da história da cidade, em relação às disputas politicas entre modelos de gestão, onde a presença policial é mais recorrente que a presença de assistentes sociais.

Figura 2: Mancha 1 (M1)

Fonte: Elaboração Própria

Comecei o mapeamento dos espaços frequentados ao longo dos dias

13 Agentes da prefeitura, identificados por meio de coletes laranjas, sempre próximos a vans brancas ou caminhões caçamba, identificados como “apoio a remoção”. Participam das ações de remoção de pessoas dos espaços públicos, e são encarregados de retirar os pertences e colocá-los na caçamba do caminhão

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

seguintes. Procurei frequentar os espaços delimitados nos períodos da manhã e começo da tarde, tentando observar o movimento do café da manhã e do almoço, e a interação entre os grupos da região nestes momentos de saída às ruas buscando se alimentar. Todas as idas a campo foram feitas a pé, identificado pelo crachá da universidade, e utilizando o caderno de campo para registro.

A M1, bem menor que a M2, engloba a praça da República e alguns quarteirões a mais. A secretaria de educação do Estado de SP ocupa o prédio central da praça, com a presença de uma Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEI) logo em frente. Saídas e entradas para a estação República, da linha vermelha do metrô, cercam a região, marcando-a como um local de intenso movimento e conformado por elementos bem comuns à locais próximos do metrô. As lojas, botecos, comércios ambulantes, bancas de jornal, conferem a intensa circulação visível no espaço. Já no interior da praça, como disse anteriormente, se estabelece a atividade do chamado “Bom Prato Móvel”, mais uma expressão da modalidade itinerante de acesso a serviços de assistência social. Por volta das 11:30 começa a venda de marmitas, sendo sempre um cardápio diferente, custando R$1,00, de maneira que filas enormes são formadas ao redor dos dois caminhões que oferecem o serviço. Primeiro se compra a ficha, e depois pega a marmita. As filas dão a volta na praça, que se enche de pessoas se alimentando, buscando lugar para sentar e conversando em grupos pequenos.

A ideia de restaurante popular, sendo um espaço democratizado de alimentação, é virado de ponta cabeça com a aplicação do modelo de serviços itinerantes no acesso a alimentação. Assim as estruturas da praça se tornam restaurante, os assentos e sombras são disputadas, e algumas pessoas acabam comendo no sol ou de pé. Outros passavam pedindo um real para poder comprar a alimentação. O evento diário da hora do almoço é o motivo principal da agremiação e da permanência de pessoas no local, indo para nenhum outro lugar que não ali mesmo para se alimentar. De igual maneira, em todo o espaço se percebe a forte presença de forças da polícia militar e guardas municipais, pelo menos 7 oficiais da cavalaria da polícia militar, e seus cavalos, faziam a ronda, e mais uma outra grande quantidade de policiais militares caminhando aos pares. Em conjunto com os funcionários do próprio Bom Prato e trabalhadores da limpeza urbana, as forças de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

segurança foram as únicas formas e símbolos repetidos que identifiquei, bastante presentes, pois ali se localiza uma base da PM no interior da praça,
ao lado da EMEI.

Em diversos pontos da praça se lia uma pichação que dizia “Não é a Disney”, achei interessante, a praça não tinha cara de Disneylândia mesmo. Dentre as pessoas que buscavam acesso ao Bom Prato, assim como é o caso da modalidade não itinerante, não se observa uma predominância de pessoas que aparentam estar em situação de extrema vulnerabilidade.

Fotografia 1: Pixo "Não é a Disney" na praça da República

Fonte: Autoria Própria

Diversos grupos buscam esse serviço, pessoas em situação de rua, trabalhadores da limpeza pública, pessoas com o currículo debaixo do braço que buscam emprego no centro, pessoas da terceira idade e assim por diante. A reflexão que surge ao observar essa cena, tão comum no cotidiano da cidade, contribui para o entendimento de que existe uma condição de vulnerabilidade envolvendo acesso à alimentação de qualidade, percebida na demanda tão grande de serviços como os do “Bom Prato”.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Figura 3: Mancha 2 (M2)

Fonte: Elaboração Própria

Os outros quarteirões que compõem a mancha de observação também estão ocupados com a dinâmica da hora do almoço, sendo que a maioria das pessoas em situação de rua da região estão igualmente ocupadas com essa mesma movimentação, almoçar. Saindo um pouquinho da mancha, foi possível localizar alguns pontos de uma rede de assistência social. O primeiro é o “Centro de Referência da Diversidade Brunna Valin”[14], na rua Major Sertório, ponto de acolhimento e apoio a pessoas da comunidade LGBTQIA+, e o segundo é o “Centro de Formação e Capacitação Pop Rua”, um prédio onde o Movimento Estadual Da População de Rua de São Paulo (MEPSR-SP)[15], movimento social que luta para garantir os direitos da população em situação de rua, realiza atividades profissionalizantes direcionadas a Pop. Rua para auxiliar no acesso ao mercado de trabalho. Fui em direção ao centro de formação e, conversando com quem me

14 Centro de Cidadania LGBTI+ do município de SP responsáveis pelo desenvolvimento de ações permanentes de combate a LGBTQIfobia e respeito a diversidade sexual, Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/lgbti/w/rede_de_atendimento/271098 .Acesso em: 28 ago, 2024.

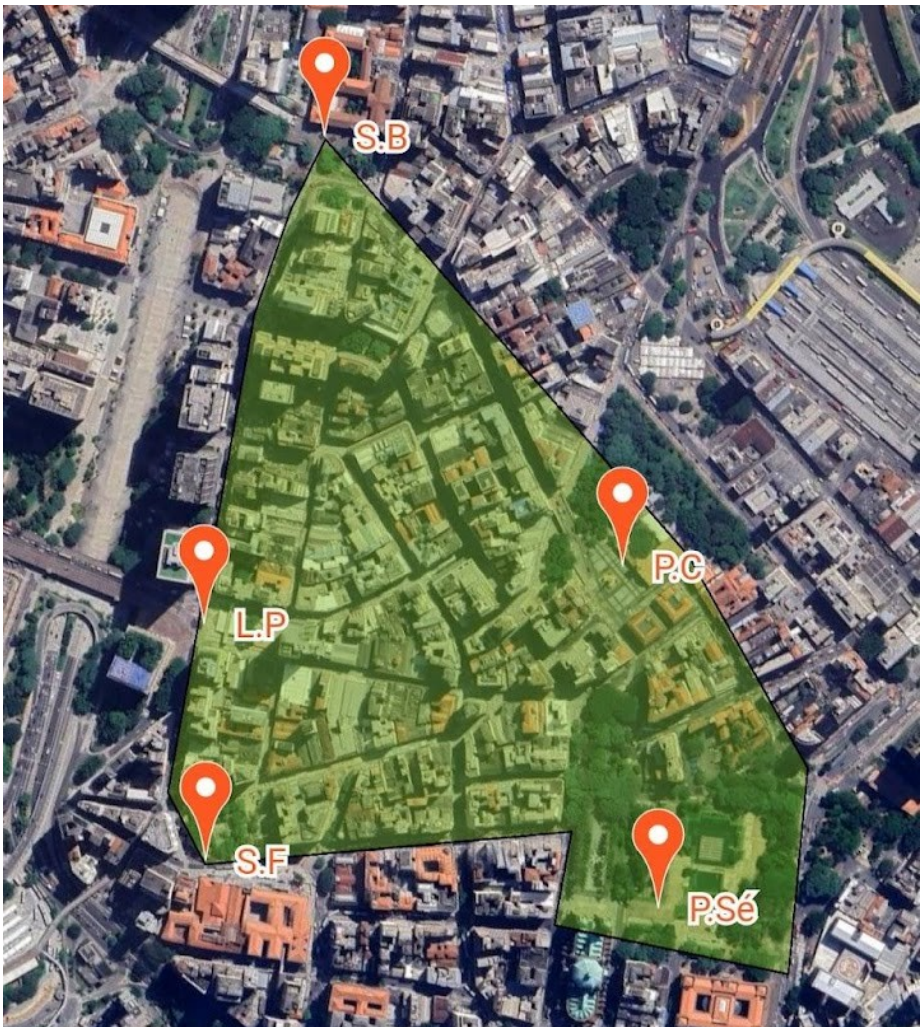
15 Movimento Estadual da População em Situação de Rua de São Paulo (MEPSR-SP) é um movimento social organizado na lute pelos direitos da população em situação de rua em todo o estado, Disponível em: https://www.instagram.com/movimentoestadualdapopderua/?hl=en. Acesso em: 28 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

recebeu, aprendi que ali é também um ponto que recebe marmitas para a distribuição, só que em menor quantidade, vindas das duas outras cozinhas e restaurantes populares do movimento.

Já M2 representou um desafio maior, pois dentro do seu perímetro, também mais amplo, pude localizar uma variedade muito grande de locais de agremiação de pessoas em situação de rua, geralmente próximos dos muitos pontos da rede socioassistencial do Estado. Foi, também, esse espaço que apresentou os desenvolvimentos que me conduziram ao segundo momento da pesquisa. Logo, com o caminhar da investigação, a M2 foi conquistando o protagonismo durante as minhas observações. O interior deste espaço é um labirinto de calçadões, interligando os pontos cardeais escolhidos para delimitar os perímetros, materializados nos largos e as suas respectivas igrejas, o mapeamento se deu no interior destes espaços da M2, como será apresentado a seguir.

Figura 4: Disposição dos pontos cardiais de observação da M2



Fonte: Elaboração Própria

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

3.1.1 Largo do Patriarca

O Largo do Patriarca (L.P) foi o primeiro local a ser mapeado, e se mostrou repleto de expressões dos circuitos que eu buscava localizar. Em todo o espaço do Largo sempre haviam muitas barracas abrigando pessoas em situação de rua. Era também um ponto de encontro dos serviços de “apoio a remoção”, com vans recheadas de agentes da prefeitura usando coletes laranjas, caminhões caçamba geralmente cheios de pertences recolhidos após as operações, sempre acompanhados de alguns carros da Guarda Civil Metropolitana (GCM). De um lado da praça existe uma Unidade Básica de Saúde (UBS), do outro a igreja Santo Antônio ao lado da Secretaria Municipal da Fazenda, tudo bem em frente a sede da Prefeitura do Município de São Paulo, no antigo Edifício Matarazzo. Um pouco mais à frente se localiza o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) IST/AIDS Henrique Souza Filho[16], centro para testagem e tratamento de AIDS e Infecções Sexualmente Transmissíveis, em frente à SMDHC. Foi também bastante recorrente a presença de serviços de assistência social ambulantes, notadamente do programa Ampara Sp[17], que será descrito mais adiante, assim como a eventual presença de grupos de assistentes sociais que atendiam as pessoas morando na região, em especial famílias com crianças que frequentemente estavam por ali.

3.1.2 Largo do São Bento

O Largo do São Bento (S.B) é região de saídas e entradas para a 25 de março, famosa rua do circuito do comércio inferior da economia urbana (Santos, 2008) de SP, tal como da estação São Bento da linha azul do metrô, sendo um ponto bem mais movimentado e fortemente marcada pelo comércio. A igreja do São Bento fica no meio do largo. Assim como no L.P, a praça é local onde se instalam barracas

16 Centro de Testagem e Aconselhamento parte da rede municipal especializada em IST/AIDS, oferecem consultas e tratamento para IST/AIDS e coinfecções, Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/saude/w/istaids/245171 .Acesso em: 29 ago, 2024.

17 Projeto lançado em 2023 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) formado por equipes especiais de abordagem que apresentam as modalidades de acolhimento oferecidas pelo município para pessoas em situação de rua. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/noticias/345332. Acesso em: 29 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

de pessoas em situação de rua. Percebe-se também a presença de veículos de “apoio à remoção” novamente acompanhados pela GCM. Dessa vez, ao notar os guardas municipais, identifiquei que nos carros estava escrito a frase “Policiamento comunitário”. Ali era mais perceptível a presença de policiais militares, talvez pela presença de um posto policial em um dos cantos da praça. Nas primeiras visitas ao lugar, existia um espaço construído do outro lado da rua, coberto por decks de madeira e bancos. Ao longo da pesquisa, obras de requalificação urbana, como explicavam os cartazes em frente aos espaços requalificados, aconteciam por toda a região, de maneira que esse espaço foi fechado com tapumes, onde logo ao lado algumas pessoas foram se estabelecendo em barracas.

A ideia de “policiamento comunitário”, a qual entrei em contato pela primeira vez neste espaço, é vaga e carece de definições precisas (Canonico, 2015). Idealmente deveria seguir parâmetros de descentralização das operações policiais, envolvimento com a comunidade e formas de solução de problemas, entretanto, na prática é percebido por estudos ao redor do tema como sendo “nebuloso” podendo “ser usado apenas para pautar políticas públicas, impedindo que observadores de fora sejam capazes de distinguir entre as verdadeiras inovações policiais e o policiamento tradicional” (Canonico, p.67, 2015). A imprecisão na definição sobre esse modo de policiamento contribui para ampliação dos espectros de jurisdição da atuação policial, conferindo maior poder de ação em uma maior variedade de situações. Em seu trabalho “Entre usuários e traficantes: Múltiplos discursos “sobre” e “da” atuação dos agentes de segurança na região da “cracolândia” (2015), Letícia Canonico De Souza, com o apoio de autores como Rosenbaum (2012), explica como se da a transferência do enfoque da ação para a prevenção do incidente, no lugar do ação sobre o incidente em si, e como isso desloca o controle da desordem como objetivo da ação policial:

> *“O autor argumenta que a desordem era o principal foco de ação policial, mas que com o aumento dos crimes, estes é que se tornam o foco de controle, deixando com que a desordem ocorresse. Posteriormente, muda-se o foco novamente e pauta-se a maneira como a desordem deve ser controlada, tendo em vista a discussão acerca do modelo repressivo entendido como falho, até mesmo considerado inconstitucional. Neste sentido entende-se que a desordem pode ser um fator relacionado à ocorrência de crimes, o que torna necessário agir de maneira preventiva à desordem para evitar o crime, por exemplo” (Canonico, 2015, p.68)*

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Desta forma, Canonico (2015) aponta como o modelo do policiamento comunitário é pautado em projetos de segurança de amplitude federal, como é o caso do plano “Crack, é possível vencer”[18], de 2011. Neste projeto são instituídos 3 eixos de atuação: prevenção, cuidado e autoridade. O eixo autoridade é formado por ações de policiamento ostensivo, fundamentadas no conceito de “policiamento comunitário”, em conjunto com ações para a diminuição da presença do crack na sociedade. Essa formulação deixa evidente, primeiramente, a relação íntima entre as políticas de combate às drogas e as formas de policiamento ostensivo, e também apresenta a utilização de terminologias vagas e imprecisas para pautar a formulação de políticas públicas. O resultado desse movimento pode ser percebido pelo alargamento da autoridade das polícias e guardas atuando nas regiões centrais da cidade. A autora ainda afirma:

> *“Atualmente, a ação policial é justificada pelo princípio do policiamento comunitário, que se efetiva pela massiva presença de guardas civis e pela instalação do ônibus de vigilância que se localiza próximo da maior concentração de usuários de drogas, ali realizando o videomonitoramento, 24 horas por dia, daqueles que circulam na região. Além do ônibus de vigilância, viaturas da GCM e da Polícia Militar circulam constantemente pela região, e inúmeras outras permanecem estacionadas sobre algumas calçadas. Ao lado das viaturas, guardas, em duplas ou em trios, observam a circulação de pessoas pelas ruas” (Canonico, 2015, p,68)*

Essa descrição de 2015, é verdadeira em diversos espaços observados pela pesquisa de campo em 2024. A presença do policiamento ostensivo pode ser entendida, então, como resultado de políticas públicas que se utilizam de terminologias vagas sobre temas de segurança e policiamento. Gerando, assim, um profundo impacto no espaço urbano, atribuindo mais poder de atuação às polícias, e replicando formas que são constantemente apontadas por grupos de pessoas vivendo nas ruas do centro, como sendo um dos maiores reprodutores das formas de violência sofridas por eles.

18 “Crack: é possível vencer” foi um programa lançado em 2011 que estabelece um conjunto de ações do Governo Federal para enfrentar a incidência de uso de crack e outras drogas, Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conheca-o-programa-crack-e-possivel-vencer. Acesso em: 25 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

3.1.3 Pátio do Colégio

Retornando à descrição, tratamos agora do Pátio do Colégio (P.C). Espaço bastante frequentado pelas elites, devido ao seu papel central nos mitos fundacionais da cidade, também é densamente ocupado por prédios de secretarias do Estado. No centro da praça está o pátio do colégio, acompanhado de um monumento na forma de obelisco. Ambos esses espaços estão cercados por cercas móveis, tentando impedir o estabelecimento de pessoas que buscam onde dormir à noite. Os arredores estão repletos de pessoas que dormem em barracas. Neste espaço também se localiza a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, a Comissão Municipal dos Direitos Humanos e um Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Foi, também, um dos espaços frequentados onde percebi o maior número de ações de limpeza urbana e permanência de guardas municipais e policiais militares. Um pouco mais para baixo, na rua General Carneiro, fica o "Refeitório Amor a Vida"[19], uma cozinha e restaurante popular do MEPSRSP, que oferece refeições diariamente, por meio da distribuição de fichas equivalentes à quantidade de lugares e refeições disponíveis.

Ao longo da semana consegui identificar neste ponto a atuação de assistentes sociais, geralmente em grupos de 3 pessoas. Já aos fins de semana, aos sábados, identifiquei a distribuição de café da manhã no local, realizada por um grupo de voluntários. Ao observar este espaço por um período de tempo, pude perceber dois desenvolvimentos que pareceram chamar a atenção. O primeiro está relacionado com a presença de um obra de requalificação urbana no local, igual a que foi vista no S.B, durante a qual o muro de um canteiro que servia de assento para muitas pessoas que permaneciam ali, inclusive estabelecendo habitação em barracas, foi interditado, cercado por tapumes, e acometido por obras, de maneira a deslocar as pessoas que ficavam ali para outro lugares da cidade. Esse efeito das intervenções de requalificação urbana foi bem recorrente ao longo da pesquisa. Já o segundo desenvolvimento foi a retirada de um bebedouro que ficava na frente do Tribunal de Justiça. Esse equipamento era intensamente utilizado pela população que circula pela região, não somente pessoas em situação de rua. A retirada desse

19 Refeitório e restaurante popular ligado ao MEPSRSP, Disponível em: https://www.instagram.-com Acesso em: 29 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

bebedouro vai na contramão das demandas da população de rua, bastante ressaltadas mais tarde nos encontros do CPR, sobre a dificuldade de acesso à água potável e banheiros para higiene pessoal. Já vi esse bebedouro sendo utilizado quase como chuveiro em dias de muito calor. Também já foram registradas denúncias sobre a qualidade questionável da água que saía desses equipamentos. Não obstante, era um aparato muito utilizado, até que um dia já não estava mais lá, sem nenhum sinal de manutenção ou recolocação em outro espaço, simplesmente deixou de existir, deixando um vazio no que deveria ser um direito fundamental, o acesso à água .

3.1.4 Praça da Sé

Continuando em direção agora à praça da Sé (P.Sé), é possível dizer que foi o espaço mais movimentado dentre os observados, descrevi dessa forma no caderno de campo: “onde se é possível estar, existe alguém” (Caderno de campo, 29/11/23). A praça é gigante, sendo que o lado norte é marcado pela imponente presença do Palácio da Justiça, ao lado da catedral da Sé. Toda a praça é arquitetonicamente projetada, com passeios, jardins suspensos sobre espelhos d’água, escadarias, rampas de acesso e etc. Durante o período desta pesquisa todo esse espaço estava cercado por grades móveis, impossibilitando formas de permanecer no local, se não pelos poucos bancos e canteiros que ficaram livres. Em frente a catedral, um jardim de palmeiras propõe uma via para pedestres ampla, abrigando o marco zero de São Paulo, que termina no prédio da Caixa Econômica Federal. Do outro lado da praça, atravessando a rua em direção ao terminal parque Dom Pedro II, se encontra o comando do corpo de bombeiros e o 7º batalhão da polícia militar, bem ao lado de um grande complexo que abriga o “Poupatempo” da cidade.

O interior da praça é ocupado por uma incansável variedade de formas e sujeitos do espaço urbano. Uma cena comum na memória são as pessoas que compram e vendem ouro, do outro lado da rua padres e pastores gritam a palavra de Deus desde o interior de um quadrado desenhado no chão, enquanto uma plateia diversificada escutava atenta os maus ou bons presságios. O policiamento ostensivo

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

também é rapidamente percebido. Quase que no centro da praça, de frente a um monumento a São José Anchieta, se localiza uma grande base da GCM, onde carros e motos da guarda ocupam a calçada. Já do outro lado, em frente da catedral, se localiza uma base móvel da polícia militar, acompanhada pela perambulação de pares de policiais em todo o perímetro, muitos para conseguir contar. Para além das forças policiais, também percebi, assim como alguns dos espaços observados anteriormente, que é um ponto de encontro dos agentes de "apoio à remoção" que permanecem aguardando por, ou após, uma operação de remoção. Quase todas as vezes que visitei a Sé durante a pesquisa eles estavam ali.

Mais abaixo, na rua Rangel Pestana, se localiza uma "Estação Cidadania"[20], equipamento que merece descrição individual por conformar um dos espaços mais frequentados por pessoas em situação de rua na região. Sendo gerido por entidades eleitas por meio de editais, sendo que durante o período da pesquisa era ainda a gestão da organização Rede Rua[21], o espaço tem capacidade de distribuição diária de 1000 marmitas por dia, oferta de 500 banhos, além de acesso à água potável e banheiros, atendimento técnico especializado, atividades culturais e de lazer para a população de rua. As funções apresentadas no site da prefeitura como objetivos não necessariamente se alinhavam com as condições da operação que presenciei em campo, ou com as denúncias trazidas ao CPR.

Ao longo da pesquisa de campo, recorrentemente durante meus trajetos pela cidade, que possibilita a observação do mesmo espaço em horários diferentes, passando por ali percebi que a "Estação cidadania" estava fechada antes do horário estabelecido para a sua atividade, das 07:00 às 19:00. Em um outro episódio, ao passar por lá um pouco depois do meio-dia, notei o espaço fechado com uma folha na porta que dizia "funcionamento das 08 às 12", sem nenhuma explicação do porquê. Em dias como esses as filas nos outros pontos que distribuem alimentação ficavam bem maiores, e fica evidente também como as demandas básicas como

20 Equipamento público que busca promover o acesso das pessoas em situação de rua a direitos básicos, fomentar a longitudinalidade do cuidado acompanhamento especializado e a superação da situação de rua, Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/poprua/w/servicos_pop_rua/estacao_cidadania/357196. Acesso em: 29 ago, 2024.

21 Organização social que busca a promoção da cidadania e a construção de uma rede de relações e apoio a Pop Rua, Disponível em: https://www.rederua.org.br/quem-somos. Acesso em: 29 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

água e acesso a banheiros, não são garantidas em alguns horários e situações. Em registros do encontro da reunião ordinária 112º do Comitê Pop Rua de SP, em novembro de 2023, foi apresentado um levantamento de dados sobre ataques sofridos pela Estação cidadania, e quem frequenta o espaço, realizados tanto pela GCM quanto pela Polícia militar, e até pela polícia civil. Desde agressões em frente ao equipamento, abordagens em massa, realização de filmagens dos frequentadores e mais

> *"09 de Outubro - Policiais Civis entram no Teatro de Contêiner Mungunzá, realizam filmagens das pessoas que frequentam o local e que vivem/convivem no entorno; (...) 14 de Outubro - GCM agride homem em situação de rua em frente ao serviço Estação Cidadania e Educadores são conduzidos ao DP; (...) GCM realiza abordagem aos conviventes do "Estação Cidadania", na porta do Serviço. Questionando os antecedentes criminais e alegando participação dos mesmos em atividades criminosas da região; (...) 26 de Outubro - Polícia Militar entra no serviço Estação Cidadania, alegando que estavam ocorrendo muitos furtos e assaltos na região, e que por isso queriam averiguar dentro do serviço."*[22]

Inclusive foram trazidos relatos sobre os próprios funcionários do equipamento que sofrem com os ataques sofridos, como relata, nessa mesma reunião, uma conselheira do Comitê, que tem uma filha trabalhando no local.

Mesmo não logrando cumprir integralmente os objetivos estabelecidos, a "Estação Cidadania" ainda representa um desdobramento muito importante na região. O espaço se configura como um grande polo gravitacional de assistência social, trazendo para a região pessoas que buscam acesso à assistência básica, e não é utilizada unicamente por pessoas em situação de rua. Todo dia, por volta das 10:30, uma grande fila se forma em frente ao equipamento, e são distribuídas fichas para a entrega das marmitas, consumidas ao redor das adjacências. Sobre as filas descrevi no caderno de campo:

> *"Apesar de pessoas que aparentavam estar em situação de rua fazerem parte da cena, me chamou a atenção outros grupos buscando alimentação. Aposentados vestidos de forma cordial, servidores públicos trabalhando na região (como profissionais da limpeza urbana), pessoas com horário marcado no poupatempo, ou em busca de emprego com o currículo (e pastas com documentos) em mãos, uma variedade muito grande de pessoas buscava acesso a alimentação digna" (Caderno de campo, 29/11/23)*

22 Registros das referidas atas do encontro ordinário 112º do Comitê Pop Rua de SP. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/. Acesso em: 29 ago, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Os desenvolvimentos envolvendo a busca por alimentação conformaram a movimentação mais expressiva observada em campo, sendo possível perceber deslocamentos vindos de diversos espaços do centro da cidade em direção aos pontos de entrega de marmitas e restaurantes populares. O efeito também se verificava ao percorrer esses espaços na hora do almoço, como disse ao descrever a M1, a praça de converte em restaurante popular. Assim se percebe que a população em situação de rua busca permanecer próxima a esses locais, não correndo risco de ficar de fora das atividades. Essa dinâmica é bem compreendida por meio de noções sobre a existência de pontos de dispersão e campos de gravitação na cidade (Nasser, 2017) produzidos pela atuação do Estado, tanto por meio de operações que restringem a permanência em outros pontos da cidade, quanto por uma rede de equipamentos de assistência social que atraem aqueles que necessitam dela:

> *“O que essas cenas revelam é que há uma tensão entre duas formas de gestão do espaço, manifesta na oposição entre a prática policial de dispersar os usuários na malha urbana e a forma de atuação localizada das instituições de assistência e saúde.” (Nasser, p.5, 2017).*

As observações sobre o equipamento, apoiadas por percepções teóricas oriundas de trabalhos feitos em outros espaços da cidade, configuraram a “Estação cidadania Sé” como um evento central observado quase diariamente, que se provou ser tema de intensa disputa e debate entre a sociedade civil e as secretarias do município na esfera pública, percebida nas reuniões do CPR.

A praça da Sé foi um local que propôs algumas experiências muito marcantes, em casos que expunham tanto a relação entre as autoridades e a Pop Rua, quanto as relações entre a própria população em situação de rua. O primeiro caso aconteceu no dia 05/12/23. Estava sentado em um banco próximo a Estação Cidadania Sé registrando observações em meu caderno, quando percebi a chegada de 4 policiais da cavalaria com seus cavalos, e de um carro da tropa de Choque de SP, com mais quatro policiais. Desceram das montarias e do veículo e começaram a conversar, ao longo do processo até aconteceu de pessoas pararem para tirar foto com o grupo. Era por volta das 10:30 e a distribuição de alimentação estava prestes

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

a começar. Atrás do grupo de policiais, havia um grupo de pessoas que esperava o momento para entrar na fila para pegar marmitas, quando vi um dos homens do grupos acender um cigarro, seguido do cheiro característico de maconha. Não pareceu incomodar os policiais que continuaram conversando. Essa cena me fez refletir sobre a seletividade penal produzida pelo Estado de acordo com as regiões da cidade onde são percebidos ilegalismos (Canonico, 2015). Será que em outros espaços da cidade, talvez em locais acometidos por práticas policiais de dispersão da população, eu presenciara a mesma atitude dos policiais em relação a incriminação do sujeito ao presenciar uma conduta ilegal? Não sei. Talvez não tenham sentido o cheiro da maconha. Talvez só não ligaram o suficiente estando naquele espaço naquele momento. O que sei é que essa cena se desenrolou na minha frente do jeito que acabei de descrever, uma estranhíssima cena do cotidiano.

O segundo caso aconteceu no dia 12/12/23, enquanto apresentava o espaço escolhido para trabalho de campo para um amigo, estudante de História. Estávamos na praça da Sé, bem no meio mesmo, ao lado dos muitos sermões acontecendo simultaneamente, quando percebemos um homem sentado em uma cadeira de rodas atrás de uma banca de jornal, daquelas mais velhas a caminho de se tornar um sebo de livros antigos, jogos de Sudoku e palavras cruzadas. Ele não se mexia, nem um centímetro. A sua cabeça estava caída para o lado, seu corpo quase escorregando da cadeira de rodas, seus olhos fechados. Começamos a ficar preocupados, pensando já no pior dos casos. Quando estávamos prestes a ir lá, chegou um homem com um copo de água em uma mão, parecia trabalhar na região pois carregava na outra mão o que parecia ser um catálogo de peças feitas de ouro. Virou o copo de água na cabeça do homem, que só então demonstrou na verdade estar dormindo, dizendo “acorda aí!”. Ficamos aliviados pela situação, que poderia ser trágica, ter terminado de forma até cômica.

A região da Sé também carrega um significado profundamente simbólico quando se trata da luta por direitos das pessoas em situação de rua. Foi neste espaço que aconteceu o incidente que ficou conhecido como “Massacre da Sé”[23], entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, onde 7 pessoas que dormiam na rua foram espancadas por barras de ferro e madeira até a morte, e outras 6 ficaram feridas. Esse acontecimento fez 20 anos três dias atrás (19/08/24), e ao longo de todo esse

23 “O massacre da Sé”. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/. Acesso em: 14 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

período não houve nenhum tipo de apuração, ninguém foi responsabilizado. Também foi lá que, em 2015, Francisco Erasmo Rodrigues de Lima, morador de rua que vivia na região da Sé, foi assassinado a tiros ao salvar uma mulher que era feita de refém por um homem armado na escadaria da catedral[24]. Esse espaço, ainda hoje palco de intensa reprodução da violência contra pessoas em situação de rua, é também um local simbólico da luta política por reconhecimento desta violência, visto que a própria prefeitura é constantemente cobrada pela promessa, nunca cumprida, de construir ali um monumento em memória do massacre da Sé.

3.1.5 Largo São Francisco

O último ponto frequentado foi o Largo do São Francisco (S.F). Ao lado da paróquia São Francisco de Assis, se localiza o campus da universidade FECAP/ESPRO, assim como a Faculdade de Direito da USP, um dos locais de formação de juristas mais importante do país. Atrás da faculdade de direito, na rua Riachuelo, se organiza uma cozinha popular que distribui marmitas, sempre com uma grande fila subindo a rua. Já na parte de frente da universidade, se percebia algumas barracas encostadas nas paredes do campus, enquanto uma das esculturas do local era utilizada de varal, onde roupas estendidas secavam ao sol. A praça em frente à paróquia, chamada praça Ouvidor Pacheco e Silva, está interditada desde o começo da pesquisa, por obras de requalificação urbana, e locais, antes utilizados por diversos grupos, estavam completamente cercados por tapumes. Logo do lado de fora, como nos espaços anteriores, pessoas se estabeleciam em bancos apoiadas nos mesmos tapumes, em colchões e acompanhados de cachorros. Descendo a rua, quase onde se transforma na rua Líbero Badaró, está a sede da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, uma das secretarias mais cobradas nos encontros do CPR por não participar dos debates feitos sobre o tema da violência sofrida pela população de rua, que é, também, em muitos dos casos apontada como principal responsável, juntamente com a Secretaria da Habitação, pela violência difundida no espaço urbano. Cobranças a essas duas secretarias foram percebidas em diversos momentos durante os

24 Assassinato de Francisco na escadaria da Catedral da Sé. Disponível em: https://aventurasna-historia.com.br/. Acesso em: 14 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

encontros do CPR, como será demonstrado mais adiante.

3.1.6 Os Calçadões

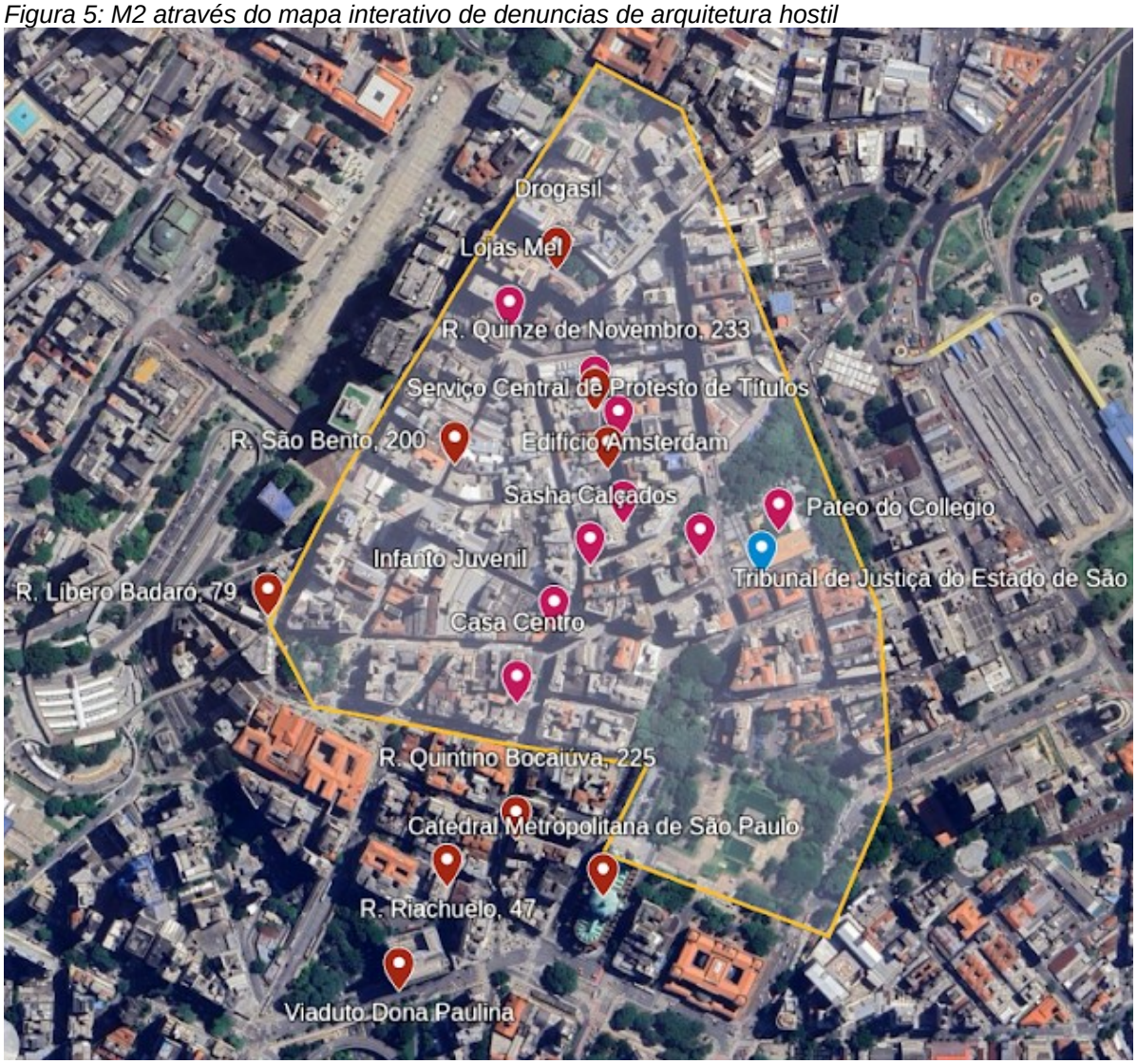
O labirinto de calçadões também demonstrou ser um espaço bastante relevante, representando a área interior do perímetro da M2, que apresenta uma dinâmica diferente dos espaços abertos dos pontos cardeais observados. Os recintos são quase como corredores gigantes com paredes feitas de prédios, interligando as entradas e saídas pelos vales do Anhangabaú e do Tamanduateí. Logo de cara se nota a intensa atividade do comércio, seja por setores do varejo, como lojas de roupas e eletrodomésticos, ou oferta de serviços, como dentistas, oculistas, advogados e etc, e também os restaurantes, cafés, botecos e padarias que denominam pequenos fragmentos das passagens. É nesse miolo que ficam alguns dos prédios mais importantes da cidade, como o antigo prédio do banco Banespa, hoje sede do Banco Santander, também o edifício Martinelli, em algum momento o mais alto do continente, a bolsa de valores, o Centro Cultural Banco do Brasil, entre outros. Essa configuração propõe uma ocupação comercial muito intensa na região, sendo espaço da atividade de diversos bancos e escritórios, constituindo um espaço também, em conjunto com o comércio de rua, uma região marcada pela constante do trabalho. A presença de pessoas em situação de rua neste complexo de calçadões é mais escaça, e apresenta formas mais incidentes, sem muitos grupos permanecendo no espaço, mas podendo se observar que há bastante gente que transita, ou encontra um local que consiga permanecer sozinho.

A presença do policiamento ostensivo é impressionante nesta região, sendo que foi o local com maior quantidade de policiais militares que presenciei em toda a pesquisa. Sendo eles em um número grande demais para contar, eram distribuídos pelo espaço quase sem intervalo entre si, e constantemente se cruzavam em suas rondas, em casos que paravam e conversavam. Andando pela região presenciei a reunião de mais de 10 policiais conversando ao redor de uma viatura, em frente ao antigo prédio do Banco de São Paulo. Ao longo de toda a teia de calçadões policiais andavam em pares ou trios, nunca muito distantes de alguma viatura, em movimento ou parada, com mais dois ou três policiais. Além da polícia militar, a forte presença

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

de guardas municipais e agentes de “apoio à remoção” é bem percebida, porém muito mais em trânsito, comparado com a presença percebida nos espaços anteriores, geralmente parados, como se estivessem em um ponto de encontro.

Figura 5: M2 através do mapa interativo de denuncias de arquitetura hostil



Fonte: Imagem retirada do mapa interativo de arquitetura hostil, Paulo Escobar 2024

O movimento constante percebido em quase todo o miolo do perímetro traçado apresentava uma perspectiva limitante da localidade, durante o horário comercial em dias da semana. Mesmo em meio ao trânsito incessante das entradas e saídas dos transportes públicos, dos prédios de escritórios, dos restaurantes e cafés, alguns intervalos do território proporcionam espaço para permanência, ao mesmo tempo que são intensamente combatidos pelos estabelecimentos da região.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Utilizando o apoio de um mapa interativo[25] que localiza por meio de denúncias fotografadas, pontos onde acontecem expressões da chamada arquitetura hostil, ou seja, aparatos arquitetônicos no espaço urbano que impedem a permanência de pessoas no local, se percebe o protagonismo desta porção do território do centro da cidade pela alta taxa de incidência dessas formas. O mapa apresenta 69 pontos denunciados, a maioria com fotos do local em questão, dentre os quais pelo menos 20 ficam localizados no interior, ou nos arredores, do perímetro da M2, ou seja, cerca de 30% da incidência de pontos de arquitetura hostil denunciadas na cidade acontecem nessa região. Cada ponto vermelho no mapa identifica um desses locais. São as grades em parapeitos, as estacas nas marquises, bloqueios nas entradas, os cercados móveis nas praças, todo o aparelhamento do espaço urbano do centro histórico posicionado em um esforço de limitar as possibilidades das pessoas em situação de rua permanecer em certos locais locais.

Figura 6: Denuncia de Arquitetura Hostil no Tribunal de Justiça de SP

Fonte: Imagem retirada do mapa interativo de arquitetura hostil, Paulo Escobar 2024

25 Mapa interativo de denuncias de pontos de arquitetura hostil em São Paulo. Disponível em: https://www.google.com/. Acesso em: 14 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

As experiências descritas até agora, ao longo do primeiro momento do trabalho de campo, ajudaram a demonstrar como o centro da cidade é um território fortemente marcado pela disputa entre diversas formas de ocupação e utilização do espaço. Percebendo os locais de agremiação e a presença de formulações simbólicas identificáveis por meio da repetição no ambiente, foi possível localizar que é ao mesmo tempo um espaço extremamente frequentado pela população em situação de rua, sendo uma zona com presença acentuada de equipamentos que conformam uma rede socioassistencial bastante procurada por quem precisa dela, e uma região intensamente marcada pela presença de forças de policiamento e instrumentos de gestão da permanência de pessoas no espaço urbano.

As dinâmicas de ocupação do espaço se alternam entre polos de gravitação dos primeiros grupos, geralmente localizados próximos a pontos da rede de assistência social, e polos de dispersão dentro do mesmo território (Nasser, 2017). A gravitação consiste no estabelecimento de pontos de acesso a direitos básicos que são de difícil alcance para os grupos que os buscam, que se tornam, portanto, centros de interesse no nível cotidiano. Lugares onde é possível se alimentar, realizar higiene pessoal, beber água e assim por diante, preocupações diárias, propõe a proximidade com ambientes que oferecem essas possibilidades, quase que obrigatória. Já a dispersão é operacionalizada por meio do controle violento do acesso ao espaço urbano, regida por uma série de mecanismos, como foi visto ao longo das observações de campo. Seja fazendo uso da atuação sistemática de guardas municipais e equipes de “apoio a remoção”, removendo pessoas e recolhendo seus pertences de locais onde a permanência não é tolerada, em comparação com locais onde permanecer seja uma possibilidade. Também recorrendo a atuação de operações de limpeza ou requalificação urbana, que compõem interdições e descontinuidades da malha urbana, limitando oportunidades de utilização livre do espaço. Ou até mesmo pelo desenvolvimento de aparatos que restringem a permanência em locais que antes poderiam ser ocupados, como é o caso das expressões de arquitetura hostil tão profundamente presentes na região.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Figura 7: Denuncia de Arquitetura Hostil no Pátio do Colégio

Fonte: Imagem retirada do mapa interativo de arquitetura hostil, Paulo Escobar 2024

Expressões de violência direcionada aos grupos vivendo em situação de rua foram intensamente percebidas, todas associadas à negação de direitos cidadãos básicos, e executadas por uma variedade bastante grande de atores. Remoções e tomada de pertences, ações arbitrárias da polícia militar e GCM, estacas na mureta de algum prédio que já não é possível sentar, as barras de ferro atravessando um banco público onde já não é possível deitar, dificuldades de acesso a equipamentos de assistência social foram algumas das expressões percebidas por mim, mais de longe, ao longo de exercícios de observação. Violência presente, também, na história política do território marcada a sangue, e que carrega um robusto valor simbólico relacionado à repressão sofrida por pessoas em situação de rua em diferentes instantes da vida da cidade.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

4 TRABALHO DE CAMPO: CONHECENDO O COMITÊ POP RUA DE SÃO PAULO

As idas a campo seguiram um parâmetro mais ou menos regular, fui percebendo que gradualmente a familiarização com o espaço estava de fato se estabelecendo, aos poucos o movimento intenso e incessante já não confundia tanto quanto no começo. Os grupos que identifiquei como frequentadores da região estavam sempre lá, desempenhando relações dia após dia mais ou menos nos mesmos lugares, eram personagens que ao mesmo tempo que pareciam ser atores eram também espectadores do cotidiano da vida no centro da cidade. Os acontecimentos em todos os lugares observados eram sempre bem registrados, repercutidos e comentados por aqueles que ali permanecem. Eu senti que parecia fazer parte desta paisagem de alguma forma. O crachá de identificação no pescoço me assemelhava a muitos outros de quem trabalhava em algum escritório ou empresa na região, mas o caderno de campo em mãos já denunciava a atividade de observação, comumente estranhada pelas pessoas em campo.

A M1 foi ficando muito pequena e foi perdendo as condições que percebi em um primeiro momento, comparada a M2. Inicialmente uma frequência muito grande de pessoas se juntavam em função do Bom Prato Móvel, mas aos poucos fui percebendo que aquele espaço não era marcado pela permanência dessas pessoas após o horário do almoço. Com o passar do tempo notei como o decorrer do ano impactava a atuação dos serviços de assistência social. O período que realizei a pesquisa de campo coincidiu com o verão de 2023 para 2024, e foi atravessado por eventos sazonais como o natal e ano novo, e logo depois o carnaval. Ambos esses momentos apresentam grande impacto na organização espacial da cidade, diminuindo ou intensificando fluxos de pessoas e veículos, impactando a atividade do comércio e dos serviços de assistência social na região, e até mesmo o aparato do espaço público em função dos grandes eventos.

O final do ano, alinhado com as férias escolares, é marcado por um esvaziamento da cidade. Ao mesmo tempo, se investe em caracterizar os espaços com os adornos de cada evento. Em dezembro, já próximo ao natal, o centro da praça da Sé, por exemplo, foi utilizado como espaço de montagem de uma “vila de natal”, alvo de denúncias de regras arbitrárias para não permitir a entrada de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

pessoas em situação de rua[26]. Assim como no Largo do Patriarca, que receberia até alguns shows. Os equipamentos sócio assistenciais também tinham o funcionamento impactado. Em alguns dias em campo percebi que o ponto da Estação Cidadania estava fechado e não distribuía refeições, ou que o Bom Prato Móvel não estava na praça da República. Notei também que a medida que alguns dos pontos de distribuição de alimentação não estavam operando, como já comentei, as filas nos outros que ainda funcionam aumentam. A presença do final do ano propôs a seguinte reflexão. A mesma medida que pontos de assistência social operam de forma menos consistente, o período é marcado pela presença de eventos destinados a oferecer uma experiência digna, como foi o caso dos eventos de natal da população de rua dos movimentos e organizações sociais, como Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Marcha Mundial das Mulheres (MMM)[27], ou o natal solidário organizado pela SMDHC[28] com dinheiro do orçamento público. Ou seja, se percebe ao mesmo tempo a atividade reduzida de equipamentos socioassistenciais e a realização de eventos sazonais, em torno do natal, por exemplo.

O carnaval por sua vez, em fevereiro, propõe o efeito de lotação na cidade. O centro da cidade acaba tendo o cotidiano afetado por esse evento. Não cabe aqui a tentativa de analisar o impacto desse evento, ou do outro apresentado acima, na vida das pessoas em situação de rua. Cabe apresentar o impacto do evento sobre as situação que eu estava observando. Em fevereiro, com a chegada do carnaval, a praça da República passou quase todo o mês cercada por muros de alumínio bem altos. Talvez não somente por isso, mas o Bom Prato Móvel não estava mais indo ali. Não só o aparato do espaço passou a limitar o acesso e circulação de pessoas, função das grades cercando a praça, mas o evento que atraia e propunha a permanência de diversas pessoas naquele espaço deixou de acontecer. Em resumo, a presença dos eventos sazonais, que alteram algumas dinâmicas cotidianas do centro da cidade, impactam também no funcionamento dos equipamentos de

26 Denuncias são feitas sobre violação de direitos de pessoas em situação de rua nas vilas de natal na praça da Sé. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C. Acesso em: 18 set, 2024.

27 Evento que oferece ceias de natal a pessoas vivendo em situação de rua. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/.Acesso em: 18 set, 2024.

28 Evento de Natal solidário realizado pela SMDHC. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/direitos_humanos/w/noticias/359591.Acesso em: 18 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

assistência social e a permanência de grupos em certos espaços.

4.1 CONVERSA COM UM POLICIAL

Com o sumiço do Bom Prato Móvel, e o aparato para o carnaval, os pontos de referência para a permanência na praça da República deixaram de existir. A M1 não dispunha de grande quantidade de pontos de assistência social como a M2, que mesmo com os eventos sazonais continuaram a funcionar, dessa forma, gradualmente, a região perdeu espaço na pesquisa. Um local próximo dali que acabou ganhando relevância, ao mesmo tempo, foi a parte de baixo do elevado Costa e Silva, o “Minhocão”, uma via de concreto elevada que atravessa o centro e proporciona uma grande área coberta, onde muitas pessoas estabelecem permanência por ser um local de abrigo, protegendo contra a chuva e o sol, por exemplo. Quase todo o comprimento do minhocão é ocupado por pessoas em situação de rua que montam as suas habitações em baixo da estrutura, no canteiro central, entre as duas mãos da Av. Amaral Gurgel. Notei, ao passar por lá em alguns de meus trajetos pela cidade, que essa forma de estadia era bem volátil, sendo que por vezes se encontrava famílias inteiras organizadas em barracas consecutivas, algumas delas amarradas a metros de altura do chão no teto da estrutura de concreto armado, e por outras o espaço estava completamente vazio, sem nada ou ninguém a não ser os vestígios das permanências anteriores. Aos poucos percebi que ali é um local de ação constante de remoção de pessoas, e não somente protagonizada por GCM e servidores da prefeitura. Dentre as ações de remoção que presenciei neste espaço, a PM de SP esteve presente fazendo o papel que até então só havia visto a GCM desempenhar.

Eu já havia presenciado casos de retirada de pertences e remoção de pessoas nesta região, sempre estando de passagem sem poder prestar devida atenção para entender como se desenvolve essa dinâmica. Durante um dos meus trajetos pela cidade, não estando efetivamente em campo, me deparei com uma situação bastante emblemática, no caso de uma ação de remoção de pessoas que tinham se estabelecido bem no começo do minhocão, onde a altura do elevado não é muito alta e se encontra com a calçada. Quando percebi que se tratava de uma ação de remoção acompanhada pela Polícia Militar decidi parar para observar,

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

considerando que todas as ações desse tipo que eu havia registrado eram com o apoio da GCM. Acabei optando por fazer uma gravação com meu celular, não sei se foi uma boa escolha, mas invariavelmente foi o que originou o caso que irei descrever agora. Como não estava na rua por motivos de pesquisa de campo não carregava comigo nem meu caderno de campo nem a minha identificação da universidade. Esse caso aconteceu da seguinte maneira.

Saí para caminhar pela manhã, por volta das 09:20, subi a rua da Consolação, dei a volta no cemitério e voltei. Já chegando em frente a praça Roosevelt me deparei com uma operação de remoção, acompanhada pela polícia militar. A presença da PM causou estranhamento, pois até então, a maior parte das operações e veículos de “apoio a remoção” da prefeitura eram acompanhadas da GCM. Decidi então fazer uma filmagem da abordagem. Como está presente no vídeo, a polícia militar, com armas em mãos, não sei dizer ao certo, mas parecia ser armamento letal, fazia a remoção dos pertences de um grupo de pessoas que ocupavam a parte de baixo do minhocão. O grupo possuía barraca, caixas de isopor, pertences como vasos de plantas, entre outras coisas. Ao começar a filmar, duas pessoas que passavam na rua comentaram o caso comigo, uma delas parecia dizer que todo dia a polícia fazia isso, em tom de reprovação, já a segunda falou que amanhã estão todos de volta, em tom de aprovação. Continuei filmando.

Em algum momento, o homem que tinha seus pertences sendo retirados me viu, e ficou bravo com a minha filmagem, e passou a me xingar ao algo do tipo, não consegui escutar direito. Eu imediatamente encerrei a filmagem e pedi desculpas a ele. Essa situação também chamou a atenção do policial militar que comandava a operação. Caminhando em minha direção ele pediu que me aproximasse. Quando cheguei mais perto, o comandante perguntou o porquê da filmagem e pediu meus documentos. Eu expliquei que estava realizando uma pesquisa para a universidade sobre a violência sofrida pela população de rua na cidade de SP, e entreguei meus documentos. O policial se interessou em expor algumas opiniões sobre a legalidade da operação assim como, o que pareceu ser, a sua própria opinião sobre esse tipo de abordagem. A conversa não foi muito produtiva, apesar de respeitosa. Infelizmente não estava com meu caderno de campo, de modo que não consegui registrar muito da conversa, então vou descrever alguns pontos importantes do que

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

foi dito por ele, assim como a direção geral do diálogo.

Expliquei que o ponto central da minha pesquisa é a violência sofrida pela população em situação de rua e a perspectiva que eles mesmos carregam sobre essa violência. O policial pareceu não concordar muito com os meus posicionamentos, quando comecei a falar, e retrucou bastante, citando desde leis estaduais, assegurando a legalidade da sua operação, assim como opiniões próprias sobre a população em situação de rua. Toda a fala dele caminhou no sentido da criminalização dessa população, alegando que eu deveria recolher dados de criminalidade na região, e como essas pessoas vivendo na rua seriam os responsáveis, e que naquele caso havia recolhido cachimbos de crack e armas brancas. Eu contradisse perguntando sobre as muitas famílias que vivem embaixo do minhocão, que não usam drogas e não cometem crimes, e que mesmo assim tem os seus pertences retirados de forma violenta pelas forças policiais, principalmente as do município. Sem resposta o policial disse que um dia eu podia acompanhar as operações, dizendo que a minha pesquisa não era adequada e que eu não estava captando dados úteis sobre esse assunto. Novamente retruquei explicando que frequento o CPR onde pessoas em situação de rua expõem muitas denúncias de violências sofridas no momento da recolha de pertences. Ele riu quando falei do CPR. Admito que essa reação me chateou bastante, como se não existisse algo do tipo e que eu estaria trazendo, como ele disse, informações imprecisas. De imediato expliquei a existência do Comitê Pop Rua como uma auditoria pública oficial e espaço formal onde eram debatidos, em conjunto com a sociedade civil as demandas da população de rua, e que a maior parte dos encontros carrega um grande número de denúncias sobre violência sofridas em abordagens policiais.

Não produzimos muito nessa conversa. Eu sei que não consegui convencê-lo de nada, assim como ele não o fez comigo. Mas dois pontos parecem muito importantes. O primeiro deles foi quando questionei sobre o porquê da presença da PM nessa operação, pois até então tinha registrado somente a participação da GCM, e ele me explicou que estavam ali devido a denúncias de moradores da região, e apontava para o condomínio atrás de nós, sem explicar muito bem qual denuncia, e sempre citava a palavra “criminalidade” nas explicações. Chegou a

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

comentar um caso sobre uma mulher que havia sido assaltada por ali. Isso me atentou para a participação da própria população por meio de denúncias, e o papel das denuncias de moradores do bairro na justificação de atos violentos de tomada e retirada de pertences.

O segundo ponto foi em relação a um questionamento que eu fiz no momento que o policial passou a explicar a legalidade da ação, e como eles não estavam retirando, mas sim recolhendo, onde as pessoas poderiam depois reaver os pertences novamente. Ele citou uma lei estadual para apoiar a legitimidade da ação, explicou que depois das 7 da manhã não era permitida a acomodação de pertences nas ruas. Foi aí que eu citei a decisão do supremo tribunal federal, do ministro Alexandre de Morais, que proibia a retirada de pertences das pessoas em situação de rua por parte dos Estados e Municípios, por ser considerada ação inconstitucional, não respeitando os direitos garantidos na constituição. O policial então rebateu dizendo que eu estava desinformado, e que essa ação só era válida durante a pandemia de COVID-19. Eu já tinha certeza que não, e falei isso a ele, que se convenceu que eu estava mal informado. Ao chegar em casa pesquisei e confirmei que na verdade essa foi uma determinação feita em Julho de 2023, menos de um ano atrás, onde se proíbe remoções forçadas de pessoas em situação de rua. Ou seja, eu presenciei uma ação inconstitucional, e o próprio policial não reconheceu uma decisão tomada pelo STF, mesmo após o meu questionamento sobre o assunto. O resultado da conversa, e as respostas recebidas aos questionamentos, apontam como o poder de decisão, frente ações violentas que ferem direitos humanos básicos de cidadãos brasileiros, está nas mãos do agente do Estado, e não na configuração normativa que regulamenta esse tipo de atuação, nesse caso, proibindo-a. A pesquisa acontece em 2024, e esse acontecimento parece confirmar uma fala do governador do Estado de SP, quando, questionado sobre o assunto, o governador Tarcísio afirmou que não está “nem aí” para as denúncias contra abusos violentos da PM: “podem ir na ONU, na Liga da Justiça, tô nem aí”[29]. A conversa já durava mais do ambos gostaríamos, e assim que um outro policial veio chamar seu companheiro eu me despedi, agradeci o diálogo, que

29 Falas do governador de SP Tarcísio sobre o descaso para com as denuncias de violação de direitos humanos feitas contra as policias militares do Estado. Disponível em: https://g1.globo.com/ Acesso em: 19 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

novamente foi muito respeitoso, e fui embora. Algumas pessoas acompanhavam atentas para ver qual seria o desfecho da conversa. Atravessei a rua e fui embora.

O ocorrido ocupou bastante espaço dentro da minha cabeça, não consegui parar de pensar sobre o que havia acontecido por um bom tempo. Primeiramente fiz uma pesquisa rápida para comprovar como o policial que estava à frente da operação estava equivocado. Em 25 de julho de 2023, após a pandemia de COVID-19, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, aprovou uma liminar, valendo para estados e municípios, que proíbe a retirada forçada de pertences de pessoas em situação de rua, assim como o transporte compulsório dessas pessoas e o emprego de técnicas de arquitetura hostil[30]. Ou seja, aquela operação de retirada de pertences não respeitava a liminar que eu estava me referindo, a qual o policial que conversei parecia não conhecer, ao menos não fazia questão de querer saber sobre, apontando que eu estaria errado ou mal informado. A minha posição de pesquisador, representante da universidade, frente a um policial, representante do poder executivo do estado de SP, pareceu estabelecer que, independente de qualquer fato de ordem normativa, ou de quem estaria certo ou errado naquela situação, a ação de retirada de pertences continuaria a acontecer. A existência de uma liminar do STF que proíbe a atuação, ou pelo menos a tornasse questionável, não carregava nenhum peso prático que ajudasse a cessar a ação policial. Todo o poder estava nas mãos do agente do Estado, o policial, e não nas regras e leis de jurisdição federal estipuladas oficialmente.

Não foi possível questionar a ação policial por se tratar de um espaço entre as “...regras, critérios, medidas e a sua execução. Isto é, na interpretação e aplicação desse corpo escrito de regulamentações e leis, o que coloca em evidência o poder do Estado acionado pelos seus agentes nas práticas cotidianas” (Nasser, p.253, 2018). Ou seja, a legalidade da ação pouco importava. Naquela situação o poder do Estado não se verifica em legislações ou liminares, mas sim na interpretação do agente do Estado sobre esse corpo de leis, justificando por meio de qualquer argumento a ação irrestrita do policial, que parecia ter uma resposta para tudo que era questionado. Inclusive a simples alegação generalizada de que se

30 Liminar aprovada pelo ministro do STF Alexandre de Moraes sobre a inconstitucionalidade de ações de retirada de pertences da população em situação de rua. Disponível em: https://agencia-brasil.ebc.com.br/. Acesso em: 19 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

tratavam de sujeitos “criminosos”, registrando as pessoas em situação de rua como perigosas, e invocando uma noção de segurança, fruto da atuação policial. Se até certo ponto a retirada de pertences em andamento era justificada por meio de leis municipais, como a ideia de permanência restrita depois de certo horário, como ele mesmo havia alegado, em pouco tempo já se utilizava outra justificativa, dessa vez dizendo que aquelas pessoas eram criminosos registrados em denúncias feitas por moradores da região, mesmo que não tivesse sido feita nenhum tipo de investigação, assim como aquelas pessoas não estavam sendo detidas por algum crime, mas simplesmente sendo removidas e tendo seus pertences recolhidos. Nada faz sentido na ação policial que presenciei naquela manhã, e talvez seja essa a forma de poder do Estado traduzida na ação policial contra as pessoas que se estabeleciam em baixo do Minhocão, uma forma de ação arbitrária, nesse caso, inconstitucional, auto justificada por diversas interpretações do próprio policial. Todo o contexto que foi apresentado rapidamente configura a polícia como um dos atores responsáveis por reproduzir relações arbitrárias de violência contra a população em situação de rua no centro da cidade.

4.2 FESTIVAL DOS DIREITOS HUMANOS

Dentro das manchas de atuação delimitadas, as coisas foram se encaixando e não saiam mais do lugar, o material recolhido foi ficando monótono e as observações ao longo dos dias se assemelhavam bastante. Até que me deparei com o evento que passei a entender como guia das próximas ações em campo. No dia 04/12/23, saí em direção a M2 e ao pisar no largo do Patriarca me deparei com o “11º Festival dos Direitos Humanos”[31], um evento promovido pela SMDHC com a proposta de oferecer diversos serviços de assistência social em um mesmo espaço. O evento aconteceu entre os dias 04 e 09 de dezembro. Logo de cara, achei bastante interessante a alternância de função que um espaço pode carregar na cidade, de um dia pro outro. No meio do largo, como já descrevi mais acima, se localizava um ponto de encontro de GCM e servidores da prefeitura de “apoio a

31 11º Festival dos Direitos Humanos de SP. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/. Acesso em: 19 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

emoção", furgões cheios de homens de colete e caminhões caçamba, responsáveis por recolher o pertences de quem fosse removido, sempre acompanhados por guardas municipais bem armados. Neste dia que eu me deparei com o festival, nesse mesmo lugar, antes ocupado por agentes de ações repressivas, estava parado um ônibus da assistência social, fornecendo um serviço assistencial. Um local de permanência de mecanismos de repressão e remoção forçada de pessoas, passa, com um único dia de intervalo, a ser um espaço voltado para a assistência social do mesmo grupo de pessoas que é também alvo das ações de remoção. O que se percebe, por meio de desenvolvimentos espaciais, é "uma tensão entre duas formas de gestão do espaço (...) oposição entre a prática policial de dispersar os usuários na malha urbana e a forma de atuação localizada das instituições de assistência e saúde" (Nasser, p.5, 2017), de fato exemplificada de maneira emblemática por conta da presença do festival.

O largo inteiro dispunha de um aparato montado para a ocasião. Fora a presença de tendas onde servidores da própria SMDCH, divididos nas diversas coordenadorias da secretaria, percebi que praticamente todos os serviços ofertados eram itinerantes. Ônibus e furgões, pintados com os nomes do serviços, formavam um semicírculo na praça. Do mesmo jeito, a praça estava cheia de gente buscando cessar suas demandas em algum dos atendimentos, ou até mesmo só fazer parte do festival. Além de serviços como corte de cabelo e aconselhamentos dos servidores da secretaria, localizei também atendimentos sobre rodas do programa Ampara SP; do CATE móvel[32]; Unidade Móvel da Mulher, conhecido como "Ônibus Lilas"[33]; programa Reencontro[34]; carro do SUS; CRAI atendimento ao imigrante e o Centro de referência a diversidade[35]. Todos funcionando, de uma forma ou outra,

32 Modalidade móvel do "Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo", programa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/. Acesso em: 20 set, 2024.

33 Modalidade móvel de atendimento às mulheres oferecendo serviços da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/. Acesso em: 20 set, 2024.

34 Programa da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o desenvolvimento de social de pessoas em situação de rua, composto pelas modalidades Vila Reencontro, serviço de moradia transitória para pessoas e famílias; e Auxilio reencontro Moradia e Família, auxilio financeiro à quem acolher a pessoa em situação de rua. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/. Acesso em: 20 set, 2024.

35 Equipamento público vinculado a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania que oferece apoio especializado a imigrantes independente da situação migratória. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/. Acesso em: 20 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

sobre rodas.

Aos poucos fui pegando panfletos dos serviços que os ofereciam, mas percebi que muito do que era realizado ali estava fundamentado em atendimentos individuais que buscavam soluções para casos particulares, como todos são. Dentre esses serviços, acabei conversando com um dos representantes do programa “Ampara SP”. Ele me explicou que o programa tinha como objetivo trabalhar o fortalecimento de vínculos das pessoas em situação de rua, assim como identificar e encaminhar demandas desse grupo. Disse que “uma das principais demandas é o acesso a vagas fixas no sistema de assistência básica (alimentação, trabalho e abrigo)” (Caderno de Campo, 04/12/23). Essa fala deixa bem clara como a busca por bases para a inserção social e econômica configuram como a demanda mais latente entre os grupos excluídos dessas dinâmicas. A demanda por vagas fixas se relaciona profundamente com a maneira como as pessoas em situação de rua são “circuladas” no espaço urbano, sempre em busca de suprir uma necessidade básica, tendo em vista como os modelos de acesso a certos serviços de assistência social exigem a inserção diária nas filas de atendimento.

Tais mecanismos são fortemente associados ao que a autora Mariana Nasser (2018) chama de “labirintos…”, produzidos pelo Estado “...ao induzir e condicionar o movimento de diversos sujeitos na cidade” (Nasser, p.248, 2018), apoiando-se em ideias sobre ilegibilidade como sendo “uma forma constitutiva do poder do Estado, mais especificamente na execução de normas e leis” (Nasser, p.252, 2018). Essa dinâmica pode ser observada, por exemplo, nas portas de entrada para serviços de Estado, materializado no poder de eleger ou não uma pessoa para adentrar o circuito socioassistencial, de maneira que fica evidente: “o poder discricionário de determinados operadores estatais que dispõem da autoridade, ainda que momentânea, de decidir os modos de aplicar as normas e regulamentos no momento de selecionar aqueles que entram ou não no programa.” (Nasser, p.248, 2018). Com efeito, as pessoas que buscam acessar os serviços se deparam com uma peregrinação no espaço urbano que se configura de forma labiríntica, ao experimentar caminhos sem saída ou retornos ao mesmo ponto, muitas vezes sem entender o porquê de não ser aceito ou selecionado por esse ou aquele serviço de assistência social. Como explica a autora, ao acompanhar a

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

trajetória de Raisa, mulher que vivia em situação de rua. As vagas não permanentes em albergues ou centros de acolhida sugerem um impacto negativo muito grande na vida de quem precisa deste serviço:

> “A vaga não ser permanente implica um deslocamento urbano diário de Raísa que lhe tomava (quase) todo o tempo livre e rendia muita tensão. A cada dois dias, para poder passar a noite nesse albergue, localizado nas proximidades da estação de metrô Armênia, ela teria de ir à Cracolândia, na tenda do De Braços Abertos, pegar um encaminhamento com uma agente da Assistência Social para o Centro de Convivência do Complexo Prates, onde conseguiria almoçar e, com os assistentes sociais de lá, pegar um novo encaminhamento de vaga de pernoite para o albergue. Deveria, então, ir para o albergue, onde ficava em uma fila desde as 15h para conseguir entrar às 18h, jantar e dormir. Às 8h, já tinha que pegar suas coisas para ir embora. Antes disso, tomava banho e comia o café da manhã. Raísa já conhecia todas essas dificuldades e, por isso, se arrependia de ter confiado na assistente social.” (Nasser, p.254, 2018)

A demanda por vagas permanentes pode ser percebida por meio da experiência de Raisa. Ela já sabia que para acessar a vaga na modalidade pernoite, deveria realizar todo o trajeto descrito, um deslocamento muito grande pela cidade mesmo sem ter garantias de ser aceita no equipamento, característica do poder sobre a ilegibilidade. E ainda por cima, sabendo que se trata de um equipamento precário com horários muito restritos, no caso dos albergues. Todas essas características propõe inseguranças que muitas vezes, ao serem colocadas na balança, não valem o risco que essa movimentação pelo território representa:

> *“Não ser aceito na instituição significa ter de passar a noite nas ruas, em uma situação na qual a pessoa explicitamente não deseja fazê-lo, pois não há mais tempo hábil para procurar outro local (De Lucca, 2007). Tal qual Raísa, que decide aceitar o encaminhamento para o albergue por não ter mais segurança de dormir nas ruas, muitos dos que esperam na fila junto dela também estão lá por alguma necessidade imediata – seja para se abrigar de uma noite fria, cuidar de uma doença, fugir de alguma desavença, entre outros (De Lucca, 2007).” (Nasser, p.13, 2018)*

Movimentações desse tipo acabam por deslocar pessoas de espaços onde estabeleceram redes de apoio, sociabilidade e inclusive possibilidades de atividade econômica, em direção a novos lugares mais distantes, desconhecidos, e muitas vezes hostis em relação às demandas e a presença de pessoas em situação de rua. A fala de Cícero, catador de materiais recicláveis que fora encaminhado para outro ponto da cidade por assistentes sociais, deixa em evidência como esse tipo de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

gestão acaba por negligenciar a territorialidade constituída da relação entre esses grupos e a cidade:

> *“Quando me tiraram do Glicério, me mandaram para a zona leste. Mas, lá, não tem atendimento de saúde e falta lugar para vender lixo ou papelão. O governo fecha os albergues centrais e diz para irmos para outros na periferia”. Assim como muitos outros, Cícero decidiu não seguir o encaminhamento, pois além de precisar de diversas instituições assistenciais, dependia de estabelecimentos localizados no centro para coletar e vender materiais recicláveis e, portanto, desenvolver sua atividade econômica. (Nasser, p.10, 2017)*

Dinâmicas como essas, de gestão da permanência e circulação de pessoas em situação de rua, não são novas, e acontecem de maneira pragmática atendendo a momentos específicos de maior força política de uma ou outra abordagem. Em determinados momentos históricos são executadas com maior frequência operações policiais violentas, por meio da retirada de pertences e remoção forçada de pessoas, e em outros ganham prioridade programas de assistência social e produção de listas e filas para selecionar quem deve adentrar a rede socioassistencial do Estado, com maior atuação de assistentes sociais. É importante também ressaltar que a adoção, ou a prioridade, de uma abordagem não exclui a presença da outra, configurando assim oportunidades de gerir essas populações de ambas as formas, como é apontado em diversos trabalhos sobre ações policiais violentas, e o papel da assistência social na gestão dos corpos das pessoas em situação de rua no espaço urbano (Nasser, 2017; Magalhães, 2017; Teixeira e Matsuda, 2012). O mecanismo descrito configura como uma ferramenta discursiva que amplia o poder de atuação do Estado a medida que logra em reforçar estigmas (violentos ou vulneráveis) sobre a população que seria alvo das duas formas de gestão, como explicam as autoras Teixeira e Matsuda (2012), quando dizem:

> *“Ganha relevância a gramática bélica das operações, manifesta em táticas de ocupação de territórios, presença ostensiva e intimidadora dos destacamentos militares, práticas arbitrárias como buscas pessoais. Para além de mobilizar a ideia de urgência, alimentada sobretudo por uma imagem difusa da criminalidade violenta, ameaça permanente que demanda repressão e prevenção – nessa ordem –, constrói-se também a noção de vulnerabilidade das populações dos territórios sobre os quais a lógica intervencionista opera, permitindo que ela se instale no lugar da política na busca de restaurar a ordem ameaçada, autorizando, portanto, medidas de exceção.” (Teixeira e Matsuda, § 5, 2012)*

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

As reflexões trazidas por essas autoras, e principalmente, aprendidas por meio das experiências de vida de pessoas como Raisa e Cícero, permitem perceber como ambas as formas de abordagem sobre as populações vivendo nas ruas da cidade carregam um grau de violência institucional dentro de si. Seja ao direcionar operações violentas de remoção operadas por policiais e guardas municipais. Seja estabelecendo um labirinto de filas, listas, encaminhamentos e direcionamentos que não atendem as demandas das pessoas que necessitam dos serviços, que inclusive pode causar mais incertezas do que certezas sobre como acessar seus direitos. Em ambos os casos as pessoas em situação de rua são condicionadas a uma peregrinação incessante pelo território da cidade, distanciando-a das redes de apoio construídas por elas, sem oferecer situações que favoreçam a possibilidade de uma eventual saída da rua. O caso das vagas pernoite (não permanentes) nos albergues e centros de acolhida serem tão problemáticas ajudam a perceber essas condições. A própria mobilização da ideia de urgência (Teixeira e Matsuda, 2012) é um elemento central para entender algumas formas da violência sofrida pela população em situação de rua, e foi tema de diversas intervenções durante os encontros do Comitê Pop Rua, algo que também pretendo abordar mais adiante.

De volta ao festival dos direitos humanos, andando pelo largo encontrei uma amiga da escola onde estudei o ensino médio, a Julia, que estava trabalhando para a SMDHC. Conversei com ela e demos risada da coincidência, então ela me apresentou a suas colegas de trabalho na tenda central do evento. Ali eram feitos atendimentos individualizados para quem estivesse buscando apoio ou direcionamento tanto para acessar e garantir seus direitos, quanto para denunciar violências sofridas. Conversando com ela e contando sobre a minha pesquisa, fiquei sabendo sobre a realização, toda a primeira quarta feira do mês, do já tão citado Comitê Pop Rua de SP, uma audiência pública organizada pela coordenação da População em Situação de Rua da SMDHC, em conjunto com a população civil. Julia indicou que eu frequentasse, disse ser um espaço onde o tema violência era bastante discutido. Peguei o endereço e busquei me organizar para ir à próxima reunião, agradeci a minha amiga e prometi entrar em contato se tivesse algo que ela poderia ajudar. O meu interesse em frequentar o Comitê, antes de conhecê-lo, foi o

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

de identificar se durante a reunião estariam presentes debates sobre as formas de violência sofridas pela população em situação de rua, se sim, quem estaria protagonizando esses debates e de que maneira ele seria abordado.

Neste momento da pesquisa a minha vida se dividia entre as responsabilidades pessoais com a família, alguns trabalhos que consegui fazer durante esse período, e a própria pesquisa de campo. Desta forma só consegui frequentar o Festival por mais um dia, o qual não encontrei a Julia. Percebi que além das atividades de atendimento social, o evento também era pensado como um local seguro e descontraído. Havia um DJ tocando música, enquanto algumas pessoas dançavam ao redor do largo. O evento atraia a presença de famílias inteiras que viviam nas ruas da região, e crianças brincavam pelo espaço, em meio ao intenso tráfego da rua Líbero Badaró, entre os pedestres elevados elegantemente pelo viaduto do Chá e os saídos do enlace labiríntico dos calçadões do centro histórico, tudo isso bem em frente a prefeitura de São Paulo, um prédio branco cercado por grades móveis e guardado por GCMs.

4.3 COMITÊ POP RUA DE SÃO PAULO

Figura 8: Logo do Comitê Pop Rua

Fonte: Site da SMDHC de São Paulo

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

O Comitê Pop Rua de SP foi o espaço onde mais aprendi sobre a variedade de formas que a violência pode assumir na vida da população em situação de rua em São Paulo. Em um primeiro momento, o aspecto de violência que eu esperava escutar ali estava mais próximo de expressões de violência física que limitassem a circulação de pessoas no espaço público, expectativa alusiva ao que eu já presenciava nas minhas observações pela cidade. Mas o que aprendi ao frequentar o comitê foi que existiam outras formas de violência sofridas pelas pessoas em situação de rua que são tão graves quanto o que se presencia no dia a dia na cidade. Ao narrar a minha trajetória no comitê, ao longo de três reuniões que frequentei, busco evidenciar as falas de pessoas que se relacionem com esse tema, a violência, sobretudo as denúncias de violências sofridas por elas. Também se destacam as interações e atritos entre o poder público e a sociedade civil, percebidas principalmente em cobranças da população sobre temas pautados na relação entre o Estado e as pessoas em situação de rua. Para além disso, a ideia é intercalar as descrições das reuniões que frequentei, registradas por meio de gravações de áudio e transcritas no meu caderno de campo virtual, com registros recolhidos por meio das leituras das atas dos encontros de todo o ano de 2023, e ao mesmo tempo estabelecer um diálogo teórico com estudos sobre a violência urbana em São Paulo e no Brasil.

O Comitê Pop Rua de São Paulo é uma auditoria pública vinculada à Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua da SMDHC. Por definição, o mecanismo da auditoria pública acontece por meio da reunião de um colegiado integrado por representantes da sociedade civil e do Estado, que visa acompanhar e instruir matérias legislativas ou debater assuntos de interesse público[36]. Já o CPR se define da seguinte maneira, segundo o próprio site da secretaria:

> *"O Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua – Comitê PopRua, foi instituído pelo Decreto nº 53.795 de 25 de março de 2013 e consolidado pela Lei nº 17.252 de 26 de dezembro de 2019. Hoje, o Decreto em questão foi revogado pelo Decreto nº 62.149 de 24 de janeiro de 2023 que regulamenta a política municipal para a população em situação de rua. É um órgão colegiado de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil, que visa a construir, acompanhar*

36 Definição de Audiência Pública, retirada do site do congresso nacional, Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/ Acesso em: 24 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

> *e avaliar a política municipal para a população em situação de rua da cidade de São Paulo."* [37]

O colegiado é composto por 36 representantes, 18 do governo e 18 da sociedade civil, ambos com 9 titulares e 9 suplentes, junto com mais 5 titulares e 5 suplentes representando a população de rua, assim como mais 4 de cada, representando as organizações sociais que trabalham com esse grupo. A reunião acontece toda primeira 4ª feira do mês, teria que contar com a presença obrigatória dos seguintes representantes do poder público municipal: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC; Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS; Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB; Secretaria Municipal de Educação - SME; Secretaria Municipal da Saúde - SMS; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho - SMDET; Secretaria Municipal de Subprefeituras - SMSUB; Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU; Secretaria de Governo Municipal - SGM[38]. Parece até engraçado listar aqui os representantes do governo que deveriam comparecer aos encontros, pois ao longo da pesquisa, tanto nas reuniões que frequentei quanto nas atas das reuniões do ano de 2023, a presença de representantes do governo sempre foi cobrada pelos outros participantes do Comitê, principalmente a presença da SMSU e da SEHAB, tendo em vista que são as secretarias mais ligadas aos problemas debatidos ali. A falta de participação e diálogo do poder público foi tema constantemente lembrado nas reuniões que frequentei, e será tratado mais adiante.

Dentro deste espaço acabei conhecendo os atores do debate na esfera pública. Como representantes do poder público do município, ou organizações sociais como o "Fórum da cidade"[39], uma coalizão de movimentos sociais, mandatos políticos e pessoas com o objetivo de lutar pelos direitos das pessoas em situação de rua, integrado pela "Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama"[40], outra organização vinculada como projeto de extensão universitária da faculdade de direito da USP.

---

37 Vinculação do Comitê Pop Rua, Disponível em: https://capital.sp.gov.br/. Acesso em: 24 set, 2024.

38 Composição do comitê Pop Rua e lista de representantes do poder público que deveriam frequentar os encontros, Disponível em: https://capital.sp.gov.br/. Acesso em: 24 set, 2024.

39 Fórum da Cidade de São Paulo em Defesa da População em Situação de Rua é uma coalizão de entidades envolvidas no debate público sobre luta por direitos das pessoas em situação de rua

40 Clinica de Direitos Humanos Luiz Gama é uma atividade extensão universitária ligada a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Disponível em: https://cdhluizgama.com.br/. Acesso em: 24 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Também eram integrantes das reuniões representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)[41] e do Movimento Estadual da População em Situação de Rua de SP (MEPSRSP). De igual maneira, conheci representantes do movimento "Rede Rua", organização responsável até então, por licitação, da gestão da Estação Cidadania Sé, local bastante importante durante a observação de campo. Esses foram alguns dos muitos movimentos e organizações sociais que participam regularmente das reuniões. Para além das organizações sociais e agentes do Estado, pessoas muito importantes para a luta por acesso a direitos da população em situação de rua frequentam o comitê sem falta, alguns no papel de conselheiros, representantes titulares e suplentes, ou até mesmo pessoas que não tem posição oficial, mas frequentam participando de forma muito incisiva na reunião, trazendo denúncias de casos que aconteceram com eles ou com pessoas conhecidas e cobrando resoluções de reuniões anteriores. Contudo, apesar de contar com a participação bastante contundente da sociedade civil, em diversos momentos da auditoria, foram trazidas contribuições que explicavam como as pessoas em situação de rua não sabiam da existência do comitê e nem o que ele fazia. Esse ponto ficou evidente em um momento, durante a reunião de fevereiro de 2024, que se discutia as eleições para conselheiros do comitê, onde diversas falas apontaram como problema a falta de conhecimento sobre a existência desse espaço, e o curto alcance que a audiência pública apresenta.

A primeira reunião que estive presente foi no dia 07/02/2024, era quase carnaval. Estive presente também nos encontros de Março e Abril. A auditoria acontece na rua Líbero Badaró, na sede da SMDHC. O encontro é marcado para às 14, chego sempre um pouco antes da hora, sendo que a reunião costuma atrasar para começar. As pessoas que chegam, esperando o início, conversam entre si, contam novidades, expõem o que gostariam de tratar durante a auditoria ou falam dos casos que vieram denunciar. Parece que todos se conhecem e se veem ali de mês em mês. Aos poucos foi chegando mais gente, inclusive representantes do MEPSR-SP, que eu já vi trabalhando no refeitório "Refeitório Amor a Vida", acompanhados do presidente do movimento. Enquanto esperávamos as conversas se multiplicavam.

41 Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é um movimento social de amplitude nacional que luta pela garantia de direitos da população em situação de rua

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Logo antes do início da reunião, algumas pessoas passaram a entregar a edição de dezembro do ano anterior do jornal “O Trecheiro: jornalismo a serviço da população em situação de rua”[42], trazendo em duas páginas matérias sobre diversos assuntos sobre a luta política das pessoas em situação de rua, enquanto aguardava eu lia. Uma matéria anunciava o lançamento de dois livros tratando do impacto da crise do COVID-19 sobre a já existente crise de habitação, explicando como “a habitação é a base estruturante para a vida e a inclusão social da população em situação de rua” (L.Kohara, 2023), tema bastante trazido e cobrado nas reuniões do comitê como será descrito adiante. Outra matéria apresentava algumas contribuições feitas no Iº Encontro de Transfeministas da América Latina, em outubro de 2023 na Argentina, onde os debates concluíram que a “habitação não é o suficiente para garantir a transição das ruas para uma vida digna” (O Trecheiro, 12/23). O contraste entre as duas matérias demonstra uma nuance bastante levantada durante os encontros, sobre a complexidade do processo de saída das ruas e a necessidade de resolver os problemas de habitação de forma integrada com outros aspectos da inserção social para que seja alcançada a chamada “porta de saída” das ruas. Antes de terminar de ler o jornal, as pessoas começaram a entrar no auditório e escolher seus lugares. Por volta das 15 da tarde a reunião parecia querer começar, éramos cerca de 60 pessoas.

As reuniões eram mediadas por funcionários da Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua da SMDHC, e aconteciam seguindo uma ordem pré estabelecida no começo de cada encontro. Começaram a reunião passando uma lista de presença, pedindo nome e organização que representa, e falando quais seria a ordem do dia, apresentando as pautas a serem discutidas e o que deveria ser discutido no encontro. Então foi estabelecido que após os informes, geralmente relativos a encaminhamentos alcançados em reuniões anteriores, seria o momento para as falas abertas, onde quem quer falar só precisava se inscrever e aguardar sua vez, feitas no microfone para que tudo fosse gravado e utilizado para a produção das atas. As falas abertas ocuparam a maior parte de todos os encontros que frequentei, foi estipulado um tempo de 3 minutos para cada fala, mesmo que

42 Jornal “O Treicheiro” realizado por iniciativa da organização social Rede Rua, Disponível em: https://www.rederua.org.br /blog. Acesso em: 24 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

algumas pessoas extrapolassem esse tempo. Depois seria feito um intervalo para o lanche, oferecido pela própria coordenação no formato de um kit lanche da prefeitura, e então se passaria a tratar das pautas do dia. Todas as três reuniões que frequentei aconteceram mais ou menos nessa ordem, a maior parte do encontro era ocupado pelas falas abertas, seguidas de um intervalo, geralmente mais tarde do que se pretendia, sendo preciso eleger uma das pautas do dia para ser debatida, pois por conta do tempo não seria possível debater todas.

As falas abertas, em todas as reuniões que consegui frequentar, assim como na leitura das atas dos encontros anteriores, foram os momentos que mais contribuíram para a pesquisa, responsáveis por expor configurações recorrentes da violência sofrida pelas pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, em um locus diferente do que a minha hipótese inicial e observações de campo estabeleciam. As contribuições feitas em falas abertas apresentaram um aspecto da violência sofrida por quem vive em situação de rua, ou convive nos equipamentos de habitação, que vem de dentro do próprio sistema de assistência social. Seja por meio da ação violenta de agentes do Estado, seja pela ação do próprio Estado, que muitas vezes, no lugar de oferecer uma saída das ruas, acaba reafirmando a situação de rua das pessoas. É também responsável pela violência percebida na condição material dos equipamentos e serviços destinados a essa grupos, entendidas, portanto, como expressão direta da negligência para com os direitos humanos e cidadãos das pessoas que frequentam os equipamentos e utilizam os serviços.

Buscando aproveitar o máximo de tempo nos encontros, como expliquei mais acima, gravei no meu celular as falas abertas e as transcrevi, descrevendo aqui somente as falas que considerei mais pertinentes devido a extensão dos relatos. Para possibilitar uma descrição objetiva da grande quantidade de contribuições que foram feitas, serão trazidas as falas e denúncias que narram expressões de violência sofridas por pessoas em situação de rua, divididas em três eixos centrais: violências sofridas nas ruas; violências sofridas no interior dos equipamentos e serviços de assistência social; violências estruturais percebidas ou pelas condições materiais dos equipamentos ou pela forma de organização dos serviços. Percebe-se um movimento de conversa, como se as falas das organizações sociais e,

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

principalmente, da sociedade civil estivesse denunciando problemas do seu cotidiano às autoridades do governo, nesse caso da prefeitura. As respostas das autoridades ajudam, também, a perceber o atrito existente entre o Estado e a população em situação de rua, como se existisse um contexto combativo mas respeitoso no ambiente da audiência pública. Portanto é dessa forma que apresento os registros feitos durante as falas abertas, primeiramente trazendo os questionamentos e denúncias feitas por organizações sociais e pela sociedade civil, seguidas das respostas e encaminhamentos oferecidos pelos representantes do Estado. As falas de representantes de organizações sociais serão designadas pelo nome da organização, e as falas de representantes do poder público serão designadas pela sigla do órgão vinculado. Lembrando que, como expliquei no começo da escrita, todos nomes de pessoas que aparecem na pesquisa são fictícios, buscando não expor sem permissão os nomes de ninguém.

4.3.1 Violência sofrida nas ruas

Durante os encontros que participei, procurei identificar tudo que se relacionasse de alguma forma com a violência vivida por esses grupos no cotidiano do centro da cidade. A minha expectativa sobre o que seria observado partia de uma associação simples sobre os locais onde percebi expressões de violência ao longo do meu contato com o tema, de maneira que, tanto no cotidiano pela cidade quanto durante a pesquisa de campo, até agora, o local que entrei em contato com essa violência tem sido a rua, o externo. A experiência com o comitê apontou que existe uma variedade de lugares onde as relações de violência acontecem, e me ensinou como também se dá dentro de locais mais distantes do cotidiano de outros grupos na cidade. Mesmo os encontros do comitê apresentando essa outra perspectiva, tão fundamental para este trabalho, muitas falas e denúncias também foram feitas sobre a violência sofridas nas ruas da cidade, e em quase todas a GCM descrita como principal ator violento.

A fala do Presidente do Movimento Estadual Pop em Situação de Rua SP (MEPSR-SP), uma das primeiras que escutei na minha primeira ida ao comitê, denunciou o comportamento violento da GCM, e contou como já entraram no

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Refeitório da rua Gen. Carneiro, espaço mapeado durante o trabalho de campo, para revistar e retirar violentamente pessoas do estabelecimento. Falou também sobre a relação entre as denúncias feitas pelos comerciantes da região e a violência aplicada pela própria GCM, como se a denúncia fosse uma forma de legitimação para a ação truculenta da guarda. Disse que ao invés de “Parceira, Amiga e Aliada”, a frase que se vê escrita nas viaturas da GCM pela cidade, “deveria dizer exterminador, espancador e humilhador” (Caderno de campo, 07/02/24). Antes de finalizar, por estar sendo criticado por aparecer em eventos próximo ao prefeito da cidade e de seus secretários, ele denunciou que o dinheiro destinado para os programas geridos pelo MEPSR-SP está 3 meses atrasado, e assim explicou: “então tem que estar do lado dele pra cobrar!”. Essa fala me deu uma dica sobre como entender os eventos que viriam a seguir.

O papel das denuncias feitas as policias e guardas, nesse caso por comerciantes, carrega grande impacto sobre a justificativa de ações truculentas das forças policias. Algo que também foi percebido durante a conversa com o policial mais acima, em casos onde a população local faz ligações e denuncias para a policia ou guarda civil, que acabam servindo de justificativa para as formas de violência empregadas durante as operações de retirada de pessoas e pertences.

Na mesma reunião, em sequência, a fala do Danilo trouxe uma denuncia em forma de pedido. Explicou que participando de ações na cracolândia, percebia que muitas abordagens feitas por policiais militares e GCMs eram gravadas e fotografadas, colhendo uma grande quantidade de dados sobre as pessoas que frequentam o local. Ele pedia que esses dados fossem disponibilizados ao público, e encaminhados para o comitê, enquanto perguntava para quê são utilizados esses dados? O questionamento feito aproveitou para cobrar a presença da secretária de segurança do município nas reuniões do comitê. Essa foi a primeira fala onde percebi a existência de atrito entre quem frequenta a auditoria e o poder público, em relação à falta de participação das outras secretarias nas reuniões, sendo que a participação de diversas secretarias é uma atribuição normativa, como foi exposto mais acima.

A fala mais pertinente, no eixo de violências sofridas nas ruas, foi a do Antônio. Ele trouxe uma denúncia que expunha a participação de diversos atores em

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

um caso de extrema violência que sofreu no mês anterior, além de trazer denúncias a serviços de assistência social que não funcionam ou não atendem as demandas da sua família. A sua fala foi forte e inflamou bastante as pessoas que estavam na reunião, que concordavam e pareciam se identificar com a situação que passou:

> *"A sua denúncia foi direcionada à GCM. Começou com "em 24 anos de rua eu nunca vi o "rapa" passar no Domingo". E contava a história de como guardas da GCM haviam levado todos os seus pertences. Tinha sua barraca próximo à estação Armênia do metrô. Contou que saiu para tomar banho e ao voltar já se deparou com seus pertences na caçamba do caminhão de "apoio a remoção". Conta que levaram a sua barraca, seus documentos, celular entre outras coisas. Quando questionou sobre o porquê daquilo, foi espancado e ameaçado a mão armada pela GCM, fez questão de explicar que fora ameaçado por um guarda da GCM armado com uma calibre 12, disse que nem a PM anda com armas desse porte. Após o ocorrido, foi abordado por uma van do programa "Ampara SP", contou sua situação e que não tinha onde passar a noite. Sem solução, ou sem amparo, a van do programa limitou-se a colocar o nome de Alan no sistema para a busca de uma vaga em algum dos programas de assistência social, sem resposta. Por revolta, Alan conta que quebrou com um tijolo a janela da van, e que por isso foi parar na delegacia e que saiu pela porta da frente. Ainda relata com surpresa que a própria polícia militar o tratou de forma mais humana do que a GCM. A fala segue então com um desabafo, sobre a condição das políticas públicas direcionadas à população em situação de calçada: "pra mim não é nada, não leva a nada…". Com sinceridade falou da sua condição de dependente químico e a relação do seu uso de drogas com a sua condição de calçada: "pra aliviar o sofrimento, porque o sofrimento é grande". Em mais apontamentos denunciou serviços do município como os encaminhamentos da central do 156 (canal de informações sobre serviços públicos). Trouxe, também, uma crítica ao programa "vila reencontro", a qual admitiu ser um bom programa, mas que não atende de forma igualitária a população que precisa, quando por exemplo não inscreve famílias com mais de 7 integrantes, de maneira que ele sua mulher e seus cinco filhos estão esperando a expansão do programa para famílias maiores já faz um bom tempo. Seguiu contando sobre como também aguarda sua vaga no programa reencontro, que oferece um auxílio (auxílio reencontro) para voltar a viver com a sua família, no seu caso com a sua mãe: "até agora não chegou nada disso pra mim…". Terminou falando da GCM: "ta escrito la "aliada, amiga e protetora" só se for do prefeito, só se for (...) nem o choque anda com 12 (...) tá indo pra guerra, mano? Seis tão indo pra guerra? Seis não tão indo pra guerra, a população de rua é vulnerável, vamo la" (Caderno de campo, 07/02/24)*

As contribuições trazidas pelo Antonio ajudam a perceber como o cotidiano nas ruas da cidade entrelaça diferentes formas de violência. Se percebe que a atuação da GCM, ao retirar os pertences e precarizar a situação de uma pessoa já vulnerável, encaminha a consolidação do efeito do poder de ilegibilidade do Estado a medida que tentar adentrar a rede de assistência social se torna uma das únicas alternativas, no lugar de ter que passar a noite nas ruas da cidade sem seus

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

pertences. As possibilidades de ser ou não eleito para uma vaga em algum equipamento muitas vezes geram a entrada em alguma fila, ou até mesmo uma não resposta, como é o caso descrito por Antônio, efeito que dificulta a busca por uma situação mais favorável dentro do curto prazo que se precisa encontrar um lugar para ficar. A fala também inaugura uma denúncia recorrente durante as reuniões, sobre como os modelos criados para os equipamentos de habitação transitória não contemplam casos como os de famílias maiores, que deveriam ter algum tipo de atenção especializada considerando a presença de crianças nessas famílias de forma que precisam de mais assistência.

As falas que foram percebidas dentro deste eixo denunciam a ação da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo como um ator bastante relacionado a violência sofrida pela população em situação de rua, utilizando mecanismos como a força desmedida, que pode se perceber quando Antonio conta como foi ameaçado por uma calibre 12, forma de violência extrema contra uma população vulnerável, que luta por acesso a direitos básicos, assim como o monitoramento desse grupo por fotos e vídeos sem consentimento ou sem tornar os dados colhidos públicos. A forma de violência presente nas ruas da cidade também parece carregar responsabilidade sobre casos de pessoas que ao serem abordadas e terem seus pertences roubados pelas forças policias e guardas civis, acabam tendo que recorrer à rede de assistência social, e como explicou Antônio, já se sabe que é espaço de reprodução de outras formas de violência.

4.3.2 Violências sofridas no interior dos equipamentos e serviços de assistência social

Em contraste com o que acontece todos os dias nas ruas da cidade, as formas de violência sofridas no interior dos equipamentos e serviços de assistência social acontecem em um local relativamente mais restrito, no sentido de que se consolida em locais que não são visíveis para todos, se não para quem frequenta os equipamentos e utiliza os serviços na condição de beneficiário, categoria que já presume algum grau de vulnerabilidade. No interior da rede sócio assistencial do Estado também foram registradas inúmeras denúncias de violência, percebida

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

principalmente pela relação entre quem busca a assistência social e os agentes do estado que trabalham na rede. De diversas maneiras as pessoas em situação de rua, mesmo fazendo parte de algum programa que auxilie a busca por sair da rua, acabam tendo seus direitos violados.

A primeira fala feita trazendo denúncias neste eixo é do Rafael. Rafael é uma pessoa bastante vocal no comitê, estava sempre presente e com alguma pauta importante a ser debatida, as suas contribuições foram muito importantes para ajudar a perceber a amplitude de espaços onde, e como, a violência direcionada a população em situação de rua pode acontecer. A sua primeira fala inaugurou uma denúncia que foi bastante recorrente no decorrer das reuniões, e iniciou a sua fala ao denunciar a ação da coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Pinheiros. Explicou que é esse CRAS o responsável por encaminhar vagas para o Hotel Social 9 de Julho, um dos programas de habitação temporária do município, disse que ao entrar em contato com a coordenadora foi mandado embora com a frase “aqui não é lugar pra morador de rua” (Caderno de Campo, 07/02/24). Essa colocação causou indignação em quem frequentava a reunião, Antônio perguntava como pode uma profissional que trabalha em um CRAS ter esse tipo de atitude e despreparo. A fala segue tratando sobre como os serviços dos Hotéis Sociais, suas normas e funcionários, não estão preparados para lidar com a situação de vulnerabilidade de pessoas em situação de rua, e deu um exemplo sobre os casos de pessoas em tratamento contra a dependência química. Contou que um de seus colegas, sem quebrar nenhuma das regras da hospedagem, enquanto ainda frequentava tratamentos para tratar a dependência, ao vivenciar uma recaída e utilizar drogas na rua, foi desligado da sua vaga no programa, inclusive causando o retorno à situação de rua. Ou seja, uma pessoa que fazia tratamento contra a dependência química, encaminhada para o Hotel Social, ao experienciar um momento de recaída, comum em casos de tratamento de dependência, é desligado e colocado de volta nas ruas sem nenhum tipo de mediação.

Uma segunda fala sobre a violência presente no interior do programa Hotel Social foi feita por Mônica, uma pessoa já de idade. Sua fala veio a denunciar a situação em que se encontrava, onde após o desligamento de um programa que participava acabou por ser despejada. Ao ser direcionada para um hotel social na

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Barão de Limeira, contou que foi recebida com a seguinte colocação: “Morador de rua tem que ser tratado como morador de rua, a senhora não é hospede aqui” (Caderno de campo, 07/02/24). Nesse momento, direcionou a fala para a SMADS, secretaria responsável pela gestão dos Hotéis Sociais, e perguntou se estavam a par disso. Os secretários balançaram as cabeças fazendo que não. Assim que, Mônica, já uma senhora de idade, seguiu pedindo auxílio e apoio para conseguir um lugar onde ficar. Questionava onde estavam os programas que conhecia e que poderia participar.

Essa colocação de Mônica é bastante emblemática ao invocar a posição da SMADS como responsável pela gestão dos Hotéis Sociais, e, portanto, pela violência que ela sofreu ao ser tratada dessa forma e ter seus direitos negados por agentes que respondem a essa secretaria em particular. Esse programa é estabelecido por meio de um contrato entre a SMADS, como contratante, e os hotéis, como contratados para fornecer um serviço de acolhida para pessoas em situação de rua. O contrato tem 14 páginas, como mostra um exemplo de contrato[43], e estipula que, para um período de 365 dias e o fornecimento de vagas para 80 pessoas, serão pagos R$3.650.000,00 pela SMADS ao contratado. Ao mesmo tempo em que os contratos para a existência desses serviços estipulem esses valores, baseados em clausulas que alegam o direito do convivente de ser acolhido com respeito e dignidade, oferecem um serviço que nega o direito das pessoas de acessarem o equipamento e produzem um espaço onde a descriminação contra quem busca o serviço, como nos casos trazidos por Rafael e Mônica.

No decorrer do meu tempo frequentando o comitê foram poucas as falas que tiveram tanta repercussão quanto a fala de Aldo. Tive dificuldades para transcrever, pois falava rápido, de maneira que não entendi a fala completamente. Seus depoimentos causaram grande comoção nos presentes da auditoria, de forma que mesmo em gravação não consegui entendê-lo claramente, devido ao ruído das vozes concordando e expondo sua indignação. Aldo estava lá com sua família, mulher, filhas e uma criança de colo. Passou a contar da sua situação habitacional. Contou que estava hospedado em um albergue, e que lá era tratado como “lixo”, “que a comida não presta” e considera como um lugar de humilhação. Não consegui

43 Contrato de prestação de serviço de “Hotel Social” pela SMADS como contratante do serviço, Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/. Acesso em: 26 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

decifrar muito mais do que isso da fala, apesar de ter sido a que mais causou comoção. Senti que a sua fala carregava muita emoção e indignação, sentimentos recíprocos para a população civil presente. A última coisa que entendi foram as denúncias de violência que sofrera, de maneira que passou a chamar essa rede de “Máfia”.

A fala de Aldo inflamou a discussão, as pessoas concordavam. Nesse momento percebi um ressentimento presente entre as pessoas e os representantes do Estado ali presente, após essa fala se instalou um clima de tensão muito forte entre as duas partes. Todas as pessoas ali tinham relatos sobre como os serviços e equipamentos da rede socioassistencial não funcionam, ou até sobre como foram alvo das mais diversas formas de violação de direitos humanos dentro da própria rede. Em meio a uma pequena quebra de silêncio, Antônio, dono de uma das falas aqui relatadas, levantou e disse “tem gente que chega aqui com uma mão atrás e outra na frente, e sai daqui em um carrão”, parecendo se referir aos servidores públicos que frequentam a reunião. Nesse momento me veio à cabeça a fala do presidente do MEPSR-SP, lá no começo, e foi aí que eu entendi a dica. Quem estava ali estava para poder cobrar, exigir explicações, denunciar o não funcionamento dos programas e a violência sofrida das mais variadas formas. Muitas expressões dessa relação violenta foram levantadas, onde de um lado o Estado, ou um agente do Estado, é aplicador da violência, seja pela força bruta, seja verbalmente através de atos de discriminação, seja no poder de excluir o indivíduo da rede de assistência, entre muitas outras formas. Mas o que pareceu constante é que de um lado está o Estado violento na sua atuação e do outro lado a população pobre, esteja vivendo em situação de rua, esteja vivendo em equipamentos de assistência social. Ou mesmo até em nenhum dos dois casos e só esteja experimentando um momento de vulnerabilidade, onde procura exercer seu direito cidadão de assistência aos desamparados, assegurados em diversos mecanismos legais, como na constituição, algo que ficou estabelecido desde o primeiro parágrafo deste trabalho, de forma digna e respeitosa, como fica estipulado no contrato do hotel social apresentado acima. Esses direitos pareçam existir de forma ilusória para essa população, não permanente, como se os seus direitos pudessem ser subjugados por um instante de violência em diferentes eixos, inclusive no interior de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

espaços destinados a oferecer assistência social a quem precise.

4.3.3 Violências estruturais percebidas ou pelas condições materiais dos equipamentos ou pela forma de organização dos serviços

Entre as formas de violência narradas, como denúncias misturadas com desabafo, por meio das falas abertas do comitê, ficou evidente como algumas não se tratavam de casos que aconteceram dentro ou fora do espaço público. Surgiram expressões que indicam como o Estado, tanto nas condições materiais dos equipamentos quanto na forma de organização e execução dos serviços de assistência social, é responsável por reproduzir a quebra de direitos humanos e cidadãos das pessoas que buscam a rede de assistência, portanto, configurando o próprio sistema de apoio que o Estado oferece como um espaço violento de quebra de direitos. Essas formas de violência estão mais ligadas a como é organizada a gestão, execução e manutenção da assistência social no município, e menos a ação dos agentes designados pelo poder público, ao contrário dos eixos anteriores. É aqui que se situam as denúncias de alimentações azedas, falta de vagas permanentes em centros de acolhida, da falta de água nos equipamentos de referência a pop rua, a condição de manutenção precária e desumana que persiste em alguns pontos da rede, entre muitas outras denúncias que apontam como espaços, teoricamente, destinados a oferecer acesso a condições humanizadas de assistência, podem ser, na prática, um local de reprodução da violência que muitas vezes podem acabar por reafirmar a condição de rua das pessoas, ao invés de buscar saídas para essa situação.

A primeira fala a ser trazida é a da Renata. A sua fala trouxe demandas da população que faz tratamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) para lidar com a dependência química ao mesmo tempo que busca vagas em espaços de acolhimento, e como essa combinação acaba por atrapalhar em ambos os casos:

> *“[…] todas as pessoas que tão fazendo trabalho e tratamento no CAPS e tem que ter continuidade no território, muitas vezes elas tão só na diária, está aqui, hoje tá lá e amanhã não sei onde todas as pessoas que fazem tratamento no CAPS tem que ter prioridade em acolhimento permanente no território que está se tratando” (Caderno de campo, 07/02/24)*

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Fica evidente como a falta de articulação entre os diferentes serviços de assistência social causa conflitos no dia a dia das pessoas que buscam acessá-los. Essa condição também foi retratada na fala de um médico dos consultórios de rua, outro programa que busca levar atendimento médico para as ruas da cidade, que veio ao comitê pedir ajuda para encontrar uma vaga permanente para um homem que precisava de tratamento continuado todos os dias, mas que estava sempre em um lugar diferente buscando vagas, geralmente pernoite, em diversos centros de acolhida. Não só esse efeito é bastante prejudicial para que seja estabelecido um atendimento continuado, também pode ser a causa de recaídas em situações de tratamentos contra a dependência química.

Em seguida, veio a fala de Jandira. Com vaga em uma “vila reencontro”, um dos programas de habitação social do município, disse que não poderia morar com seus filhos pois perderia a sua vaga ao exceder a capacidade máxima de 7 pessoas, deparando-se com a situação de ter que voltar a buscar vagas em albergues e hotéis sociais. Explicou um pouco também sobre as regras das vilas que mora, onde a autonomia é bem reduzida e se depara com regulamentos que atrapalham as possibilidades que ela encontra de adquirir uma renda. Disse, por exemplo, que para ela comprar um forno, no qual cozinhar tortas para vender, é preciso “pedir permissão”. Todos esses programas têm regras e regulamentos rígidos, de maneira que ao confrontar as normas engessadas com a multiplicidade de ocasiões que compõe a vida de quem precisa desse tipo de assistência, se observa a fundação de um parâmetro quase inalcançável de acesso. O que Jandira deve fazer se não existe um modelo de habitação que contemple ela e seus filhos ao mesmo tempo? Perder a vaga e voltar a viver em situação de rua? As possibilidades acabam reafirmando a condição de rua no lugar de propor uma porta de saída. A perspectiva de retorno a condição de rua com a sua família após a inserção em um dos equipamentos de habitação é uma nuance bastante presente na relação entre a assistência social e as pessoas que precisam desse apoio.

Uma outra fala de Antônio também tratou do assunto. Começou trazendo uma denúncia ao centro pop rua da R. Mauá, dizendo que o espaço não oferece acesso a água potável, não oferece acesso a banheiro, ou oferece banheiros sem

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

água e sem estrutura mínima. Passou então a falar do POT[44] (Programa Operação Trabalho), programa o qual é participante, e explica que o contrato afirma que o recebimento da bolsa seria por volta do 15º dia útil do mês, sem contar feriados, mas que na verdade foi receber o auxílio no dia anterior à reunião, já no mês seguinte. De igual maneira, contou que já ouviu muitos relatos de pessoas que não receberam a bolsa na data prometida, assim como casos de pessoas que receberam até duas bolsas no mesmo mês, caso grave à medida que é muitas vezes a única forma de renda das pessoas inscritas, como explica Antônio, dizendo que é com esse dinheiro que ele consegue pagar as suas contas. Em seguida cobrou a construção do módulo “vila reencontro” para acima de 7 pessoas, e disse que ele e a sua família aguardam para poderem participar do programa. Passou a denunciar, então, a falta de atendimento do telefone “156”, canal de acesso a serviços da prefeitura de SP, que demora horas pra responder um chamado e muitas vezes nem aparece. Por fim, explicou como a logística oferecida por programas como o EJA (Educação de Jovens Adultos) que oferece pouca possibilidade distribuída pelo território, e muitas vezes condiciona um deslocamento grande pela cidade para aulas de curta duração. E termina a sua fala explicando como pessoas em situação de rua também têm o desejo de se reinserir, através de um curso ou pelo trabalho, como é o caso dele.

Apresentando uma outra denúncia bastante importante, a fala de Rafael é mais uma vez bem pertinente. Explicou que no hotel social onde mora, hotel social Vitória, cinco pessoas que haviam sido contempladas por uma modalidade de auxílio aluguel estão dormindo na rua em frente ao hotel. Ao conversar com essas pessoas, descobriu que haviam saído da vaga que já possuíam no hotel social para participar do auxílio aluguel, pois não poderiam estar em ambos, e que por motivo de atraso no pagamento do auxílio haviam sido despejados pelo proprietário. Seguiu sua fala tratando da suposta autonomia proposta pelo programa, onde explica como o auxílio é oferecido sem nenhum tipo de rede de apoio que amenize a situação de vulnerabilidade, sendo que o auxílio de R$600 seria destinado ao pagamento do aluguel e muitas vezes as pessoas acabam tendo que dormir no chão, sem dinheiro

44 Programa Operação Trabalho (POT) é um programa ligado a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho com objetivo restabelecer a sua reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/cursos/operacao_trabalho/610 . Acesso em: 26 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

para investir em uma cama, ou mesmo sem dinheiro para comprar comida, sem acesso a cozinha. Relatou casos onde assistentes sociais negam o acesso a cestas básicas que são distribuídas pelo motivo de já participarem de outro programa, nesse caso o auxílio reencontro: “o auxílio é para pagar aluguel, e comer? E vestir? E pagar uma faculdade, ou curso alguma coisa assim do tipo? Não tem direito? (...) se oferece o auxílio mas sem nenhuma estrutura (...) as pessoas estão saindo, estão acreditando e estão voltando para a rua” (caderno de campo, 06/03/24).

Algumas falas tratam sobre como as únicas secretarias a comparecerem nos encontros do comitê são as mesma de sempre (SMDHC; SMS; SMADS), como foi a fala do representante do movimento “Rede Rua”, que cobrou a presença da Secretaria da Habitação, dizendo que já faz anos que a participação da SEHAB é requisitada pelo comitê e que enquanto não participassem das reuniões seria muito difícil solucionar os problemas debatidos ali, e foi aplaudido imediatamente por todos os presentes, que pareciam alinhados nesta demanda já há bastante tempo.

Para finalizar, retorno a Renata para uma outra fala. Ela questionou a data de validade da estadia das pessoas na vila reencontro, que são de 2 anos, perguntando se esses alugueis serão renovados ou se serão expulsos, avisando que essas pessoas gostariam muito de saber, pois não tem informação sobre isso. Também falou sobre a função do programa como porta de saída da situação de rua, onde a prioridade deveria ser o trabalho, assim trouxe uma denuncia sobre a falta de autonomia e flexibilidade para que sejam alcançadas essas propostas. Trouxe o exemplo de pessoas que montam carrinhos para vender lanches na cidade, ou mesmo pessoas atuam como catadores de materiais recicláveis na cidade, que não tem a possibilidade de entrar dentro das instalações onde moram com seus equipamentos de trabalho, nesses casos os carrinhos de lanche e os carros de materiais. Apontou que dentro das vilas só são guardados carros de funcionários, e os moradores não conseguem acessar esse espaço, colocando em evidência, dessa forma, contradições fundamentais na execução do programa, uma vez que se estabelece como porta de saída de situação de rua, categorizada como moradia transitória, mas ao mesmo tempo não provê a autonomia necessária para promover possibilidades de trabalho aos moradores.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

4.3.4 Falas dos representantes do poder público

O movimento descrito compunha um diálogo intenso, porém respeitoso, entre a sociedade civil e os representantes do poder público presentes na reunião. O tom imposto nas vozes de quem denunciava era de cobrança, ao mesmo tempo sobre como os casos relatados acontecem com tanta frequência e sobre o que seria possível fazer para alterar a situação. A maior parte das falas, e denúncias, trazidas ali foram feitas diretamente para a SMADS, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, órgão responsável por gerir muitos dos programas que foram denunciados como sendo espaços de reprodução da violência, os hotéis sociais e o programa reencontro, por exemplo.

As interações entre representantes dessa secretaria e a sociedade civil participante do comitê era carregada de atrito. A ideia era, por meio das denúncias feitas, providenciar encaminhamentos para solucionar os problemas relatados. Esse objetivo não foi muito bem atingido, algo que percebi nos questionamentos do comitê às propostas de encaminhamentos trazidas pela SMADS. Por exemplo, em relação às queixas feitas sobre o “Programa Reencontro”, a proposta foi trazer ao comitê “quem estava à frente do programa Reencontro” na próxima reunião para que explicassem as diretrizes do programa, como se fosse um grande tira dúvidas, e trabalhar com eles os possíveis encaminhamentos. Essa proposta foi respondida por diversas pessoas que falavam como o programa reencontro já havia ido lá, apresentado o programa, tirando dúvidas e que nada fora resolvido, explicando também que o problema era que os auxílios não estavam sendo aprovados, de forma que as pessoas não estão conseguindo acesso ao programa. A representante da secretaria manteve a posição, afirmando que o melhor era trazer esse pessoal “a frente do programa” para que eles prestassem explicações. Por continuar sendo contradita, por fim, foi sugerido que fosse feita uma lista com os nomes de quem tivesse problemas com o Programa Reencontro, que assim encaminhará atendimentos individuais. Pareceu ser a proposta menos contestada. E assim o fizeram. Não pareceu ser a situação ideal, mas ainda sim as pessoas se mobilizaram para produzir a lista com os nomes. Já sobre as denúncias de violências sofridas a resposta era geralmente produzido um encaminhamento de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

fiscalização e cobrança nos programas e equipamentos denunciados. O encaminhamento da denúncia feita por Rafael, sobre as falas da diretora do CRAS Pinheiros, foi cobrada na reunião seguinte por ele, mas pareceu se perder na reunião, não foi mais tema de debate, não sei se acabou sendo direcionada como caso individual e tratada somente com ele. Esse parecia ser o caso de várias das situações registradas no comitê, como foi a situação das listas de atendimento do programa reencontro, como foi descrito acima.

A outra secretaria sempre presente nos encontros era a SMS, secretaria de saúde do município. A reunião do dia 06/03/2024, inclusive contou com a presença da secretária de saúde do município. Em geral os secretários não aparecem nos encontros do comitê. Por via de regra, apesar dos protestos e solicitações de participação das outras secretarias por parte do comitê, como já expliquei, as secretarias que participam são a SMDHC, SMADS e a SMS, não pela presença de secretários, mas sim enviando representantes.

A secretária iniciou sua fala tratando sobre o modelo itinerante, adotado nos últimos anos pelas secretarias para prover seus serviços, explicando que essa forma de atendimento itinerante não é adequada às demandas da população em situação de rua, não só por uma limitação física, mas também devido à perspectiva de permanência temporária em cada região. Assim a secretária realça a importância de instalações fixas em regiões chave, propondo atendimento contínuo, e equipes móveis, respondendo a esse equipamento fixo e transitando no espaço provendo toda a gama de serviços necessária e disponível. De igual maneira, ela explica como a coordenação de ambos os modelos conjuntamente pode ser a forma mais eficaz de ofertar o serviço socioassistencial. Em seguida, passou a tratar sobre a dificuldade de estabelecer, frente a forma burocrática do Estado, a definição de “Emergência”, quando a noção emergencial seria relacionada a problemas e demandas recentes, ou seja, mesmo considerando a magnitude dos desafios enfrentados e a gravidade do problema relacionado a Pop Rua em São Paulo, não é considerado emergencial por ser uma questão já conhecida pelo Estado, de forma que se torna mais difícil acessar os recursos necessários. Seguiu falando sobre como a próxima tarefa central é a de abrir uma segunda Estação Cidadania, na Luz dessa vez, onde a população em situação de rua é bastante presente, e que o

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

desafio é, no momento, encontrar imóveis qualificados e dentro do orçamento, que não precisem de muita reforma, por exemplo, para a implementação do equipamento. Essas explicações foram confrontadas com expressões como “prédio vazio é o que mais tem em São Paulo” (Caderno de Campo, 06/03/24), mostrando a insatisfação dos presentes com a forma como essa busca está sendo feita.

Apesar do confronto em alguns momentos da fala, todos os presentes pareciam apreciar a presença da secretária no comitê. Assim que ela terminou de falar, foram feitas falas em relação aos temas levantados por ela. A primeira fala agradeceu a presença da Soninha no espaço do comitê. Essa fala foi acompanhada do reconhecimento dos presentes pela participação da secretária, nesse momento Antônio afirmou que a secretária era “a única que tem coragem de dar as caras por aqui” (Caderno de campo, 06/03/24), mesmo após os atritos percebi que o tratamento para com a secretária era de muito respeito.

A falta de participação das outras secretarias impossibilitava a cobrança de providências, colocação de propostas, e inclusive a fiscalização da participação dos diversos setores do poder público em buscar soluções para as demandas da população em situação de rua. Em diversos momentos nos encontros que participei, assim como nas atas de reuniões anteriores, foi cobrada a presença principalmente das secretarias de habitação e de segurança, percebidas como fundamentais para suprir as demandas apresentadas ali, muitas das quais se referem a violências sofridas por forças de seguranças nas ruas, como a GCM, assim como em relação a questão de habitação social, entendida por muitas pessoas do comitê, como ponto central para fundar a possibilidade de uma porta de saída da situação de rua.

4.4 PESQUISA “RETRATO DAS RUAS”

Durante o encontro de março de 2024, uma integrante da comissão de direitos humanos da Câmara Municipal trouxe um convite para o evento de divulgação de uma pesquisa feita sobre a rede de acolhimento à população de rua em São Paulo, no dia 15/03, feita por meio de visitas a estabelecimentos da rede de acolhimento, e entrevistas feitas com frequentadores desses locais. A pesquisa “Retrato das Ruas: Dossiê da rede de acolhimento à população de rua em São

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Paulo”[45] é um mecanismo que foi solicitado por organizações e movimentos sociais buscando analisar de perto as condições oferecidas pelos serviços e equipamentos da rede de acolhimento, oferecendo detalhes dos problemas que foram identificados nas visitas e entrevistas com os conviventes.

Não pude ir ao lançamento da pesquisa, mas entrei em contato com o gabinete da vereadora Luna Zarattini, também integrante da comissão de direitos humanos da câmara, e consegui uma cópia da pesquisa. O evento de lançamento contou com a presença de uma mesa composta, e presidida, pela vereadora Luna, que tinha ao seu lado o, até então, Ministro dos Direitos Humanos do governo federal, Sílvio de Almeida, assim como representantes de movimentos que lutam pelos direitos da população em situação de rua, inclusive uma das conselheiras do CPR. Eu não pude ir, mas ele foi transmitido no YouTube, então eu consegui assistir no dia seguinte. Também foi feita uma fala em nome do comitê, era Rafael que falava, bastante gente do comitê foi ao evento. Entre outras coisas, ele disse: “Eu convido que o excelentíssimo prefeito Ricardo Nunes e o secretário (Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) Carlos Bezerra, quero que eles durmam uma noite, só uma noite, no CTA8 (Centro Temporário de Acolhida), no CTA15, ou na Vila Reencontro”[46], e foi bastante aplaudido.

Para a realização da pesquisa, foram realizadas 8 visitas em 8 equipamentos diferentes entre os anos de 2021 e 2022, utilizando uma abordagem multidisciplinar, com a presença de diversos profissionais, como psicólogos e advogados da defensoria pública, utilizando-se inclusive de uma metodologia de obsevação participante para produzir o documento. Os seguintes equipamentos foram visitados pela equipe: Autonomia em Foco I; Vila Reencontro Anhangabaú; Centro de Acolhida Emergencial Maria Maluf; Centro de Acolhida Especial para Famílias Hotel Plaza (CAEF); Centro de Acolhida Especial para Mulheres Brigadeiro (CAEM); Centro de Acolhida Especial para Idosos Hotel 21 de Abril (CAEI); Centro Temporário de Acolhimento 8 (CTA 8); Centro Temporário de Acolhimento 15 (CTA 15). Durante as visitas foram aplicados os seguintes instrumentos de análise: “I.

45 Dossiê “Retrato das Ruas”, realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo, Disponível em: https://paratodosbr.org/retrato-das-ruas/. Acesso em: 26 set, 2024.

46 Fala registrada durante a transmissão do evento de lançamento do dossiê “Retrato das Ruas”, Disponível em: https://www.youtube.com/live/FnaLWCTyALk?si=rC3IcOJ4hvRbH5BD. Acesso em: 28 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Questionário destinado aos usuários do serviço; II. Formulário sobre a infraestrutura do serviço; III. Relatos de campo a partir de observação participante" (Retrato das ruas, p.10, 2024), sendo realizadas entrevistas com mais de 70 usuários dos serviços visitados. Os espaços estiveram bastante presentes nas denúncias trazidas ao CPR, como a "Vila Reencontro" e diversas modalidades de Hotel Social.

A pesquisa é bastante complexa, buscando apresentar não só um retrato da situação estrutural das instalações de acolhida à Pop Rua, mas também analisar a eficácia e qualidade dos serviços oferecidos, relacionando o valor gasto para a contratação e as opiniões dos usuários sobre os serviços prestados. Os dados levantados pelo dossiê são bastante interessantes para construir uma noção da condição precária, e violenta, dos serviços oferecidos à população em situação de rua, e apontar o papel do governo do município como ator que reproduz a violência sofrida por esse grupo, inclusive no interior da rede sócio assistencial da cidade. Para tal, durante as próximas sessões (4.4.1; 4.4.2; 4.4.3), todas os dados apresentadas são informações trazidas pelo dossiê "Retrato das Ruas" (2024), buscando expôr o grau de debilidade dos equipamentos, e as condições enfrentadas por quem busca assistência nesses equipamentos a todos os dias.

4.4.1 Dormitórios e áreas comuns

Dentre os locais visitados pela equipe do dossiê, considerando que alguns oferecem quartos individuais com maior privacidade, como é ocaso do "Autonomia em foco" e da "Vila reencontro", ficou evidente como existem equipamentos que utilizam instalações não propícias para o acolhimento de pessoas, em galpões ou clubes esportivos, como é o caso do Centro de Acolhida Emergencial Maria Maluf, do CTA 8 e do CTA 15.

Também foram encontradas a presença de pragas em 7 dos 8 equipamentos visitados, sendo que:

> *"Merece destaque a crítica situação observada no Centro Temporário de Acolhimento 8 Lapa (CTA 8). Nos quartos deste estabelecimento, a infestação de muquiranas e percevejos é tão intensa que é possível notar claramente as marcas de sangue resultantes das picadas desses insetos nos conviventes." (Retrato das Ruas, 2024, p.14)*

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Figura 9: Foto das condições do CTA8

Fonte: "Retrato das Ruas", 2024

Os centros de acolhida foram os espaços onde foram identificadas as condições mais precárias entre os equipamentos visitados, deixando em evidência a situação do CTA15:

> *"[…] onde 158 conviventes compartilham um único quarto, com camas dispostas sem a distância mínima necessária, tornando praticamente impossível o trânsito pelos corredores. O espaço em questão apresenta apenas 15 pequenas janelas e 4 ventiladores, de modo que a circulação de ar fica prejudicada, concentrando calor no ambiente, o que propicia a proliferação de doenças e favorece a propagação de maus odores devido a notáveis problemas de infiltração nas paredes, resultando na formação de mofo" (Retrato das Ruas, 2024, p.16/17)*

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Figura 10: Foto do dormitório comunitário do CTA15

Fonte: "Retrato das Ruas", 2024

Foi percebida a disparidade entre as condições dos equipamentos que oferecem quartos individuais e os que oferecem quartos compartilhados. Os entrevistados pela pesquisa foram questionados em relação a limpeza das instalações, sendo que os equipamentos de maior porte, que oferecem os dormitórios compartilhados, a limpeza é feita por uma equipe do equipamento, e os que oferecem quarto individuais, a limpeza fica por conta dos próprios usuários:

> *"Nos equipamentos em que a limpeza é feita pela equipe, 28,6% dos usuários a consideram boa, em comparação com expressivos 72,2% nos locais onde a limpeza é realizada pelos próprios usuários. Além disso, nenhum usuário classificou a limpeza realizada pela equipe como "ótima", enquanto 5,6% têm essa opinião quando a limpeza é realizada pelos próprios usuários." (Retrato das Ruas, 2024, p.18)*

A pesquisa explica como os banheiros foram os locais com maior número de

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

problemas registrados. Em 7 dos 8 equipamentos visitados foram registrados vazamentos, infiltrômetros e falta de papel higiênico. 6 dos 8 locais visitados também não ofereciam água quente. O CTA15 apresenta uma das piores condições encontradas, onde o número de chuveiros e banheiros não é suficiente para a quantidade de conviventes, e nenhum dos chuveiros e sanitários possuem portas. Nos banheiros se verifica o mesmo efeito descrito sobre a limpeza dos dormitórios. Cerca de 81% dos usuários classificam a limpeza feita pelo equipamento como sendo péssima, em contraste com 4,5% nos casos da limpeza feita pelos usuários.

Ao perguntar sobre os serviços de lavanderia oferecidos pelos equipamentos, foi constatado que 47% dos usuários classificaram como péssima a lavagem feita por serviços externos à instalação, assim como 89,5% dos entrevistados afirmaram ter suas roupas perdidas dentro do serviço. Também são presentes denúncias de roupas manchadas, danificadas ou malcheirosas ao retornar do serviço de lavagem.

Os refeitórios são outro espaço com problemas bastante recorrentes. Em 50% dos equipamentos visitados apresenta espaço insuficiente ou até a inexistência de refeitórios, como é o caso da “vila reencontro” e do “autonomia em foco”, onde os conviventes acabam tendo que se alimentar nos seus quartos. Também foi registrada em 50% dos locais visitados a presença de insetos, roedores e pombos nos refeitórios, assim como foram constatados serem ambientes que podem comprometer a saúde dos usuários. Em uma ocasião, no CTA15, um pombo defecou sobre um dos usuários enquanto respondia os questionários.

4.4.2 Alimentação

Também foram analisadas as questões relativas à alimentação dos conviventes, sendo que deveriam seguir as diretrizes do “Guia alimentar para a população brasileira” (2014)[47]. Na contramão do parâmetro estabelecido, foi constatado o uso:

“[...]excessivo de alimentos ultraprocessados, a escassez de proteína

47 “Guia alimentar para a população Brasileira” (2014) produzido pelo Ministério da Saúde, em conjunto com a secretaria de Atenção a Saúde e o Departamento de Atenção Básica, Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/. Acesso em: 28 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

> *animal, bem como a presença de refeições servidas frias ou em estado deteriorado (...) uma incidência relevante de alimentos crus e azedos em três dos oito equipamentos destaca uma deficiência clara na oferta de refeições seguras e saudáveis" (Retrato das Ruas, 2024, p.30/31).*

e ainda foi constatada a falta de oferta de frutas em quatro dos oito equipamentos, e a oferta de proteínas de má qualidade, em conjunto com uma variação de alimentos quase nula.

Em relação ao preparo dos alimentos, realizados por serviços externos ou internamente, se verificou a mesma tendência observada mais acima:

> *"Em relação à alimentação, dos 8 locais visitados, apenas 1 tinha comida preparada pelos usuários (Autonomia em Foco I), em outros 4 a alimentação é via hotbox, adquirida pela SMADS e distribuída aos serviços, e em três é preparada por cozinheiras no próprio equipamento (...) Quando a alimentação é preparada internamente, 55% consideram a qualidade como boa, contra 29,3% quando é ofertado hot box/marmita, sugerindo uma maioria expressiva que aprova a preparação realizada nas instalações." (Retrato das Ruas, 2024, p.32)*

Os equipamentos que oferecem alimentação preparada nas instalações são melhor avaliados do que os que contratam serviços de fornecimento de marmitas e hot box. Também foram registradas denuncias de alimentos crus e azedos feitas em três dos oito equipamentos visitados.

A pesquisa deixa evidente como as condições da alimentação oferecida nos equipamentos está bem longe da qualidade ideal da alimentação estipulada no "Guia alimentar para a população brasileira" (2014), que, entre outros fatores, deve-se ter em conta o impacto da oferta de alimentação digna sobre a reprodução de injustiças sociais considerando que, se por um lado "pode promover a justiça social" por outro pode "gerar desigualdades sociais..." (BRASIL, 2014, p.18). Ou seja, segundo o guia de alimentação da população brasileira, a oferta de alimentos nas condições descritas pelo dossiê é, em si, a materialização de expressões de desigualdades sociais expressas nas más condições da alimentação.

4.4.3 Atendimento dos funcionários e análise de custos

A qualidade do atendimento dos funcionários dos equipamentos fez parte

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

dos questionários feitos aos conviventes, e levantou pontos importantes sobre como o interior desses espaços também é um local de reprodução de violências, contribuindo com as denuncias feitas nas falas do CPR. O relato mais presente foi a negligencia e falta de intervenção ou ação das equipes de funcionários ao se deparar com situações importantes, estando presente em 4 dos 8 equipamentos visitados. Também foram registradas queixas de discriminação de usuários por parte da equipe, assim como a falta de encaminhamentos. Em três casos foram registradas denúncias de ameaças de desligamento dos equipamentos e serviços por parte dos funcionários, e até casos de assédio moral.

A análise de custos dos equipamentos aponta como não são necessariamente os serviços mais custosos os que entregam as melhores condições aos seus conviventes. Demonstram como existem equipamentos com valores mensais por pessoa calculados em R$1.829,00 por pessoa, muito mal avaliados, oferecendo galpões com quartos coletivos, como é o caso do CTA15, enquanto existem equipamentos com gasto mensal por pessoa de R$1.214, que oferecem um serviço melhor avaliado, segundo os resultados da pesquisa, com quartos e banheiros individuais, oferecendo um maior grau de autonomia aos conviventes, como é o caso do “Autonomia em Foco Armênia”. Os interesses, políticos e econômicos, por trás do orçamento público para assistência social não é uma questão que será debatida aqui, sempre lembrando que são contratos milionários, como foi visto no caso da contratação do hotel social mais acima. Mas essa pesquisa deixa claro como não é do interesse da população em situação de rua que seja gasto mais dinheiro do orçamento em equipamentos que não funcionam.

A condição material dos equipamentos de assistência social oferecidos à população em situação de rua deixa em evidencia como o interior desses espaços pode ser, e muitas vezes é, um local de reprodução da violência, fortemente percebida pela quebra de direitos humanos das pessoas que utilizam esses equipamentos. Como foi visto, os quartos super lotados, a falta de água, falta de acesso a banheiros, alimentação precária, existência de pragas, são alguns dos exemplos trazidos acima que expõe o papel do Estado que confere essas condições como próprias para o uso da população em situação de rua. Ainda foi possível

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

perceber, em contribuição com as denuncias trazidas para o CPR, como formas de violência também são reproduzidas no interior dos equipamentos e serviços sócio assistenciais por meio da ação de agentes do Estado.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CIRCUITOS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA NA CIDADE

Aprendi muito escutando as falas dessas pessoas. Aprendi que o comitê é um espaço onde pessoas vão expor as suas experiências buscando denunciar a violência que sofrem, explicando onde e como acontece, quem a reproduz, olhando nos olhos daqueles que muitas vezes são os representantes do poder público responsáveis por gerir os espaços que são denunciados. Aprendi que esse grupo, que eu tanto referi durante esse trabalho, as pessoas em situação de rua, são um grupo que luta intensamente por seus direitos, e que, ao mesmo tempo, são os que mais tem seus direitos quebrados e negados. Conjuntamente, encontrei um espaço formal e bastante sério, mas que também era um espaço de relações informais, à medida que se fazia possível, espaço entre amigos, conhecidos e pessoas que lutam por uma mesma causa. Durante a última reunião que frequentei, no dia 03/04/24, estava acontecendo uma manifestação dentro do comitê, organizada por pessoas que estavam em todas as reuniões anteriores, na sua maioria mulheres. Penduravam cartazes escritos “vila reencontro não é moradia”; “queremos locação social”; “albergue não é lar, moradia já!” (Caderno de Campo, 03/04/24). O CPR é um espaço de luta política, de aprendizagem com a experiência do outro, lugar de respeito entre as partes envolvidas, mas também de combatividade, lembrando sempre que, como disse Antônio: “tem gente que chega aqui com uma mão atrás e outra na frente, e sai daqui em um carrão” (Caderno de Campo, 07/02/2024).

Ao final dos encontros do comitê, saindo sempre já bem cansado depois de horas lá dentro, passavam-se momentos onde todos os relatos, experiências, informações e tudo mais que foi registrado, ficava procurando sentido e ordem dentro da minha cabeça. Passei a fazer um exercício de reflexão sempre ao chegar em casa, que consistia em sentar para escrever sobre o que havia presenciado durante a reunião, e organizar a grande quantidade de contribuições observadas. Um fragmento desse exercício ajuda a condensar o tanto que foi visto durante as falas abertas, ficou registrado no meu caderno de campo da seguinte forma:

> *“O segundo pensamento que não sai da minha cabeça é sobre violência, o tema da minha pesquisa. A minha diretriz metodológica ao participar da*

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

> *reunião foi identificar relatos ou expressões de violência, no sentido da quebra de direitos humanos e cidadãos. Percebi, após a reunião, que praticamente todas as falas carregavam denúncias de violências sofridas pela própria voz que falava ou por amigos e conhecidos, e que praticamente todas elas introduziram agentes do Estado como atores da violência. Como foi descrito mais acima existe um leque muito amplo de agentes violentos. O mais citado foi a GCM, protagonistas em ações de violência física, como as tomadas de pertences, agressão física, expulsão de certos locais, entre tantas outras. Vemos também atores não policiais reproduzindo a violência por meio da discriminação e da violência verbal, gestores de centros de acolhimento, funcionários em hotéis sociais, médicos nos atendimentos do consultório na rua, entre outros. E, por fim, a negligência do Estado, nesse caso em instância municipal, para com os serviços que oferece, presente nas denúncias de comida azeda em hotéis sociais, a situação sanitária insalubre nos albergues, a falta de manutenção nas instalações de acolhimento, ou até mesmo a tímida participação de 3 secretarias, entre todas as 24 existentes, nas reuniões ordinárias do comitê, notando a ausência gritante de secretarias responsáveis pela segurança pública e habitação, por exemplo, temas protagonistas nos debates do comitê. Os relatos explicam como essa rede é pouco flexível, trabalhando com a categorização de graus de vulnerabilidade de forma a engessar as possibilidades de sair da situação de rua de maneira definitiva. Casos de saída do equipamento por não oferecer vagas para a família toda; a impossibilidade de ingressar em um programa enquanto participa de outro; a falta de autonomia imposta dentro dos estabelecimentos de habitação transitória; a descontinuidade de tratamentos de saúde por falta de habitação/vagas permanentes; estadia de pessoas em tratamento de dependência química próximo as cenas de utilização de drogas(fluxos); o desligamento do equipamento em casos de recaída na dependência química e etc. São alguns dos exemplos de relatos, citados acima, que apontam para uma rede socioassistencial desconexa que movimenta os corpos pelo espaço, geridos por meio da violência física ou da própria rede que acaba por afirmar ainda mais o estado de vulnerabilidade da população em situação de rua ou que vive em equipamentos do Estado. A fala de Jandira, denunciando a impossibilidade de ingressar com os filhos no seu cadastro da vila reencontro, onde mora, é central para essa reflexão: "...não posso por eles junto comigo no meu cadastro, porque? Por que eu vou ficar com mais de 7 pessoas. Ai se eles saírem da guarda do pai deles, vem pra mim, aí eu vou ter que deixar eles na rua? Ou vou voltar para um hotel social, um albergue, eu não quero isso, entendeu? Eu vou ter que retroceder a minha vida? Eu não quero isso…". A possibilidade de ter que voltar a buscar um lugar para morar, considerando as opções que ela expôs, é um dos circuitos possíveis vistos de dentro da rede socioassistencial. Nesse caso e em vários outros, como explica Jandira ao falar pela família dela e outras que conhece, a condição de vulnerabilidade, expressa na busca por habitação digna, é reforçada pelo próprio Estado. Amplia-se, portanto, a ideia de um "labirinto institucional" (Nasser, 2018), que não só feito de caminhos sem saída, mas também caminhos onde a saída é a mesma entrada, sendo que muitos beneficiários, hóspedes ou conviventes, já dentro da rede socioassistencial, são apresentados com a possibilidade de ter que voltar a viver em situação de rua." (Caderno de campo, 07/02/24)*

Já em relação ao dossiê "Retrato das Ruas", um elemento que dialoga fortemente com o tema desse trabalho, percebido tanto durante a leitura do

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

documento escrito quanto através de falas no evento de lançamento, é a forma como o interior dos equipamentos da rede socioassistencial do município de SP se configura como um espaço de reprodução da violência e da quebra de direitos, por intermédio da ação dos agentes do poder público, e por expressões de negligência da própria Prefeitura. Uma das falas feitas durante o evento de apresentação do dossiê, pelo representante do MNPR que já esteve na posição de convivente em diversos desses equipamentos, ajuda a perceber o papel do Estado como agente que, em algumas situações, sustenta a situação de rua das pessoas, no lugar de buscar saídas dela:

> *"Hoje eu não tomo leite, só tomo o café, porque o café com leite feito no abrigo é feito na madrugada, entendeu? Então quando você vai tomar o café da manhã, é como se fosse sabe o que? Um purgante, ataca todo o sistema do usuário, de quem vai tomar o café da manhã. Então é por isso que a gente não toma café da manhã no abrigo, prefere toma fora, pra não acontecer isso"* [48]

Essa fala, que foi muito aplaudida, explica como existem situações onde a assistência social oferecida pelo Estado é mais violenta do que as chances que se encontraria nas ruas.

Ao longo da segunda metade do trabalho, com o auxilio das denuncias trazidas durante as reuniões do Comitê Pop Rua e com o apoio dos dados levantados pela pesquisa "Retrato das Ruas", alguns dos circuitos violentos possíveis desde dentro da rede sócio assistencial do Estado que acabam ocasionando a possibilidade de retorno de pessoas para a situação de rua, foram denunciados. Foi esse o caso visto em denuncias como as feitas por Mônica e Rafael, durante as falas do comitê, onde o atraso no pagamento de auxílios pode causar despejos de quem já estava organizadas em alguma habitação, por exemplo. Em outras situações, como no caso da denúncia feita por Jandira, também trazida ao comitê, que mesmo de dentro da rede de assistência social enfrenta a possibilidade de voltar para as ruas por não poder integrar a família na sua vaga em uma "vila reencontro". E agora um terceiro circuito possível, denunciado com o auxílio do dossiê "Retrato das Ruas", muito bem exemplificado com o relato da

48 Fala registrada durante a transmissão do evento de lançamento do dossiê "Retrato das Ruas", Disponível em: https://www.youtube.com/live. Acesso em: 28 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

página acima, sobre o efeito purgante do leite servido nos abrigos, ao considerar as condições que as pessoas enfrentam dentro dos equipamentos, em algumas situações, se percebe como as opções oferecidas pela rede de assistência social do Estado podem ser tão, ou mais, violentas do que as possibilidades encontradas nas ruas.

A categoria analítica do “circuito”, segundo Magnani: “descreve o exercício de uma prática ou a oferta de determinado serviço em estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de continuidade espacial” (Magnani, 2016 ,p.8). Sendo assim, o movimento realizado ao longo da pesquisa possibilita identificar traços da constituição do que pode ser entendido como possíveis circuitos da violência sofrida pela Pop Rua no interior da cidade de São Paulo. Ou seja, o exercício de práticas de violência, percebidas pela quebra de direitos de quem vive nas ruas, comuns em diversos pontos da cidade, sem que exista uma relação de continuidade espacial entre os locais onde ocorrem a execução da quebra de direitos. A expressão dessas práticas violentas existe tanto nas ruas da cidade, em meio ao cotidiano de outros grupos, como também existe no interior dos equipamentos da rede socioassistencial do Município. Levando em conta alguns circuitos violentos possíveis observados ao longo da pesquisa, todos percebidos pela quebra de direitos cidadãos básicos, verifica-se que as modalidades de violência variam, podendo consistir em: casos de violência física que ocorrem nas ruas da cidade, operacionalizada principalmente por policiais e guardas civis; casos de violência sofridas no interior dos equipamentos de assistência social do Estado, percebida em especial na ação discriminatória dos agentes do Estado; e por fim, em casos de violência percebidas na condição material dos equipamentos destinados à assistir a Pop Rua, que oferecem condições desumanas aos conviventes, e também reproduzida pelas formas de organização dos serviços de assistência social que, em muitos casos, inclusive, acaba ocasionando o retorno das pessoas para a situação de rua, consolidando o circuito de violência no local onde ele próprio começa, na condição de ter que viver nas ruas da cidade. Esses casos não configuram a totalidade dos circuitos violentos existentes, mas representam alguns dos circuitos possíveis, e indicam o papel do Estado também na reprodução das formas de violência sofridas pela população em situação de rua em São Paulo.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

A compreensão de que a ação do Estado também agencia formas de violência cotidianas na vida de quem vive nas ruas, não resulta na noção de negação em relação a responsabilidade do Estado para com a cobrança da garantia de direitos. É como explica o presidente do MEPSR-SP em sua fala mais acima: “eu tenho a refeição (Refeitório Amor a Vida), e eu tenho o dormitório (Unidade de Acolhimento Amor a Vida)[49], preciso da ajuda da prefeitura para pagar, inclusive está 3 meses atrasado o dinheiro (…) então tem que estar do lado dele pra cobrar!” (Caderno de campo, 07/02/2024). O Comitê Pop Rua parece assumir essa mesma função para as pessoas que o frequentam, de um espaço onde se busca a oportunidade de cobrar a garantia de seus direitos, o mais próximo possível do próprio Estado, percebido como ator que reproduz formas de violência, ao mesmo tempo também reconhecido como um veiculo de luta politica que deve atender as demandas do grupo. O comitê se estabelece como um espaço de cobrança, fiscalização e denuncia das ações do Estado, assim como viabilizador de mudanças práticas na vida das pessoas em situação de rua. Mesmo sendo, em alguns casos, parte do problema, o Estado não deixa, por meio da ação politica, de ser parte da solução.

Mais uma vez, aprendi muito com as falas de pessoas que viveram, ou vivem, as formas da violência que foram apresentadas ao longo da escrita. A escuta de perspectivas de quem sofre com a quebra de direitos humanos e cidadãos na escala do cotidiano, dia após dia, foi o que construiu o presente trabalho. O conhecimento sobre as condições violentas enfrentadas pela Pop Rua de São Paulo são meios sobre os quais é possível desconstruir estigmas que tão costumeiramente são operados contra essas pessoas. As falas que eu escutei, em geral, foram acompanhadas da presença de quem as falava, mas não sempre. Encerro este trabalho com a escrita, e o desenho, de alguém que eu não conheço, que desabafou para a cidade, sem saber que o desabafo chegaria até mim. Durante um trajeto no interior da cidade encontrei uma obra de arte, em frente a praça Roosevelt, logo onde começa o Minhocão. Era de manhã, o trânsito subindo a rua da Consolação era grande. Logo em frente um mural de grafites, onde de mês em mês os velhos

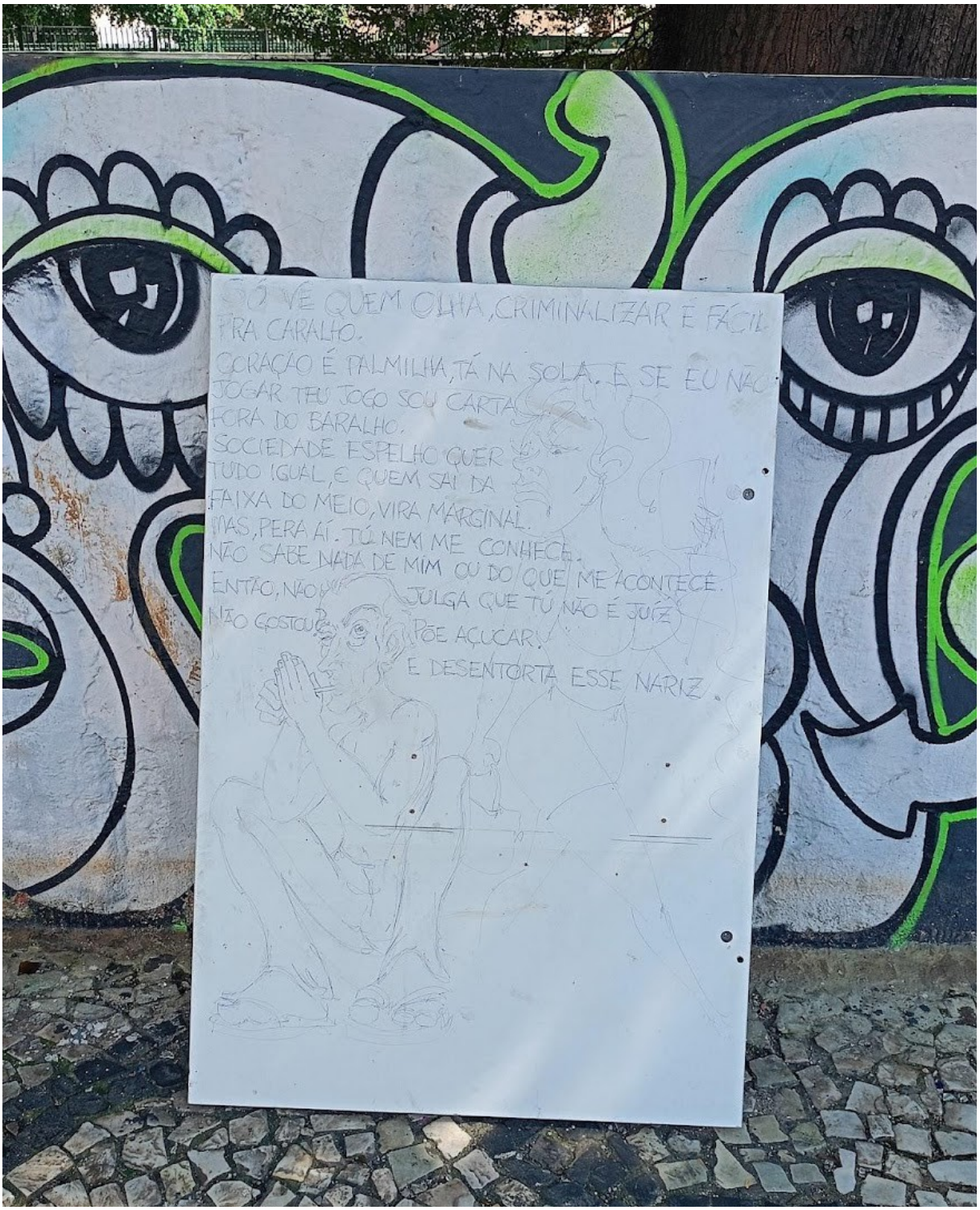
49 Apresentação da “Unidade de Acolhimento Amor a Vida”, centro de acolhimento vinculado ao MEPSR-SP, Disponível em: https://www.instagram.com/p/C0g0-Quuon_/?img_index=1. Acesso em: 28 set, 2024.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

desenhos são sobrepostos por novos, havia uma grande quantidade de placas de MDF (Fibras de Média Densidade) brancas encostadas na parede, muitas mesmo. Dentre pelo menos umas 30 placas havia uma na qual estava escrito um poema, e atrás da escrita tinha um desenho. A escrita é bem bonita, e fala com bastante franqueza sobre o peso dos olhares discriminatórios percebidos por quem vive na rua, presentes no cotidiano dessa população. Tirei uma foto. No caminho de volta, quando passei por ali, um caminhão caçamba recolhia todo o material, inclusive o MDF que tinha o poema escrito, e jogava tudo na parte de trás do veículo, misturado com restos de alguma construção. As palavras escritas nas costas brancas do pedaço de material reciclável, viraram lixo no fim daquela manhã. Nesse momento fiquei aliviado de ter feito o registro, e de poder compartilhar a escrita de um desabafo neste trabalho. Não havia assinatura, não sei quem escreveu e desenhou aquilo, não posso dar o devido crédito. Mas fico feliz de poder deixar aqui essa contribuição que não é minha, tal qual grande parte deste trabalho, escrito por mim, mas que conta com a ajuda de muitas outras pessoas, com as suas denúncias, desabafos, relatos, perspectivas da violência que sofrem no dia a dia, o seu conhecimento sobre formas de violência que a maioria das pessoas não conhece, assim como eu não conhecia. Fico feliz que um poema, que foi descartado pela cidade, acabou aqui, exercendo uma função artística e política, de expressar a potência da população em situação de rua que luta pelos seus direitos, nas ruas de São Paulo e de todo o país.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

Fotografia 2: Poema e Desenho em placa de MDF pela cidade



Fonte: Foto de Autoria própria

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. Plano Nacional Ruas Visíveis: Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Politica Nacional para a População em Situação de Rua. 2023. 77 p. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2014. 157 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Lançamento do Relatório – Um Ano de Mandato da Vereadora Luna Zarattini I 15/03/2024. São Paulo. YouTube. 15/03/2024. 2h23min. Disponível em: https://www.youtube.com/live/FnaLWCTyALk

CANONICO, Leticia De Souza. Entre usuários e traficantes: múltiplos discursos ‘sobre’ e ‘da’ atuação dos agentes de segurança na região da ‘cracolândia’. Dissertação de mestrado. UFSCAR, São Carlos, 2015.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FROMM, Deborah. Percursos e refúgios urbanos. Ponto Urbe (NAU-USP), v. 21, 2017.

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

GARCIA, Antônia dos Santos. Mulher negra e o direito a cidade: relações de raça e de gênero. In: SANTOS, Renato Emerson dos(org.). Questões Urbanas e Racismo. Petropolis, RJ: DP et Al; Brasilia, DF: ABPN, 2012.

MAGALHÃES, T.R.P. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: a Operação Sufoco na “cracolândia” paulistana. Ponto Urbe (NAU-USP), v. 21, 2017.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. São Paulo: de perto (e de dentro) é outra cidade. Ponto Urbe, São Paulo, Brasil, v. 18, p. 1–16, 2016. DOI: 10.11606/8dp3bp74. Disponível em: https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/218145..

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (Org.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2008. 318 p. ISBN 8531403561.

MULLINGS, Leith. Interrogando el racismo. Hacia una Antropología antirracista. Revista CS, vol.12, 2013, pp.325-374.

NASSER, Mariana Mattar Soukef. Entre a ameaça e a proteção: categorias, práticas e efeitos de uma política de inclusão na Cracolândia de São Paulo. Horizontes Antropológicos, v. 24(50), p. 243-270. 03 abr. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/s0104-71832018000100009

NASSER, Marina Mattar Soukef. Cracolândia como campo de gravitação: a gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia. Ponto Urbe, São Paulo, Brasil, v. 21, p. 1–20, 2017 DOI: 10.11606/9ssjev09. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/pontourbe/article/view/221132
.

ROLNIK, Raquel. São Paulo: o planejamento da desigualdade. São Paulo, Editora Fósforo. 2022

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11

SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal. Retrato das Ruas: Dossiê da Rede de Acolhimento à População em Situação de Rua em São Paulo. 2024. 50 p. Disponível em: https://paratodosbr.org/retrato-das-ruas/

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, a. 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, A.; MATSUDA, F. E. Feios, sujos e malvados. Le Monde Diplomatique Brasil, p. 1–4, 11 jun. 2012. Disponível em http://diplomatique.org.br/feios-sujos-e-malvados

TELLES, Vera. Em torno da Cracolândia Paulista: Apresentação. Ponto Urbe (NAU-USP), v. 21, 2017.

VANNUCHI, Luana Villas Boas. O centro & os centros produção e feituras da cidade em disputa. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2020

Versão Final Homologada
25/10/2024 15:11